

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

GABRIELLE CAROLINA SILVA

O TRABALHO IMATERIAL DO JORNALISTA:
RELAÇÕES DE PRODUÇÃO, CONHECIMENTO E REIFICAÇÃO

UBERLÂNDIA

2016

GABRIELLE CAROLINA SILVA

O TRABALHO IMATERIAL DO JORNALISTA:
RELAÇÕES DE PRODUÇÃO, CONHECIMENTO E REIFICAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Trabalho, Sociedade e Educação

Orientadora: Profa. Dra. Adriana C. Omena dos Santos

UBERLÂNDIA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586t
2016 Silva, Gabrielle Carolina, 1987-
 O trabalho imaterial do jornalista : relações de produção,
 conhecimento e reificação / Gabrielle Carolina Silva. - 2016.
 119 f. : il.

 Orientadora: Adriana Cristina Omena dos Santos.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
 Programa de Pós-Graduação em Educação.
 Inclui bibliografia.

 1. Educação - Teses. 2. Jornalismo - Teses. 3. Capitalismo -
 Aspectos sociais - Teses. I. Santos, Adriana Cristina Omena dos. II.
 Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
 Educação. III. Título.

CDU: 37

GABRIELLE CAROLINA SILVA

O TRABALHO IMATERIAL DO JORNALISTA:
RELAÇÕES DE PRODUÇÃO, CONHECIMENTO E REIFICAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Uberlândia, 17 de março de 2016.

Prof^a. Dr^a. Adriana Cristina Omena dos Santos
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Prof. Dr. Rafael Duarte Oliveira Venancio
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Prof. Dr. Juliano Maurício de Carvalho
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp

SILVA, Gabrielle C. **O Trabalho Imaterial do Jornalista:** relações de produção, conhecimento e reificação. 2016. 119 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

RESUMO

Esta pesquisa trata do trabalho jornalístico, compreendendo-o a partir da perspectiva do trabalho imaterial e enquanto produtor de mercadoria na Indústria Cultural, entendida em seu lugar estrutural na sociedade capitalista. Discutimos o jornalismo e o profissional dessa área de atuação diante do desenvolvimento dessa mesma sociedade e em suas relações com o conhecimento comum, em diálogo com o mundo da vida e com o mundo do trabalho. Refletimos também acerca do conhecimento que permeia a profissão, relacionado à cultura profissional e às expectativas dos distintos atores interessados na divulgação da informação jornalística, como o Estado e o mercado. Defendemos que a forma de produzir essa informação, a partir de informações de todos os tipos que circulam em sociedade, está sustentada em um modelo de fazer jornalismo que foi consolidado junto ao desenvolvimento capitalista. Buscamos mostrar como o produto desta atividade, a notícia – além de ser em si mesma a interpretação subjetiva do produtor, com base na realidade imediata, fragmentada e reificada – constitui-se a partir da contradição entre diferentes interesses por essa informação, dos limites impostos pela rotina de produção, a partir de um parâmetro específico de importância e validade social, que é histórico e social, das exigências do mercado consumidor, entre outros. Apontamos que algumas dessas contradições podem ser identificadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, estabelecidas pelo Ministério da Educação em 2013, por meio de uma análise crítica deste documento. As Diretrizes, além de indicarem mais uma relação do jornalismo com o conhecimento, desta vez, acadêmico, refere-se à formalização, pelo Estado, das exigências do profissional do jornalismo para atender às demandas gerais e cumprir seu papel social. Referem-se ao resultado das disputas pela legitimação e pelo reconhecimento desta profissão ao longo da história, que estão baseadas, por sua vez, em uma proposta específica do que devem ser o jornalista e a notícia, a partir das necessidades do capitalismo, de sua sociedade e seus conflitos típicos. Todas essas discussões são realizadas dialeticamente e as propostas e conceituações teóricas não são separadas do método, mas sim, constituem-se no desenvolvimento de toda a pesquisa.

Palavras-chaves: Jornalismo. Trabalho imaterial. Capitalismo. Conhecimento. Reificação.

SILVA, Gabrielle C. **The Immaterial Labor of Journalist:** relations of production, knowledge and reification. 2016. 119 p. Dissertation (Master of Education) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

ABSTRACT

This research approaches the journalistic work, understanding it from the perspective of immaterial labor and as a producer of stuff in the Culture Industry, understood in its structural place in capitalist society. We discuss journalism and professionals in this area of activity on the development of this society and its relations with the common knowledge in dialogue with the world of life and the world of work. We also reflect on the knowledge that permeates the profession, related to professional culture and expectations of different actors interested in propagation of journalistic information, such as the State and the market. We argue that the way to produce this information, based on all kinds of information that circulate in society is sustained on a model of journalism that was consolidated by the development of capitalism. We intend to show how the product of this activity, the news - in addition to being itself the subjective interpretation of the producer, based on the immediate, fragmented and reified reality -, is constituted from the contradiction between different interests on this information, the limits imposed by the routine production, a specific parameter of social importance and validity, which is historical and social, from the requirements of the consumer market and others. We pointed out that some of these contradictions can be identified in the National Curriculum Guidelines for the degree courses in Journalism, established by the Ministry of Education in 2013, through a critical analysis of this document. The Guidelines, besides indicating another journalism relation with knowledge, this time, academic, refers to the formalization by the State of journalism professional requirements to meet the general demands and accomplish their social role. The Guidelines refer to the result of disputes over the legitimacy and recognition of the profession throughout history, which is based on a specific proposal of what should be the journalist and the news because of the needs of capitalism, of its society and its typical conflicts. All these discussions are made dialectically and the proposals and theoretical concepts are not separated from the method and are constituted in the development of all research.

Keywords: Journalism. Immaterial labor. Capitalism. Knowledge. Reification.

Pela confiança, dedico a Joana, Edson, Adriana, Bruno e
Francklin (*in memorian*).

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 2 TRABALHO, COMUNICAÇÃO E JORNALISMO | 12 |
| 2.1 Informação e Capitalismo..... | 22 |
| 2.2 Trabalho imaterial e valor..... | 32 |
| 3 O TRABALHO REIFICADO E A REALIDADE REIFICADA..... | 47 |
| 3.1 O fato e o conhecimento da realidade | 57 |
| 3.2 O jornalismo na Indústria Cultural, o processo de trabalho, a profissionalização e o duplo valor da mercadoria | 66 |
| 4 DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES DIALÉTICAS ENTRE JORNALISMO E SOCIEDADE | 77 |
| 4.1 Jornalismo: crítica da profissão e da formação | 81 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 105 |
| REFERÊNCIAS | 110 |
| ANEXO A – DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO..... | 112 |

1 INTRODUÇÃO

A ambição das reflexões aqui propostas exigiu, essencialmente, como qualquer processo de descoberta, que fosse percorrido um trajeto teórico sustentado em questionamentos que a orientassem. Com formação na área de Comunicação Social, preparação técnica para atuar na profissão de jornalista e ingresso em uma linha de pesquisa que desenvolve projetos relacionados ao estudo do trabalho, da sociedade e da educação, tentar compreender e situar esse tipo de trabalho, intelectual e imaterial, na sociedade contemporânea apresentou ser uma decisão tanto necessária quanto confortável em um primeiro momento. Com essa disposição, porém, vários desafios se colocaram.

Foi preciso, então, estar ainda mais confortável com a escolha teórico-epistemológica que nos permitisse essa compreensão. Nesse sentido, partir do trabalho, categoria principal para entender a formação do homem e da sociedade, de fato, nos pareceu a alternativa mais adequada para explicar as muitas contradições que se estabelecem nas relações de produção, tanto material quanto não material.

Especificamente, buscamos tratar das contradições que se constituem na relação entre os conhecimentos que permeiam o mundo da vida e o mundo do trabalho e a profissão do jornalista, uma atividade responsável pela produção e circulação de um conhecimento específico, que é fruto e se relaciona, de alguma maneira, com as várias outras formas de conhecimento.

Conhecer, para nós, refere-se a uma ampla concepção e compreende: o conhecimento comum, o técnico, o diretamente relacionado aos processos de trabalho e ao domínio das informações científicas, usadas como estratégias políticas e econômicas, entre outros. Não conseguimos, no entanto, pensar em conhecimento sem pensar na informação e essa categoria será também tratada em sua contraditória forma capitalista.

Esperamos que o uso de autores que, ao longo de suas trajetórias teóricas, estruturaram ideias acerca de temas diferentes da comunicação e do jornalismo, ou mesmo que se contrapõem, não seja censurado¹, já que o esclarecimento de certos termos e conceitos foi de grande importância para as reflexões aqui pretendidas. Acreditamos que todos esses autores acrescentam à temática do trabalho e sua relação com o conhecimento e contribuem, com

¹ Como Lukács (2003) e Gorz (2005), que divergem sobre a centralidade da categoria trabalho na sociabilidade humana ou, ainda, entre a radicalização da objetividade, como as propostas estruturalistas, em relação à subjetividade e vice-versa.

isso, para a tentativa de compreender a atividade do jornalista, trabalhador da comunicação, enquanto atividade imaterial.

Foi preciso, inicialmente, devido à pouca intimidade com a teoria marxista que a área de formação proporcionou, que a proposta marxiana para compreensão da sociedade capitalista e a reprodução desse sistema fossem exploradas por intermédio dos intérpretes de seu esquema. A grande contribuição de Marx, no entanto, está na forma de enxergar as relações estabelecidas nessa mesma sociedade e de perceber seu desenvolvimento a partir da luta e das contradições. O contato com textos do próprio autor, para isso, foi essencial. Mesmo em um momento muito prematuro da pesquisa, o desencadeamento das ideias que tratam do valor da mercadoria, das relações de troca e de trabalho marcou e instituiu o olhar para analisar a temática proposta e sua relação com as coisas e com o mundo.

Todavia, não encontramos nas leituras que explicam ou que adotam o materialismo histórico dialético uma maneira de separar, por capítulos, o próprio método das teorias, definições ou conceituações. Esperamos, com isso, um diálogo no qual esses elementos se mostrem imbricados em uma totalidade na qual é possível observar a relação entre os fenômenos, fatos e o conhecimento teórico.

Pretendendo esse diálogo, a visão ideológica dos meios de comunicação e do jornalismo exigiu questionamentos que a tratasse também em sua relação com a estrutura e as leis objetivas da sociedade. O materialismo histórico dialético não permite que essas relações sejam ignoradas, mesmo na análise de um instrumento desenvolvido no seio do capitalismo e que parece atendê-lo nas suas demandas de reprodução. Partir deste método, capaz de desmascarar a estrutura que determina as possibilidades que os indivíduos têm de se comunicar e de estabelecer suas relações, significa revelar a própria existência desses mesmos indivíduos e a importância de suas necessidades nesse processo.

Não profundamente elaborado por Marx, o tema do trabalho imaterial se tornou objeto de estudo de vários autores. Alguns a ele se dedicam por assumirem a concretização de uma sociedade na qual o conhecimento é a nova fonte de valor e em que o trabalho não é mais a categoria central para compreendê-la.

Apoiamo-nos aqui, no entanto, nas ideias de estudiosos crédulos no conhecimento dos trabalhadores como exigência já consagrada pelo capitalismo e na hipótese de que, diante das revoluções tecnológicas, da informação e do acúmulo de diversos tipos de conhecimento, as relações se tornam ainda mais complexas e as novas formas de trabalho também são subsumidas pelo capital, produzindo valor e participando da reprodução deste sistema.

Sobre essas divergências, Vinícius Oliveira Santos (2013) propõe, em *Trabalho Imaterial e Teoria do Valor em Marx* – livro que, de acordo com Ricardo Antunes, refere-se a “um dos mais qualificados estudos sobre as formulações oferecidas por Marx acerca do chamado trabalho imaterial” –, uma discussão com os teóricos do trabalho imaterial, incluindo André Gorz (2005) e sua obra *O Imaterial: Conhecimento, valor e capital*, cujas explicações sobre conhecimento, saber e imaterialidade também serão aqui tratadas. Diante disso, exploramos essas obras dos dois autores, principalmente, para compreender a importância dessa nova forma de trabalho no capitalismo atual, a partir de Gorz (2005), e o conceito de valor em Marx, a partir da concepção de Santos (2013).

Como a informação e o conhecimento que circulam em sociedade possuem formas particularmente capitalistas, elas se contradizem, se contrapõem e se complementam. Relacionam-se com as necessidades do capital, do Estado e dos indivíduos de maneira dialética. Assumem funções e ganham uma manifestação, uma indústria, a Indústria Cultural. Essa é a proposta defendida por César Bolaño (2000), que aponta, convenientemente para esta pesquisa, o lugar estrutural dessa indústria na sociedade, o papel produtivo das comunicações e a produção de mercadorias.

A comunicação não pode ser reduzida a mera reprodução ideológica. Como veremos adiante, na proposta desse mesmo autor, a ideologia é intrínseca aos processos de trabalho e, ainda, com base em outros estudiosos, o conhecimento nesses processos está relacionado a outros conhecimentos, a outras formas de informação.

Pretendemos, então, sustentados nos esclarecimentos de vários autores, pensar a atuação do jornalista na sociedade capitalista e, para isso, discutiremos as formas da informação nessa sociedade, a interação entre conhecimentos, o trabalho imaterial como produtor de valor, o trabalho reificado e a sociedade reificada.

O caminho teórico proposto tem a iniciativa de fugir das concepções radicais do papel do jornalista na sociedade, visto como mecanicamente preparado para reproduzir ideologia. É preciso situá-lo também em sua condição de trabalhador, submetido a processos de trabalho e a uma sociedade reificada, e, ao mesmo tempo, não tomá-lo como instrumento ingênuo, à mercê da manipulação das informações e a serviço do capital e do Estado.

Nesse sentido, nas páginas que se seguem, para tratar desta nova forma trabalho, a do trabalho imaterial, crescente na atual fase do capitalismo, iniciamos as discussões ressaltando a centralidade dessa categoria para compreender a formação do homem e das relações humanas. Ainda que o trabalho imaterial do jornalista, os trabalhos relacionados à comunicação social e outros conhecidos como trabalhos intelectuais não caracterizem a

transformação da natureza ou a satisfação de necessidades vitais do homem, partimos do pressuposto de que a demanda por informação e diversos tipos de conhecimento representam uma das tantas outras exigências da vida humana nas novas configurações da sociedade.

Com isso, tais reflexões exigiram que a forma da informação na sociedade capitalista fosse abordada em suas contradições – com base nos interesses de dois importantes personagens, o capital e o Estado – e que o papel do jornalismo diante desses mesmos interesses pudesse ser pensado também em suas contradições. Tratamos, a partir disso, nas discussões seguintes, da concretização do jornalismo como produtor de um conhecimento específico e legitimado pela sociedade.

Ao longo das discussões empreendidas, procuramos mostrar a relação dialética que a produção desse mesmo conhecimento estabelece com o conhecimento disponível em sociedade, com os saberes e as experiências dos indivíduos, com o conhecimento científico, teórico e estratégico e, inclusive, com o conhecimento conexo ao mundo do trabalho.

A ambição é apontar que, além da reificação do trabalho do jornalista, o conhecimento comum – fruto das relações sociais, das vivências e da rotina dos indivíduos; fonte e ao mesmo tempo produto deste trabalho, na forma de conteúdos noticiosos – refere-se também a um conhecimento reificado, resultado de uma realidade reificada, na qual um amontoado de fenômenos ou fatos se mostram independentes do sujeito, bem como os produtos do seu trabalho.

No entanto, ao refletir os vários aspectos que determinam esta atividade, outro tipo de conhecimento, o conhecimento formal ou a formação acadêmica do trabalhador do jornalismo, é fundamental nesta determinação. Por esse motivo, no último capítulo, promovemos uma análise das diretrizes curriculares para os cursos de jornalismo, estabelecidas pelo Ministério da Educação, em 2013.

Para a pesquisa, essas diretrizes representam o resultado e a oficialização das diversas expectativas em relação à necessidade da informação, fruto das contradições e dos conflitos de interesse que se processaram ao longo da história do capitalismo, assunto sobre o qual refletimos ao longo de todo o texto. Por intentar uma relação direta com a realidade imediata e por submeter os currículos dos cursos de Jornalismo à formação de um determinado perfil de jornalista e ao ensino de um determinado padrão de produção de conteúdos, elencamos a análise desse documento, em detrimento de investigações que solicitassem as experiências e subjetividades individuais, como a observação ou a entrevista.

Apesar de ambicionarmos que o método materialista histórico dialético não fosse sistematizado em um capítulo, mas permeasse todas as discussões, pretendemos que esse

capítulo, que trata das diretrizes, compreenda reflexões importantes acerca desse mesmo método. A intenção é resgatar a importância deste indivíduo, sujeito e trabalhador, e de sua conscientização, a partir dos vários conhecimentos da realidade complexa.

É válido ressaltar que encontramos, nas Diretrizes, material que merece investigações aprofundadas. Alguns artigos e parágrafos que tratam diretamente da prática jornalística podem ser observados nas redações e resultar em análises críticas acerca dos processos de trabalho desta atividade. No entanto, o propósito do presente estudo está no diálogo entre o documento e as discussões teóricas realizadas ao longo da pesquisa.

A proposta é completar uma análise ainda muito recortada, compreendendo a complexidade da busca pela totalidade, dos aspectos determinantes do trabalho jornalístico, no que se refere, principalmente, às relações com a sociedade e o conhecimento. Pretendemos, no entanto, ao intencionarmos a dialética da questão posta, termos alcançado uma abordagem mais complexa sobre o tema.

Nesse sentido, destacamos a necessidade de se considerar o trabalhador do jornalismo em sua condição de classe, a classe de trabalhadores do capital, e como sujeito histórico, construtor da história que encontra em si os limites e, ao mesmo tempo, a potencialidade de superação desse sistema para sua emancipação a partir do próprio trabalho.

2 TRABALHO, COMUNICAÇÃO E JORNALISMO

Lukács coloca, no primeiro capítulo da obra *Para uma ontologia do ser social*, que

para expor em termos ontológicos as categorias específicas do ser social, o seu surgimento a partir das formas de ser precedentes, de que maneira as categorias se vinculam a essas formas, como aquelas que se fundamentam nestas e se diferenciam destas, é preciso começar pela análise do trabalho. (LUKÁCS, 1984, p.1).

Essa exposição é válida para as reflexões aqui pretendidas não porque se ambiciona retomar o trajeto que percorre a formação do ser social até a criação, pelo homem, da imprensa moderna e da profissionalização do jornalista, mas porque assume como indissociável a relação entre a atividade humana e as categorias da “forma de ser”, “do complexo concreto da sociabilidade” (LUKÁCS, 1979, p. 4).

De acordo com o autor, o momento do surgimento do trabalho, “enquanto base dinâmico-estruturante de um novo tipo de ser” (LUKÁCS, 1979, p. 4), vai além da competição biológica dos seres vivos. Não pode também ser determinado pela divisão do trabalho ou pela confecção de produtos,

mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser um mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia ‘já na representação do trabalhador’, isto é, de modo ideal. (LUKÁCS, 1979, p. 5).

Para o autor, a consciência possui um papel ativo na elaboração de uma ontologia histórico-materialista do ser social. Em sua concepção, é só a partir dessa consideração que discussões sobre a liberdade e a necessidade do homem podem ser efetivadas. Ele compreende que é a busca por satisfazer carências materiais que movimenta “o complexo do trabalho; e todas as mediações existem ontologicamente apenas em função da sua satisfação” (LUKÁCS, 1979, p. 6).

O que existem, então, são processos de construção e destruição. A formação do ser social acontece por meio do trabalho, no qual estão dadas as categorias essenciais à sua existência, em que “o homem deixa a condição de ser natural para tornar-se pessoa humana, transforma-se de espécie animal que alcançou um certo grau de desenvolvimento relativamente elevado em gênero humano, em humanidade” (LUKÁCS, 1979, p. 15).

Neste processo, acontece, para o autor, uma divisão no trabalho concreto, entre o conhecimento, as finalidades e os meios. Alguns conhecimentos que antes representavam momentos preparatórios do trabalho se desenvolvem até se tornarem campos autônomos perdidos da função inicial. Essa é uma forma de divisão do trabalho, uma nova posição teleológica, na qual o homem deve executar uma determinada atividade a partir de um modelo pré-determinado.

Uma dificuldade na compreensão do trabalho jornalístico como peça do desenvolvimento do capitalismo, bem como outras atividades definidas como imateriais, relacionadas à comunicação, à informação, ao ensino e às artes, por exemplo, ocorre pelo fato de elas não terem sido priorizadas nas obras de Marx. Apesar de suas reflexões incluírem a oferta de mão de obra por meio dos serviços, Marx esteve prioritariamente preocupado com a exploração da mão de obra fabril, oferecida pelo trabalhador material como mercadoria.

Ainda que não possa ser caracterizado pela modificação da natureza em uma relação orgânica e intrínseca à existência do homem, ou mesmo por seus produtos não serem necessários à sobrevivência, tanto o trabalho jornalístico quanto outros trabalhos imateriais têm-se mostrado importantes complexos de análise. Tais atividades fazem uso de categorias puramente sociais, como a linguagem, a escrita e a informação, para se tornarem fontes de um conhecimento comum e, por isso, legitimadas pela própria sociedade ao longo da construção histórica da humanidade.

Roseli Figaro (2002) tece uma importante discussão sobre as transformações na forma como os homens lidam com a comunicação a partir de sua mediação pelo mundo do trabalho. No debate com a proposta habermasiana acerca da linguagem no processo de conhecimento, oferece uma valiosa definição do sujeito social e da relação existente entre sujeito, subjetividade e trabalho. Para a autora, trata-se de um

indivíduo singular, único, que se constitui inserido numa determinada época, num determinado espaço, num determinado conjunto de relações sociais, numa determinada época histórica, num determinado universo cultural. Ele é plural na medida em que se constitui da polifonia dos discursos que circulam na sociedade. E age polifonicamente. É um Ser ativo que produz sentido em relação ao mundo por ele vivido na filogênese e na ontogênese, ou seja, enquanto Ser resultado do processo histórico humano e enquanto processo de seu próprio tempo de vida. O sujeito não é um EU autônomo e autômato, livre no sentido de estar desligado do conjunto do que é a sociedade. O sujeito não é o EU fonte absoluta de significação, capaz de tirar e criar de si mesmo todos os sentidos. (FIGARO, 2002, p. 9-10).

O indivíduo social é um produto das condições da sociedade à qual pertence. Para Figaro (2002), refere-se a um sujeito ativo que atua sobre essas condições, transformando a realidade objetiva e a si mesmo por meio do trabalho. Ele transforma algo que já existe, como a natureza, em outra coisa e cria, assim, a si mesmo. Com isso, a autora entende que a linguagem é integrante do processo e não apenas uma estrutura padronizadora da forma de conhecer o mundo.

Assumir a linguagem a partir desta perspectiva significa, para a discussão aqui proposta, ampliar a compreensão restritiva da comunicação e suas áreas, nas quais a linguagem existe apenas como mero instrumento para os diferentes tipos de conhecimento. Figaro (2002) explica que as tentativas de sistematização da comunicação desafiam diferentes áreas do conhecimento e que o estudo da comunicação como ciência se concretiza multidisciplinarmente.

Ao assumir, também, a categoria do trabalho como central para compreender as mudanças na contemporaneidade, a autora entende este mundo, o do trabalho, como “mediação fundamental na recepção dos meios de comunicação”. Ela afirma “que as relações que acontecem no mundo do trabalho formam o ponto de vista a partir do qual o receptor se relaciona com os sentidos e as representações do mundo” (FIGARO, 2002, p. 2).

Apesar de a discussão presente não pretender tratar dos estudos de recepção ou do modelo comunicativo proposto por Habermas em sua reconstrução do materialismo histórico, a explicação de Figaro é aqui valiosa por entender o trabalho como fundamental para as interpretações que o homem faz dos produtos da comunicação e das relações comunicativas que estabelece. Trata-se de uma compreensão totalmente dialética, pois analisar o mundo do trabalho é, de fato, analisar também as relações de comunicação. Analisar a comunicação, por sua vez, é pensar como o mundo do trabalho recorre a ela para efetivar suas transformações.

Também é importante, para esta proposta, a colocação da autora de que

os instrumentos de comunicação – máquinas, informações e processos – cada vez mais fazem parte do que se denominam forças produtivas e, portanto, como é neste território que as pesquisas de comunicação precisam debruçar-se para compreender o que está mudando na própria comunicação, nas sensibilidades, nas formas de ver, ouvir, falar, sentir: comunicar-se. (FIGARO, 2002, p. 3).

A autora recorre aos Estudos Culturais para analisar as transformações no mundo do trabalho em sua relação com a comunicação. Trata-se de uma proposta complexa que não cabe nas reflexões aqui propostas. A ideia contida na citação acima, porém, permite pensar o

lugar do jornalismo, área do campo da comunicação, no mundo do trabalho e sua relação dialética com esse mundo enquanto produtor e reproduzidor de conhecimento. Tal citação não contradiz a perspectiva materialista histórica e autoriza a complexa imbricação entre o saber e o modo de produção. A autora esclarece que:

A gestão da comunicação nas empresas e nas organizações do mundo do trabalho tem se apropriado já há um bom tempo dos conhecimentos produzidos pelas Teorias de Comunicação. Agora, muito mais, tem se utilizado desses saberes para redimensionar o mundo do trabalho. No entanto, é o mundo do trabalho que orienta, escolhe e direciona tal apropriação. Claro, é um processo dinâmico e dialético. O mundo do trabalho, composto por distintos sujeitos da comunicação, com saberes e culturas, dá sentido, ou melhor, contextualiza os sentidos e construção da persuasão. (FIGARO, 2002, p. 9).

O mundo do trabalho, orientando a forma de conhecer a realidade a partir da comunicação, pode dizer muito sobre esse conhecimento adquirido. Dessa forma, no que se refere ao jornalismo, estabelece-se uma relação dialética entre a produção e o consumo de conteúdos. Quando o trabalhador da comunicação produz-se a si em sociedade, nas relações que estabelece e que são determinadas pela forma como essa sociedade se reproduz, ele está produzindo uma característica fundamental de seu trabalho imaterial, já que entrega também a sua subjetividade, saber e conhecimento na prática de sua atividade.

Embora os conteúdos jornalísticos não possam ser comparados aos produtos consumidos por exigências vitais do corpo humano, é preciso reconhecer a importância dada às suas divulgações. Eduardo Meditsch, em conferência feita nos Cursos da Arrábida da Universidade de Verão, em 1997, expõe sobre os diferentes entendimentos do jornalismo como forma de conhecimento. Meditsch (1997) aprofunda uma abordagem que compreende essa atividade não como “degradação do saber” ou como uma “ciência menor”, mas como um modo de tratar da realidade diferentemente da forma como a ciência e a história o fazem. O autor explica que:

Além desta maneira distinta de produzir conhecimento, o jornalismo também tem uma maneira diferenciada de o reproduzir, vinculada à função de comunicação que lhe é inerente. O Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. A hipótese de que ocorra uma reprodução do conhecimento, mais complexa do que a sua simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do Jornalismo no processo de cognição social. (MEDITSCH, 1997, p.3).

Para o autor, os embates epistemológicos contra o preceito da objetividade da ciência positivista e a compreensão da linguagem como produto histórico e cultural “contribuíram para destruir o ideal de uma verdade única e obrigatória” (MEDITSCH, 1997, p.4). Ao assumir a existência de diferentes interpretações para compreender um mundo tão complexo, o jornalismo representa uma fonte de produção e reprodução de um conhecimento comum que é produzido e reproduzido a partir da socialização e das experiências dos indivíduos. Tendo isso, Meditsch (1997, p. 6) acredita que

não é aconselhável descartar a priori qualquer das formas disponíveis de conhecer e re-conhecer o mundo, por mais limitada e singela que possa parecer. Daí a necessidade de se compreender melhor como funciona o Jornalismo como modo de conhecimento, e de investigar até que ponto ele não será capaz de nos revelar aspectos da realidade que não são alcançados por outros modos de conhecer mais prestigiados em nossa cultura.

Nesse sentido, por apresentar um senso comum da realidade e por produzir e reproduzir esse mesmo senso, o rigor do jornalismo é questionado. O autor explica que o lugar do senso comum foi, por muito tempo, ignorado pela ciência e suas teorias. Foi apenas com a valorização do cotidiano “para o desvendamento das relações sociais” (MEDITSCH, 1997, p. 6) que essa forma de saber sobre as coisas se tornou objeto e fonte de investigação.

Para Meditsch (1997, p. 9), o jornalismo, por não conseguir conhecer as coisas essencialmente, não pode ser considerado uma ciência, mas “é capaz de revelar aspectos da realidade que escapam à metodologia das ciências”. Trata-se de uma forma de conhecimento importante para a sociedade, mas que, como outras formas de conhecimento, é permeada por limitações históricas, culturais e pela subjetividade de quem a produz.

O jornalismo sofre, ainda, nas explicações do autor, com a falta de transparência dos condicionantes da notícia, que é apresentada como sendo a realidade, com a velocidade de produção e com a espetacularização. Esses condicionantes da produção, no entanto, não são o foco da discussão aqui proposta.

É razoável que pareça desnecessário também ambicionar as abstrações promovidas por Marx ou Lukács para a forma de mercadoria da informação, o trabalho concreto e abstrato contido nela e o seu valor de uso e de troca. Interessa, porém, para a discussão aqui proposta, o fato de que, em uma sociedade de produtores de mercadoria, “o produto do trabalho tem de ser útil, isto é, útil aos outros” (MARX, 1996, p. 200), que por utilidade entendem as mais amplas formas de satisfazer as necessidades dos homens. Esses homens equiparam entre si os

seus trabalhos privados quando equiparam seus produtos na troca, tornando esses mesmos trabalhos em trabalho humano igual.

É importante destacar, também, que por força de trabalho, “ou capacidade de trabalho, entende-se o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1996, p. 285).

Nesse sentido, como o trabalhador não possui os meios de produção, ele nada mais pode oferecer ao comprador da força de trabalho do que a sua própria, como unidade de valor de uso, desenvolvido pelo trabalho concreto, e de valor de troca, manifesto no preço da mercadoria, do trabalho, por meio do pagamento do salário.

No entanto, de acordo com Moura (1999, p. 59), em seu artigo para a revista *Crítica Marxista, Sobre o Projeto de Crítica da Economia Política de Marx*,

o trabalho humano, enquanto tal, não engendra alienação, só o trabalho alienado o faz. O trabalho, per se, não subjuga o homem a seus produtos, pelo contrário, enquanto atividade vital é produto e garantia da *differentia specifica* do homem, fruto de sua atividade livre e consciente, que faz dele o que é. Para Marx, o homem se universaliza na medida em que, enquanto homem, pelo seu trabalho, converte a natureza em seu corpo, perdendo esta qualidade de ser genérico, quando se aliena.

O trabalhador oferecer sua força de trabalho como uma mercadoria caracteriza, então, a época capitalista. Essa força de trabalho é uma das coisas compradas pelo capitalista no mercado para que seja colocada em um processo de produção com as outras coisas. Se antes o homem realizava na matéria natural seu objetivo, apropriava-se e transformava a natureza para satisfazer suas necessidades e produzir valores de uso, agora, sua força de trabalho é consumida pelo capitalista no processo de produção também enquanto valor de uso. Esse trabalho é compulsório, não é voluntário. Isso quer dizer que não somente o resultado do trabalho é estranho ao trabalhador, mas também o ato de produzi-lo.

Como poderia o trabalhador defrontar-se alheio ao produto da sua atividade se no ato mesmo da produção ele não se estranhasse a si mesmo? O produto é sim somente o resumo da atividade, da produção. Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa, a exteriorização, a atividade da exteriorização. (MARX, 1996, p. 82).

Essa contradição, na qual o trabalhador e o produto de seu trabalho são separados, aponta que o modo como os homens produzem sua vida já está determinado em sociedade.

Como foi colocado por Lukács (1979), evidencia-se ainda que os movimentos sociais que constroem a história da humanidade independem da vontade do homem.

A partir disso, torna-se necessário investigar as transformações históricas para a configuração das sociedades a partir da evolução dos meios de produção. Existem, tanto nesse processo como em todas as suas manifestações concretas, disputas internas, nas quais a essência das coisas se sustenta por contradições e eternos movimentos dialéticos. Na reprodução das atividades imateriais, na qual se insere a produção intelectual comunicacional, não é diferente.

A comunicação e a necessidade de seu desenvolvimento na sociedade capitalista estão intrinsecamente ligadas às reformulações no mundo do trabalho. A forma como essa área é configurada, a partir das tensões históricas entre diversos atores, como o Estado, o capital e a sociedade civil, aponta para a importância de compreender um processo que é mais complexo do que as utilidades ideológicas dos meios e é anterior às escolhas de quais serão os melhores formatos tecnológicos a serem adotados. Isso quer dizer que os constantes embates de poder definem quais serão os meios de produção para a execução do trabalho imaterial comunicacional e que a prática dessas atividades fazem parte da edificação da sociedade e do próprio homem.

De acordo com Suzy dos Santos (2008), enquanto objeto de estudo da Economia Política da Comunicação (EPC), “desde os primeiros trabalhos identificados como seminais nesta linha de pensamento, as análises estiveram voltadas à crítica da subjugabilidade da comunicação de massa à manutenção dos âmbitos de poder do mercado e/ou do Estado” (SANTOS, 2008, p. 15). Tal argumento representa as possibilidades de análises históricas e muito mais complexas da apropriação, pela sociedade capitalista, dos meios e produtos da comunicação, que surgiram nessa mesma sociedade a partir da necessidade de um tipo específico de informação. Nesse sentido, a perspectiva da EPC é de grande valor para as ideias aqui colocadas. Cabral (2008, p. 81) argumenta que

temas eminentemente críticos relacionados ao jornalismo contemporâneo, como a velocidade na produção e na difusão de informações, requerem uma abordagem mais abrangente do que a que considera questões como linguagem e formatação de notícias ou mesmo estruturação de equipes e suas funções.

Isso significa que a trama, as contradições e a participação dos diversos atores sociais na configuração da comunicação na sociedade contemporânea consistem como os principais objetos de análise para estabelecer os objetivos da EPC.

Nesta mesma linha da EPC, César Bolaño (1995, p. 20) tece explicações que situam tal questão no contexto capitalista de produção. Para o autor, o capitalismo tal como é apresentado manifesta a “gênese de um capitalismo total” e a globalização, que nada mais é do que a internacionalização do capital, representa a produção da cultura e da informação enquanto mercadoria e a diminuição ainda maior das fronteiras entre trabalho manual e intelectual.

O autor não descaracteriza, porém, a importância da manipulação ou da transformação da produção cultural em mercadoria ideológica, para a manutenção do sistema. Mas é de grande valia, em sua concepção, compreender que, por mais que a superestrutura tenha se industrializado, a estrutura não se tornou um “novo discurso superestrutural autônomo” (GARNHAM, 1979 apud BOLAÑO, 1995, p.18). Isso quer dizer que ainda são os grandes sistemas de informação, produtores de mercadorias para a acumulação do capital, que determinam a superestrutura. Com isso, a superestrutura não é autônoma ao modelo econômico.

Todas as formas mediadas de comunicação envolvem o uso de recursos materiais escassos e a mobilização de competências e disposições que são elas próprias determinadas’ pelo acesso a esse tipo de recursos e que ‘a compreensão que nós temos do mundo e, assim, nossa habilidade para transformá-lo, serão por seu turno determinados pelo modo em que o acesso e o controle sobre esses recursos escassos são estruturados. (GARNHAM, 1990, p. 6 apud BOLAÑO, 1995, p. 18).

Se os “mega sistemas de informação” são, na globalização, produzidos para expandirem e movimentarem internacionalmente o capital, representam também a base para a “internacionalização da Indústria Cultural, internacionalização, aliás, que é sua marca de origem” (BOLAÑO, 1995, p. 17). Esse raciocínio sustenta a crítica marxista dos estudos da economia da comunicação e cultura à autonomia da superestrutura, proposta pela Indústria Cultural.

Nesse sentido, a crítica de Bolaño (1995) à compreensão dos meios de comunicação como sendo apenas produtores de valores simbólicos é crucial. Já é provada a influência dos produtos desses meios no mundo da vida dos homens, mas é preciso compreendê-los, ainda, como resultados de uma atividade que cumpre “uma função econômica direta (produção e distribuição de mercadorias) e uma função econômica indireta (publicidade)” (BOLAÑO, 1995, p. 18).

A citação do autor não faz referência à atividade jornalística, mas pode ser aqui apropriada, pois indica a prática de um trabalho que necessita, de maneira direta, dos meios de comunicação de massa como recurso material para a produção e disseminação dos conteúdos. Além disso, os meios de comunicação, como produtores de cultura e como novo mercado de investimento, permeiam as relações que alimentam a produção de conteúdos jornalísticos, fazendo parte do mundo da vida e do mundo do trabalho.

Com isso, as contradições do capitalismo estão presentes na atividade jornalística de diversas maneiras, inclusive, pelos embates de interesse dos que querem transmitir informações e dos que querem lucrar com esse mercado. Produz-se cultura e a cultura está integrada ao modo de produzir as mercadorias nos meios de comunicação. Tudo isso, porém, é determinado pelas relações materiais de produção edificadas ao longo da história e pelas relações de trabalho existentes no grande complexo do mundo do trabalho e nos processos de trabalho como foram estruturados nas redações.

Marcos Dantas, ao escrever o prefácio do livro *Indústria Cultural, Informação e Capitalismo*, de Bolaño (2000), afirma que um estudo crítico das comunicações deve interessar-se pelas suas condições de produção “enquanto processo de trabalho e de expropriação, igual a qualquer outro processo capitalista de trabalho” (BOLAÑO, 2000, p. 12). Para os autores, o trabalho deve ser a questão central dos estudos da Economia Política da Comunicação e Cultura, questão essa que é geralmente simplificada à categoria de trabalho improdutivo.

Para eles, o produto da Indústria Cultural é uma mercadoria, fruto de um trabalho que deve ser analisado nos termos de Marx como trabalho concreto e trabalho abstrato. Na ótica de Dantas, referendando as reflexões de Bolaño, o lugar da Indústria Cultural na sociedade capitalista é estrutural e seu estudo não pode limitar-se às abordagens superestruturais ou ideológicas.

Existe, nas explicações da obra, um consenso de que o trabalho mobilizado pela Indústria Cultural se refere a um trabalho concreto e que mercadoria produzida possui uma dupla face. É um livro, um disco ou um filme, ou seja, um conteúdo, mas é ainda, de acordo com Dantas sobre a proposta de Bolaño, uma audiência, capturada pelo artista, a partir do valor simbólico que produz. O valor simbólico, ou valor de uso produzido pelo artista, então, “ganhará valor de mercado, ou valor econômico, pela dimensão de audiência que tenha produzido” (BOLAÑO, 2000, p. 11). A audiência, no entanto, refere-se a uma mercadoria que tem como qualidade não a possibilidade de troca, mas a de ser propriedade de uma dada unidade de capital que a produz.

Esta perspectiva teórica, da Economia da Comunicação e da Cultura,

tem procurado indagar-se sobre as funções dos meios no próprio processo de acumulação de capital, com o que prioriza, ora a problemática da publicidade, ora a dos meios de comunicação de massa como *locus* privilegiado da acumulação do capital no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. (BOLAÑO, 2000, p. 17).

Bolaño propõe definir as formas de informação sob o capitalismo, “tanto no que se refere à relação mercantil, quanto à relação de capital e o processo de trabalho, quanto à concorrência capitalista” (BOLAÑO, 2000, p. 18). Para ele, são duas formas gerais que a informação estabelece com o sistema capitalista: uma relacionada à comunicação de massa, a publicidade, e outra relacionada às contradições de interesse entre capital e Estado, a propaganda. A primeira é ligada à acumulação do capital e a segunda, à reprodução ideológica do sistema.

No entanto, para que a Indústria Cultural atenda à necessidade de a comunicação de classe aparecer como comunicação de massa, a publicidade e a propaganda não são suficientes. Para que os interesses do capital e do Estado sejam garantidos, Bolaño (2000) acredita que esse mecanismo de mediação, a Indústria Cultural, deve substituir os mecanismos internos de reprodução simbólica da vida para que ambos possam atender às necessidades psicológicas e psicossociais do público.

Assim, o próximo capítulo desta pesquisa, abordará as explicações desse autor acerca da forma da informação no capitalismo, o seu uso pelo Estado e pelo capital, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, a Indústria Cultural como produtora de mercadorias, entre outros. Isso porque a compreensão e os movimentos promovidos pelo autor são de grande validade para pensar a relação da informação com trabalho e a produção jornalística.

Este trabalho não se relaciona apenas com a informação que está ligada à rotina dos indivíduos e aos acontecimentos para a produção de notícias. A informação é apreendida da realidade pelo jornalista, mas também faz parte dos processos do trabalho desse profissional de maneira essencialmente colaborativa e está presente nesses processos por meio do conhecimento técnico, da forma burocrática e hierarquizada da produção. Além disso, como qualquer outro processo produtivo, a informação integrará o produto final a ser entregue ao público consumidor na forma acontecimentos e é útil ainda a outros mercados e processos produtivos, relacionados direta ou indiretamente com a comunicação, como conhecimento estratégico.

Ainda assim, não conseguimos determinar todos os momentos, a circularidade e as contradições da informação envolvida no trabalho do jornalista. Ambicionamos, no entanto, com as discussões sobre a comunicação, situar este trabalho no contexto de totalidade ao qual pertence, conceito esse que também será discutido posteriormente.

2.1 Informação e capitalismo

O desenvolvimento dos meios de comunicação está atrelado ao desenvolvimento da sociedade capitalista. Essa percepção permite enriquecer a compreensão das atividades relacionadas a esta área para além do campo ideológico ao qual estiveram reduzidos os seus estudos. A comunicação faz parte do processo de produção e circulação de mercadorias de inúmeras maneiras e, na atualidade, essa participação é dificilmente sistematizada. Está atrelada à troca de informações, à produção, ao comércio, aos transportes, às relações pessoais e sociais e à cultura.

Bolaño (2000, p. 28) explica que os “meios de comunicação e transporte”, na concepção de Marx, fazem parte da reprodução do capital, possuem uma função no mercado de consumo e no fornecimento de matéria-prima para a indústria, representam um setor específico da economia, são produtivos e geram valor. São esses meios que transmitem informações e notícias ou transportam mercadorias e pessoas. A partir disso, o autor procura definir teoricamente a comunicação e a informação na forma em que se adequam “às determinações gerais mais abstratas do modo de produção capitalista” (BOLAÑO, 2000, p. 30).

No que se refere à produção de mercadorias, a informação é um elemento indispensável. Dantas coloca, no prefácio do já referido livro de Bolaño (2000), que essa informação, quando utilizada pelos negócios privados, é também privada em sua produção e apropriação. É “uma informação centralizada, hierarquizada, verticalizada que, muitas vezes, também pode ser mercantilizada (na forma de tecnologia, por exemplo). Para Bolaño, trata-se de uma informação de classe” (BOLAÑO, 2000, p. 11).

Quando é necessário para os negócios, a informação precisa tornar-se pública e o desenvolvimento dos meios de comunicação promove essa publicidade. No entanto, atribui-se a aparência de que essa informação está disponível para todos, de que é democraticamente acessível.

Diante das explicações de Bolaño, é impossível não pensar no trabalho do jornalista e na oferta de informações úteis à concorrência como pontos estratégicos. De disseminadora de

informações específicas aos comerciantes na fase concorrencial do capitalismo, a divulgação de notícias passa hoje a oferecer fatos em escala global, desde as condições climáticas às preferências de consumo ou inseguranças desses mesmos consumidores.

Para o autor, a comunicação envolvida nas relações de compra e venda de mercadorias é uma forma particular de troca de informações objetivas que representa a busca pela satisfação das necessidades humanas que são materiais e objetivas, “relacionadas ao estômago ou ao espírito” (BOLAÑO, 2000, p. 32). Bolaño explica que a troca não pode ser entendida apenas a partir de motivações econômicas e que o dinheiro, enquanto equivalente geral para a troca de todas as mercadorias, representa ele mesmo uma norma social “referendada por uma força de coerção extra-econômica” (BOLAÑO, 2000, p. 30).

Nesse sentido, a informação específica da relação mercantil, para Bolaño, pode ser considerada uma ação comunicativa, nos termos de Habermas, por sua objetividade e seu caráter verbal. Nessas relações, o autor explica que existem possibilidades de não dizer a verdade, de falsear a informação, ou mesmo de manipulá-la pela publicidade. Ao considerar a necessidade de coerção extraeconômica, existe a possibilidade também de um tipo específico de informação que pode estar em contradição com o interesse mercantil. Esse seria o uso político da informação pela propaganda.

No primeiro momento de suas análises, Bolaño (2000) refere-se à publicidade no sentido de tornar-se público, “tanto do ponto de vista do mercado quanto da força de coerção extra-econômica. Tornar público: é essa a forma que a informação deve adquirir para adequar-se às exigências da circulação mercantil”. O autor não está tratando ainda do caráter ideológico da informação, “direto (propaganda) ou indireto (publicidade comercial, que cria um modo de vida, ou publicidade propriamente dita)” (BOLAÑO, 2000, p. 36). Isso porque, nessas suas primeiras explanações acerca da informação e da comunicação, os indivíduos envolvidos nas relações mercantis são supostamente iguais, integrantes de um sistema que aparenta igualdade.

Até aqui, o jornalismo, ou a imprensa, se relaciona com a informação tornando-a pública, no sentido colocado pelo autor, quando necessário. Trata-se de um instrumento usado nas relações comerciais e que, de fato, contribui para a aparência de igualdade que a concorrência promove.

De acordo com Bolaño, é no processo produtivo, na fábrica, que essa aparência de igualdade é desmascarada. Quando vende sua força de trabalho, o trabalhador se submete às ordens dos que detêm o poder e o conhecimento na empresa. Para ele, a comunicação se

transforma em uma comunicação de classe, na qual as informações dirigidas ao trabalhador assumem a forma de ordem sob o seu trabalho.

A comunicação capitalista, “hierarquizada, objetiva e direta, não mediada”, tal qual “o movimento de racionalização e burocratização do processo de trabalho pode ser entendido, entre outras coisas, como um movimento de construção de uma base comunicativa para o capital, no seu processo de valorização” (BOLAÑO, 2000, p. 36). Há, com isso, uma interferência tanto do sistema no mundo da vida dos trabalhadores quanto o contrário. Trata-se de uma articulação entre integração social e integração sistêmica e uma exploração da força de trabalho em seu sentido cooperativo e no processo formalmente articulado a favor do capital.

Nos nossos termos, isso quer dizer que existe uma contradição na forma da comunicação no processo de trabalho, uma vez que este exige não apenas aquela informação hierarquizada que faz com que as decisões daqueles que detêm o poder na empresa passem para os trabalhadores diretos, mas também um tipo de comunicação horizontal, cooperativa, entre esses mesmos trabalhadores individuais que, no seu conjunto, formam não só o trabalhador coletivo enquanto coletivo a serviço da valorização do capital, mas também enquanto conjunto de indivíduos da mesma classe social reunidos sob o poder de um capital que os explora e domina. É assim que, no nível do processo de trabalho, a informação adquire inequivocadamente a forma de INFORMAÇÃO DE CLASSE. (BOLAÑO, 2000, p. 45, grifo do autor).

Para Bolaño (2000), a apropriação do conhecimento dos artesãos pelo capital permitiu a formação da base comunicativa já explicada por ele e a dominação, pelas empresas, do processo produtivo. O autor chama esse processo de “acumulação primitiva do conhecimento”, a partir do qual ocorrerá uma bifurcação em dois tipos de informação:

uma ligada diretamente ao processo de produção de mercadorias e que, no entanto, não é ela própria mercadoria, mas comunicação direta, hierarquizada, cooperativa, objetiva e não mediatizada e outra que se agrega como mais um insumo ao processo produtivo e que, controlada pelo corpo técnico e burocrático da empresa capitalista, é sempre, efetiva ou potencialmente, mercadoria-informação. (BOLAÑO, 2000, p. 46-47).

À fetichização dessa segunda forma, ligada ao processo competitivo, de acordo com Bolaño, é que se relacionam as propostas de uma sociedade da informação, ou seja, à “estocagem, manipulação e disseminação da informação”. Essas são, portanto, como define o autor, as duas formas de informação decorrentes do processo de acumulação primitiva do conhecimento: ligada ao processo de trabalho e à concorrência capitalista.

No entanto, a aparência de igualdade promovida pela concorrência não pode, para Bolaño, mascarar a desigualdade existente no processo produtivo e a contradição da forma capitalista da informação. De acordo com o autor, os meios de comunicação de massa também aparentam essa igualdade no acesso à informação, mas “encobrem a desigualdade fundamental que se expressa no caráter de classe da informação no processo de trabalho”, ou seja, mascaram a desigualdade que há no processo produtivo.

Ao mascarar esse caráter classista da informação capitalista, as teorias da informação ou, mais geralmente, as teorias “burguesas” da comunicação confirmam, elas também, o seu caráter classista e a sua função ideológica a serviço da manutenção do sistema. (BOLAÑO, 2000, p. 50).

Para o autor, a propaganda e a publicidade são formas ideológicas diretas e indiretas da informação, consequência da externalização da contradição da forma mercadoria. De acordo com ele, “quanto maior o número dos capitais individuais ou das instituições públicas que participam do monopólio da informação” e “quanto maior for a quantidade de informações dirigidas ao público”, mais reforçada será a aparência de igualdade. A dominação, porém, continua, já que o público não possui acesso a algumas dessas informações e nem os meios de transmissão para suas próprias mensagens (BOLAÑO, 2000, p. 52).

Na ótica de Bolaño (2000), a contradição entre a informação de classe, relacionada ao trabalho, e a informação mercadoria é encoberta pelos meios de comunicação. O trabalho intelectual, por sua vez, inclusive o dos jornalistas, respalda essa ação. Tanto os meios de comunicação quanto a imprensa de massa, em suas explicações, surgiram a partir da possibilidade promovida pelo desenvolvimento dos sistemas de informação necessários à expansão do capital. Mas, para Bolaño, o determinante desse processo foi a necessidade de mascarar a contradição ou a essência da informação capitalista.

Outra contradição está relacionada, de acordo com o autor, com a forma publicidade e a forma propaganda da informação, que, apesar de dificilmente poderem ser distinguidas na prática, representam os interesses do Estado e do capital pelos meios de comunicação de massa.

Esses meios emitem mensagens que pressupõem retorno do público, mas que não representam igualdade na produção e emissão. Bolaño (2000) explica que essa informação, então, se torna um instrumento ideológico de dominação pelo Estado e pelo capital individual.

Esse último domina não só a informação na forma publicidade, como proposta competitiva de mercado, mas também a comunicação que ocorre no processo produtivo.

O que o autor chama de circuito é diferente para os interessados em dominar a informação. Para os interesses do Estado, as informações pretendem um circuito amplo, enquanto para o capital individual, a fronteira de ação de suas mensagens deve atingir vários circuitos com variadas áreas de abrangência. Essas áreas de abrangência, ou os circuitos, possibilitam a penetração no espaço da cultura e, “pelos mesmos canais por onde circula o capital, circulam também os objetos culturais” (BOLAÑO, 2000, p. 52). No mesmo ponto da obra o autor explica que:

o espaço da cultura é fundamental na concorrência oligopólica que se estabelece em âmbito mundial entre setores da indústria, do comércio e das finanças, seja cumprindo uma complexa função ideológica da qual a publicidade de produtos é apenas um aspecto, ainda que, essencial, seja porque se constitui em espaço de acumulação para certos blocos de capital, seja porque se vale, como parte que é do espaço das comunicações, do feixe de canais utilizados para a circulação dos diferentes fluxos que irrigam a economia mundial: os fluxos de mercadorias, dinheiro, informação e trabalho. (BOLAÑO, 2000, p. 52).

A confidencialidade das informações pode ser importante para ambos em situações específicas e, ainda, representar fonte de lucro. Ser reservada ou ser produzida e direcionada para as massas indica, para Bolaño, o “binômio” da informação em sua forma capitalista. A informação de massa refere-se à sua forma publicidade enquanto a informação reservada está associada às estratégias, à troca de informações na forma de mercadoria, ao processo de trabalho, entre outras.

No entanto, neste processo ocorre uma “circularidade” da informação destacada pelo autor. As mudanças ou inovações necessárias à acumulação do capitalista individual exigem um “processo comunicativo em que são mobilizados os elementos do mundo da vida dos trabalhadores diretos, evidenciando que o processo de subsunção do trabalho no capital é incessante e acompanha todo o desenvolvimento do capitalismo” (BOLAÑO, 2000, p. 58).

Nesse sentido, o autor procura explicar as contradições da informação na relação entre Estado e capital. Explorando as explicações de Habermas, Bolaño (2000) coloca que a esfera pública burguesa proposta pelo teórico alemão é o “espaço de materialização das contradições da informação no capitalismo clássico”, no qual a informação adquirira uma função ideológica para o capital.

Porém, é com o desenvolvimento do capitalismo, com sua passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista e com o surgimento da Indústria Cultural, que a informação assume grande importância na manutenção do sistema, “tanto do ponto de vista da sua reprodução ideológica quanto do da própria acumulação do capital” (BOLAÑO, 2000, p. 71).

A autorregulação do sistema não é mais possível em uma fase de concentração e centralização do capitalismo. A concorrência entre blocos e as decisões tomadas por eles causam crises que exigem a ação do Estado para sua superação. Com a implantação do *Welfare State*, que instaura uma nova fase de crescimento nos países capitalistas desenvolvidos, pode-se “observar claramente a solidariedade que existe no desenvolvimento do capitalismo monopolista, do chamado Estado do bem-estar e da Indústria Cultural” (BOLAÑO, 2000, p. 75).

O Estado procura controlar os desequilíbrios na concorrência e, além disso, ele mesmo se torna empresário – dono de empresas com funções que o capitalista individual não assume. Diante da revelação das contradições do sistema e da ruptura com a aparência de igualdade, o Estado deixa de ser um elemento imparcial nas relações de trabalho e passa a corrigir essa relação a favor do que é mais fraco. Com essas explicações, Bolaño coloca que, nas palavras de Habermas, há uma “socialização do Estado”, que “destrói a separação entre estado e sociedade que é a base da esfera pública burguesa” (HABERMAS apud BOLAÑO, 2000, p. 79).

Porém, as garantias promovidas pelo Estado corrigem as diferenças causadas pelo modo de produção capitalista e, no conseqüente conflito de classe, intervêm no mundo da vida dos que são por ele atendidos. Modificam, então, a relação entre o sistema e a esfera da vida privada e da opinião pública e, ao humanizar as condições do trabalho e valorizar o papel de consumidor, possibilitam novos conflitos.

Para Bolaño (2000), a mudança da estrutura social no fim do século XIX, com o crescimento do proletariado, da classe média e da burguesia, nacional e internacional, representa

a constituição de uma massa que transforma a opinião pública em algo radicalmente distinto daquilo que era ao tempo em que prevalecia a esfera pública burguesa do capitalismo liberal. Assim, o mecanismo articulador representado por uma imprensa dirigida a um público leitor limitado deve ser substituído por meios de comunicação muito mais poderosos, dirigidos tendencialmente ao conjunto da população de um país. (BOLAÑO, 2000, p. 84).

Nas novas formas de convívio social, os debates e os bens culturais se tornam um negócio. A esfera pública perde seu caráter público e se torna um espaço alvo de publicidade comercial e propaganda econômica e política. A nova esfera pública é a esfera dos consumidores de cultura, explica Bolaño a partir das ideias de Habermas, e os meios de comunicação promovem a integração do corpo social por meio da publicidade.

A comunicação, portanto, a partir de sua produção pelos grandes meios, executam mais um papel de mascaramento da desigualdade que é essência do sistema – neste caso, de acesso à cultura e à informação. A nova esfera pública, que se constitui não mais a partir das exigências da esfera pública burguesa, precisa ser “esterilizada” em sua capacidade crítica. Além disso, a aparente igualdade promovida pelos meios de comunicação de massa retira o foco das contradições de classe, criando a ideia de que, a partir do acesso livre às informações necessárias, é possível haver a participação política e a execução da cidadania.

Bolaño, ainda se apropriando das explicações de Habermas, coloca que, na nova esfera pública, tomada pela publicidade e por um público consumidor, os interesses privados, que no capitalismo liberal eram regulados pelo mercado, são trazidos para a disputa de opiniões. As instituições jornalísticas, porém, estando a serviço de interesses privados, a partir de sua comercialização, são ameaçadas em seu papel crítico.

Diante de “um corpo social desagregado”, os meios de comunicação assumem o papel de produzir e divulgar a cultura do consumo, integrando publicidade e propaganda e dando “coerência à nova configuração da esfera pública, a esfera dos consumidores de cultura” (BOLAÑO, 2000, p. 84).

Entretanto, diferentemente da forma propaganda, visivelmente articuladora, a integração gerada pela publicidade acontece de forma “não pensada”. No intuito de atingir públicos consumidores segmentados, a unidade acontece na constituição de um modo de vida e de consumo, de uma cultura capitalista, o que, na opinião de Bolaño, explicita também o seu caráter ideológico.

O fato é que o capital e o Estado criam uma massa com a qual se comunicam. Criam-na para com ela comunicar-se, mas não o fazem, em geral, diretamente, senão que por meio de um elemento de mediação: a Indústria Cultural. Esta, pela mobilização de um tipo especial de trabalho, tem a capacidade de constituir uma audiência composta de indivíduos cuja consciência é a massa que o capital e o Estado tratarão de moldar, de acordo com os seus próprios interesses. Mas o material resiste e o público, de uma parte, acaba por impor também certas determinações sobre a forma da produção e da distribuição da cultura no capitalismo. (BOLAÑO, 2000, p. 94).

De acordo com o autor, o capital, para se reproduzir, não deve apenas instituir a reprodução material de um modo de vida com base no consumo. Ele deve interpelar todo esse modo de vida com a produção de signos, “um subproduto” do capital, para garantir a efetivação de uma cultura do capitalismo. O autor explica ainda que, além da urbanização e da “introdução das artes e das técnicas na concepção dos bens de consumo”, a Indústria Cultural

se constitui em peça fundamental para a reprodução do modo de vida em ‘ideia’. É ela o meio pelo qual a propaganda e a publicidade se desenvolvem e se generalizam, articulando ideologicamente, sobretudo a segunda, a ‘sociedade do consumo’. (BOLAÑO, 2000, p. 101).

A comunicação dos meios de massa refere-se, então, de acordo com Bolaño, a uma forma capitalista de comunicar-se. São meios criados a partir de uma necessidade do Estado e do capital de comunicar-se por meio desta forma capitalista.

A forma mercadoria da produção intelectual ou artística só é atingida a partir da reprodutibilidade e da intermediação do editor. Essa figura, para o autor, garante que a produção cultural possa ser reproduzida em grande quantidade e comercializada. Precisa possuir valor de uso, estar ligada ao modo de vida e às necessidades sociais.

O editor participa da concepção à distribuição desta mercadoria, o que, de acordo com Bolaño, significa uma transformação no processo de trabalho, a subsunção deste tipo de trabalho ao capital e “uma dupla expropriação do trabalho cultural” (BOLAÑO, 2000, p. 101). Nesse sentido, além de estar subordinado ao capital por produzir valores de uso que se tornarão mercadorias, esse tipo de trabalho, o do artista, está também subordinado à lógica capitalista enquanto mediador social. Resumindo essa discussão, o autor coloca que

o sistema capitalista foi capaz de definir diferentes tipos de informação, que cumprem diferentes funções e apresentam diferentes graus de permeabilidade, de modo que a plena liberdade de informação no nível da concorrência capitalista pode conviver com a manipulação e a censura na comunicação de massa e, sobretudo, na organização do processo de trabalho. (BOLAÑO, 2000, p. 116-117).

Segundo o autor, as contradições imanentes da informação que se manifestavam na fase do capitalismo concorrencial na esfera pública burguesa no capitalismo monopolista se manifestam na Indústria Cultural. Às contradições relacionadas aos interesses do capital e do Estado, o autor acrescenta as necessidades simbólicas do público consumidor de cultura, revelando a dialética existente entre sistema e mundo da vida e os limites da manipulação.

Ainda que os meios de comunicação de massa apresentem uma realidade fragmentada – e Bolaño se refere mais especificamente à televisão –, reelaborada pela Indústria Cultural a partir dos interesses do Estado e do capital, para que a mediação social ocorra é necessário que o público se identifique com o conteúdo e com a realidade construída que é apresentada.

No que se refere à produção de conteúdo cultural, Bolaño (2000) observa, sustentado na proposta althusseriana da forma aparelho dos meios de comunicação de massa, que essa forma reflete no estilo de vida do público e na organização do trabalho intelectual. Nos processos de trabalho, a forma aparelho exige que a informação seja introduzida pela empresa capitalista em escalas cada vez maiores em todas as etapas do processo produtivo.

Esta proposta de Bolaño está baseada em Cesareo (1979), segundo o qual, ainda, é necessário, para a forma aparelho, que os meios de comunicação substituam outros aparelhos formadores de conduta, como a família, a educação e a religião, no intuito de evitar os conflitos iminentes da sociedade de classe. Interagem, dessa forma, “a produção de mercadorias” e a “produção de sentidos” (BOLAÑO, 2000, p. 126).

Apesar de o lugar da Indústria Cultural na sociedade capitalista, para Bolaño (2000, p. 127), ser estrutural, “é, acima de tudo, uma instituição da ordem simbólica”. O trabalhador intelectual dessa instituição é “rebaixado” ao trabalho abstrato e aos moldes de produção em massa. O autor explica que, na visão de Cesareo (1979), sobre “o modelo capitalista de organização industrial da produção e distribuição de informação”, as exigências da produtividade promovem

a criação de uma nova estirpe de intelectuais que tende a basear sua conduta por uma ética de tipo empresarial. Com isso, a censura cede à autocensura e surge a contradição entre o critério da eficiência e o da criatividade, que é o modelo tradicional da medida de desempenho, o que não é outra coisa senão a contradição entre trabalho abstrato e trabalho concreto no setor. O intelectual surgido dessa contradição é um ‘intelectual parcial’ que oscila entre a nostalgia pelas condições de trabalho antigas e o envolvimento com as demandas empresariais. (BOLAÑO, 2000, p. 127-128).

Bolaño (2000) faz um destaque importante das explicações de Cesareo (1979) a respeito da ação do Estado sobre os aparelhos: esse agente não vai contra o modelo de contradição entre criatividade e eficiência exigida do trabalhador intelectual e, inclusive, opera investindo e aproveitando as oportunidades de controle social promovidas pelos aparelhos.

No processo de produção da “forma mercadoria” pelos meios de comunicação destaca-se também uma contradição. Isso porque a publicidade tem duas funções no sistema

capitalista: a de “indústria cultural que produz um produto cultural determinado” e a “indústria que, como o conjunto da indústria de transportes e comunicações, faz parte da infra-estrutura social necessária à realização das mercadorias e que acrescenta valor estas últimas” (BOLAÑO, 2000, p. 146).

A publicidade está, para Bolaño (2000), sustentando-se nas explanações de Arruda, cada vez mais ligada à concepção e produção de mercadorias, mas não à criação de necessidades. Para os autores, a responsabilidade pelas possibilidades de consumo acontece na produção e são historicamente determinadas. No entanto, algumas dessas necessidades se permitem manipular por “sofisticadas mercadorias da sociedade moderna” (ARRUDA, apud BOLAÑO, 2000, p. 17) que não estão relacionadas à sobrevivência. Arruda, na opinião de Bolaño (2000, p. 158), define

corretamente a unidade entre os momentos da produção e da circulação sem deixar de enfatizar que a publicidade deve ser compreendida no âmbito da realização da mais-valia. Assim, no capitalismo monopolista, a extrema amplitude da escala de produção, ao elevar a massa de valores produzidos, aumenta consequentemente a massa de mais-valia a ser realizada, o que exige maiores dispêndios na circulação. [...] A autora aponta ainda, citando Marx, que, mesmo sem criar valor nem mais-valia, o capital mercantil, ao abreviar o tempo de circulação, contribui para aumentar a mais-valia produzida pelo capital industrial.

Nesse sentido, baseado em outros autores, Bolaño (2000) explica que os meios de comunicação de massa, no sistema capitalista, não podem ter suas funções econômicas e políticas reduzidas à produção de ideologia. A ideologia, usada como forma de dominação, é determinada no processo de produção. O surgimento da Indústria Cultural no capitalismo monopolista determina a importância da manutenção do sistema também no processo de acumulação do capital.

Além de divulgador de informações importantes para esse processo, com a mudança da esfera pública e sua transformação em esfera de consumidores de cultura, o jornalismo assume um papel fundamental na formação e consolidação da cultura capitalista. Sob o domínio privado, não exerce mais a função crítica que exercia na esfera pública burguesa, quando seus conteúdos eram direcionados para um pequeno e específico público. Agora é pensado para as massas, colaborando também para a ilusão de igualdade do sistema a partir da ideia de um acesso livre às informações.

A imprensa colabora, então, para a coesão social da nova esfera pública, relacionando-se de diversas formas com a publicidade, a propaganda e com a massa criada pelo Estado. A

transformação de acontecimentos em fatos colabora para a reprodução do modo de vida almejado pela Indústria Cultural. Isso acontece devido à já mencionada penetração das contradições da forma informação no mundo da vida e no mundo do trabalho, exigida e possibilitada pelas necessidades do capital.

Nesse sentido, mais adiante, trataremos da reificação do trabalho e da realidade na ótica de dois autores. No capítulo que se segue, porém, faremos uma discussão acerca do trabalho imaterial do jornalista, sua relação com o conhecimento e a produção de valor. Persistimos com a ideia, também pensada por Bolaño, apesar das reflexões esclarecedoras sobre a importância do uso ideológico da informação para a reprodução do capitalismo, do trabalho, da ideologia presente nos processos de trabalho e da subsunção total de diferentes formas de trabalho neste sistema.

2.2 Trabalho imaterial e valor

A importância da informação, da comunicação e do conhecimento na atual fase do capitalismo tem sustentado a ideia da transformação da sociedade em uma sociedade do conhecimento, para a qual o trabalho e suas transformações não são mais os elementos centrais para compreender a sociabilidade humana e a reprodução do capital. Essas propostas se sustentam na redução quantitativa do trabalho manual direto e no papel cada vez mais importante dos trabalhos intelectuais.

Jürgen Habermas propõe, inclusive, a reformulação do materialismo histórico e um modelo comunicativo de sociedade. No entanto, apesar da importância de suas explicações sobre a transformação da esfera pública burguesa, na fase monopolista do capitalismo, em uma esfera tomada pelas formas publicidade e propaganda da informação, tratadas por Bolaño no capítulo anterior, não pretendemos estabelecer um diálogo direto com as ideias do pensador alemão, por defendermos o trabalho como fonte de valor e principal força produtiva.

Entendemos que os valores de uso representam a expressão do trabalho concreto, do processo de intercâmbio com a natureza e com os outros trabalhadores para satisfação das necessidades humanas. No sistema capitalista de produção, o trabalho se torna um trabalho vendido, alienado, subordinado à produção de valores de troca, que, por sua vez, é expressão do trabalho abstrato, substância comum a todas as mercadorias. É o gasto da força de trabalho indiferente e comum no trabalho social.

Diferentemente dos que negam a lei do valor marxiana, Ricardo Antunes (2011) coloca que, com a ampliação do trabalho intelectual abstrato, o seu papel é cada vez mais central na produção de valor. Para o autor,

quando concebermos a forma contemporânea do trabalho, enquanto expressão do trabalho social, que é mais complexificado, socialmente combinado e ainda mais intensificado nos seus ritmos e processos, não podemos concordar com as teses que minimizam ou mesmo desconsideram o processo de criação de valores de troca. (ANTUNES, 2011, p. 6).

Segundo Antunes, compreender a nova “forma ser do trabalho” exige “partir de uma concepção ampliada”, envolvendo todos que vivem da venda da força de trabalho. Ele se refere aos trabalhadores manuais diretos, aos trabalhadores que oferecem serviços, à totalidade do trabalho social e coletivo e, inclusive, aos trabalhadores que “exercem trabalho imaterial, predominantemente intelectual” (ANTUNES, 2005, p. 148).

Diante dessa nova modalidade de trabalho, dialogaremos, neste capítulo, com a proposta teórica de André Gorz (2005) sobre o trabalho imaterial que, apesar de propor o esgotamento da teoria do valor-trabalho de Marx, trata-se de uma discussão conceitual de extrema importância para esta pesquisa. Isso porque, com a crescente diversificação do trabalho e a redução de sua estabilidade, as atividades majoritariamente imateriais e intelectuais são também assimiladas pelo “metabolismo social do capital”. Além de dependerem de recursos materiais para sua execução, estão inseridas em um processo muito mais amplo de transferência de conhecimento não apenas ideológico, mas também prático e produtivo.

As relações entre conhecimento socialmente adquirido e trabalho são complexas e imbricadas. O trabalhador material da fábrica é também explorado em suas capacidades intelectuais. Seu conhecimento é apropriado pelo capital e transferido para a máquina e sua subjetividade é vendida por ele como mercadoria e incorporada às mercadorias.

No que se refere às atividades imateriais, não poderia ser diferente. Para Antunes (2000), o trabalho imaterial, ou não material, representa o conteúdo informacional da mercadoria. Reproduzindo as ideias de J. M. Vicent, explica que

a força de trabalho intelectual produzida dentro ou fora da produção é absorvida como mercadoria pelo capital que se lhe incorpora para dar novas qualidades ao trabalho morto [...]. A produção material e a produção de serviços necessitam crescentemente de inovações, tornando-se por isso cada vez mais subordinados a uma produção crescente de conhecimento que se convertem em mercadorias e capital. (VICENT apud ANTUNES, 2000).

Nesse sentido, as novas formas de trabalho assumem um papel essencial no sistema capitalista. Os trabalhadores imateriais que executam atividades intelectuais também não se veem imunes à alienação ou ao estranhamento, uma vez que

no polo mais intelectualizado da classe trabalhadora, que exerce seu trabalho intelectual abstrato, as formas de reificação têm uma concretude particularizada, mais complexificada (mais “humanizada” em sua essência desumanizadora), dada pelas novas formas de “envolvimento” e interação entre trabalho vivo e maquinaria informatizada. (ANTUNES, 2011, p. 9).

As atividades imateriais que estão ligadas diretamente à comunicação, à informação e ao conhecimento não podem ser compreendidas apenas em suas características de produtora e disseminadora de ideologia para a manutenção do capitalismo. Essa afirmação está em concordância, então, com as concepções dos autores que procuram resgatar a validade das teorizações marxianas para compreender também o processo produtivo dos trabalhos imateriais e o lugar estrutural na sociedade da grande indústria que se tornou a comunicação.

Desde Marx, muito se discute acerca das novas configurações do capitalismo, principalmente pelos que acreditam que o saber humano é a nova fonte de valor para a estruturação do que chamam de economia do conhecimento. Alguns autores sistematizam teoricamente uma crise do modo de produção capitalista fabril, propõem o esgotamento do trabalho como categoria central de produção de valor e de sociabilidade e atribuem este papel ao saber, ao conhecimento e à ciência.

Gorz (2005) é um dos autores de destaque dessa proposta que considera o conhecimento como principal força produtiva. Para ele, o conhecimento presente no “saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação”, “formas de um saber vivo adquirido no trânsito cotidiano, que pertencem à cultura do cotidiano” (GORZ, 2005, p.9), representam o tipo de conhecimento valorizado hoje pelo capital e que não pode, diferentemente do saber formalizado, ser separado do empregado.

Esse conhecimento pode ser identificado, por exemplo, na administração do trabalho pelo próprio trabalhador, que coordena, na execução da atividade, todas as habilidades adquiridas. Diferentemente do capital do conhecimento, há muito utilizado pelo capitalismo na transformação de conhecimento humano em trabalho morto nas indústrias e empresas, o trabalhador aplica não mais apenas o conhecimento necessário para a produção. De acordo com o autor, quando entrega as singularidades que dele não podem ser dissociadas, entrega-se como um prestador de serviços. Por isso, para Gorz (2005, p. 9), o trabalho,

tomado como substância de valor comum a todas as mercadorias, deixa de ser mensurável em unidades de tempo. Os fatores que determinam a criação de valor são o ‘componente comportamental’ e a motivação, e não o tempo de trabalho despendido. São esses fatores que as empresas entendem como o seu ‘capital humano’.

Apesar dessa visão quantitativista do autor acerca da concepção marxiana de valor de troca e de sua supervalorização do conhecimento como novo produtor de riqueza, Gorz (2005) realiza teorizações importantes para compreender o que de fato são as características humanas absorvidas pelo mercado. Por esse motivo, e apesar das ressalvas sobre a descentralização do trabalho promovidas por ele, sua concepção de trabalho imaterial é de grande utilidade para compreender os trabalhos na área de comunicação, em especial o dos profissionais do jornalismo.

As regras e normas para a execução do trabalho jornalístico, por exemplo, exigem um aprendizado técnico deste profissional, demandado principalmente pela necessidade de produzir conteúdos noticiosos imparciais. Mas esta profissão está intrinsecamente relacionada à utilização dos saberes humanos do cotidiano como ferramentas de produção.

O saber do jornalista – por exemplo, sua habilidade para identificar os fatos – não podem ser formalizado e dele separado para a mecanização de sua atividade. Mas o produto dessa mesma atividade, financiado e apropriado pelas grandes empresas de comunicação, tornou-se uma mercadoria. As informações produzidas por esses prestadores de serviços, a partir de seus saberes e características não substituíveis, estão submetidas às lógicas de produção, direta ou indiretamente.

Para Gorz (2005), o capitalismo pós-moderno tem como princípio a valorização de um capital imaterial, o capital humano da inteligência ou do conhecimento. Na concepção do autor, o trabalho abstrato simples, material, está sendo substituído por um trabalho complexo e imaterial, que não pode ser medido e, por isso, não é mais fonte de valor (GORZ, 2005, p. 5). A fonte de valor está, agora, na inteligência do indivíduo e em sua imaginação. Trata-se do capital humano, diferente do capital do conhecimento, dos “conteúdos formalizados, objetivados” (GORZ, 2005, p. 16).

Não é possível estar integralmente de acordo com essa proposta do autor, já que o trabalho manual ocupa ainda importância insubstituível para a reprodução do capital que se esforça na elaboração de diversas manobras para a sua exploração total. Ainda assim, o trabalho jornalístico pode ser compreendido como uma combinação entre conhecimento, saber, técnica e vivência no cotidiano.

O saber é feito de experiências e de práticas tornadas evidências intuitivas, hábitos; e a inteligência cobre todo o leque das capacidades que vão do julgamento e do discernimento à abertura de espírito, à aptidão de assimilar novos conhecimentos e de combiná-los com os saberes. (GORZ, 2005, p. 17).

Isso quer dizer que não apenas nas fábricas e nos trabalhos manuais o trabalhador deve entregar suas capacidades, seu envolvimento na atividade e suas qualidades de comportamento. Nos trabalhos chamados intelectuais, essa relação é ainda mais complexa. O que são os indivíduos e o seu saber disponível se tornam matéria-prima, fonte para a confecção de produtos da comunicação. Na publicidade, por exemplo, a imaginação e as ambições dos consumidores podem ser compreendidas como partes fundamentais da produção de conteúdos. No jornalismo, as próprias vivências são manipuladas, no sentido de sua transformação em fatos noticiáveis, para a divulgação do que pretende representar a realidade.

É importante apontar, mesmo que superficialmente, que a valorização dessas características dos indivíduos pelo capital não substitui a necessidade manual do trabalho e que, mesmo nessa forma de trabalho, a produção de valor está, muitas vezes, relacionada à imensurabilidade de seus produtos.

Para Gorz (2005), a bagagem cultural dos trabalhadores não é mais dispensada e evitada a qualquer custo como o era no modelo fordista. O que pode oferecer, então, o profissional do jornalismo, com formação técnica para confecção de conteúdo, além dele mesmo? Um indivíduo socialmente inserido e edificado pela sociedade em que vive. O bom senso, as normas e os padrões estabelecidos no cotidiano despertam, nesse profissional, a percepção para o que é ou não de interesse social, mas a formação a partir de conhecimentos objetivados não é suficiente para capacitá-lo e torná-lo atrativo para o mercado. Para o autor,

o que as empresas consideram como ‘seu’ capital humano é, pois, um recurso gratuito, uma ‘externalidade’ que se produz sozinha, e que continua a se produzir, e da qual as empresas apenas captam e canalizam a capacidade de se *produzir*. Esse capital humano, é evidente, não é puramente individual. A produção de si opera *exnihilo*; ela se efetua sobre a base de uma cultura comum transmitida pela socialização primária e de saberes comuns. (GORZ, 2005, p. 20, grifo do autor).

A vida em sociedade forma e faz exigências para adequação a ela. A partir disso, os conteúdos depositados nessa mesma sociedade pelos veículos de comunicação podem ser

entendidos como colaboradores na constituição de saberes e conhecimentos comuns. Assim como a família e as instituições de educação formal, a mídia se constitui hoje fonte de informação em diferentes sentidos.

No capitalismo, os saberes dos trabalhadores constituem valor de extrema importância. Seus produtos são entregues à sociedade, integrando uma cultura comum e fazendo parte dos processos de subjetivação dos indivíduos. Gorz (2005, p. 23) destaca:

Mais o trabalho apela aos talentos, ao virtuosismo, à capacidade de produção de si que ‘define, aos seus próprios olhos, o valor’ do colaborador, mais essas capacidades tenderão a exceder sua utilização limitada numa tarefa determinada. Esta não pode ser senão uma ilustração contingente dos seus talentos. Esse colaborador tenderá a demonstrar que vale mais do que realiza profissionalmente, e investirá sua dignidade no exercício gratuito, fora do trabalho, das suas capacidades: jornalistas que escrevem livros, gráficos do meio publicitário que criam obras de arte, programadores de computadores que demonstram suas habilidades como hackers e como desenvolvedores de programas livres, etc.

Nesse sentido, o jornalista está imerso na produção de si, dentro e fora do trabalho – momentos da vida que agora não podem se distinguir. Sua identidade de trabalhador o acompanha em suas relações sociais para além da empresa ou grupo de comunicação. As outras pessoas o veem como “o jornalista”. Um jornalista pode manter um vínculo empregatício com determinada empresa, mas pode, ao mesmo tempo, produzir conteúdos para outros veículos de comunicação. Sua atividade muitas vezes é colaborativa e o produto de seu trabalho é partilhado entre esses grupos. Ele está, com isso, gerindo a sua carreira, ou seja, vendendo a si em um ambiente tão competitivo quanto o dos trabalhos manuais. Sobre o autoempreendedor e essa forma de prestação de serviços, o autor coloca que:

Cada um deverá se sentir responsável por sua saúde, por sua mobilidade, por sua adaptação aos horários variáveis, pela atualização de seus conhecimentos. Cada um deverá gerir seu capital humano ao longo de sua vida, deverá continuar a investir em estágios de formação e compreender que a possibilidade de vender sua força de trabalho depende do trabalho gratuito, voluntário, invisível, por meio do qual ele sempre poderá reproduzi-la. (GORZ, 2005, p. 24).

Apesar da ilusão do pagamento mensal pela prestação dos serviços do jornalista, ele não abandona sua atividade ao deixar seu ambiente de trabalho, a redação ou a produção. O jornalista está sempre atento ao noticiável e a notícia exige ser divulgada dentro do seu horário. Os plantões e os trabalhos *freelance*, nos quais o profissional é pago por cada matéria

produzida – com temas e números de caracteres pré-definidos, no caso do jornalismo impresso –, são marcas de um trabalho cuja mercadoria se afasta cada vez mais da sua utilidade.

Na proposta da economia do conhecimento proposta por Gorz, o conhecimento, enquanto principal força produtiva, torna-se o determinador do valor de troca das mercadorias. Além de carregar os conhecimentos dos produtores, essas mesmas mercadorias carregam informações e inteligências gerais que representam a “principal substância social comum a todas as mercadorias” (GORZ, 2005, p. 29).

Isso quer dizer que, para este autor, não mais o trabalho abstrato social determina o valor de troca do que é produzido. É a partir da impossibilidade de mensuração da nova força produtiva, por essa não possuir valor de troca e por ser compartilhada sem limitações, que Gorz determina se concretizar a crise do valor no capitalismo cognitivo. O conhecimento, nessa forma de capitalismo, mesmo o que pode ser separado de seus produtores, “destrói muito mais ‘valor’ do que serve para criar” por economizar, principalmente com o desenvolvimento tecnológico, “quantidades imensas de trabalho social remunerado” (GORZ, 2005, p. 37).

Para a discussão aqui realizada, não é a elaboração de Gorz acerca da economia do conhecimento ou a ideia do surgimento de um capitalismo cognitivo em substituição ao que o autor entende como trabalho que pode ser medido para a reprodução do capital que mais importam. Mas é de grande validade, para este estudo, a concepção de que o capital não deixa escapar qualquer forma de conhecimento e nem as possibilidades de apropriar-se dele.

Mais à frente trataremos de como as interpretações de Gorz (2005) a respeito do conceito de valor em Marx estão restritas à necessidade de mensuração e não representam as possibilidades apresentadas pelas teorizações marxianas para a compreensão do trabalho imaterial enquanto produtor de mais-valia.

É interessante notar, porém, no que se refere ao trabalho dos jornalistas, que a mercadoria entregue por eles e pelos veículos de comunicação, produzida então por indivíduos possuidores de determinadas capacidades, conhecimentos e saberes não sistematizados, entrega também conhecimentos e saberes à sociedade. Para o autor, produz-se a si e doa-se a si nesse processo.

A coisa é perfeitamente evidente nos serviços relacionais (educação, cuidados, assistência), mas também nos ofícios artísticos, na moda, no *design*, na publicidade. O valor de um serviço é, pois, tão menos mensurável quanto maior seja a parcela de doação e de produção de si, ou seja, quanto

mais seu caráter incomparavelmente pessoal lhe confira um valor intrínseco que prevalece sobre seu valor de troca normal. [...] Os saberes comuns ativados pelo trabalho imaterial não existem senão em sua prática viva, e por ela. (GORZ, 2005, p. 33).

Com isso, de acordo com o autor, a dimensão imaterial dos produtos é agora a grande fonte de valor. Eles já não precisam mais ter utilidade e não mais carregam o valor de troca em si. Os profissionais estão trabalhando com os conhecimentos e saberes sociais disponíveis. Aquelas capacidades, sensibilidades e características dos indivíduos, que não podem ser mensuradas ou formalizadas, são fonte de informação e de influência desses produtos da comunicação.

Em relação ao jornalismo, há também uma particularidade importante. Além do conhecimento prático e sistemático necessário para a profissão, o conhecimento monopolizado pelas empresas de comunicação para que se mantenham em um patamar de legitimidade e reconhecimento social está nas informações e fatos sobre o que ocorre no mundo. Essas informações, na verdade, são produtos das ações coletivas, fruto da organização social e das experiências dos indivíduos em sua relação com o cotidiano. A mercadoria ofertada pela mídia jornalística, então, não se refere a um imperativo essencial para a manutenção da vida humana, mas trata-se de uma criação que, inserida de tal forma na realidade social, instituiu a si mesma como necessidade.

Nesse sentido, as empresas da mídia disputam também as vantagens para permanecerem no mercado de forma lucrativa. Isso pode ser percebido na busca desenfreada pela notícia inédita na produção e seleção das notícias, na melhor escolha para a matéria de destaque, na luta pelos investidores, assinantes, ouvintes ou expectadores, na disponibilização de conteúdos em plataformas diferentes e, em muitos casos, no armazenamento de informações para serem utilizadas em momento social, político ou econômico oportuno.

Nessa relação entre produção e venda, outra característica interessante da produção jornalística é que a própria fonte de informação é a consumidora dos conteúdos noticiosos. Trata-se de uma produção sobre a sociedade e para a sociedade. Os jornalistas interagem com as pessoas de seu meio em uma relação comercial que não é, no entanto, declarada. A rotina, os sucessos ou os deslizes desses indivíduos são fonte para a atividade jornalística. Os trabalhadores dessa atividade e os veículos para os quais oferecem sua força de trabalho tentam, no entanto, imprimir a ideia de que a intimidade estabelecida entre eles refere-se a um interesse puramente empático e está sustentado na necessidade social de notícias.

A ideia é a de que estes veículos oferecem os acontecimentos de maior importância e mais utilidade, a partir da coleta de informações e produção de conteúdos por profissionais que sabem o que deve ser de conhecimento da população. Os veículos e seus jornalistas resumem a vida comum em sua seleção de notícias e criam um mundo midiático que não abrange toda a complexidade do mundo real. Os jornais carregam a notoriedade, o prestígio e a confiabilidade desse processo imaterial de produção.

Quando Gorz (2005) afirma que, na publicidade, por exemplo, o capital fixo imaterial produz vontades e imagens de si, ele possibilita pensar também como a produção ou a redação de notícias de um jornal prepara-se para produzir e divulgar conteúdos que satisfaçam as vontades que os indivíduos têm de saber sobre o mundo em que vivem e sobre os outros indivíduos com quem o partilha. Para o autor, o imaterial só se reproduz a partir da utilização e partilha do conhecimento.

Essa nova forma de capital não é originalmente acumulada para servir de meio de produção, mas para satisfazer a necessidade, a paixão de conhecer, ou seja, para penetrar a verdade do que está além das aparências e das utilizações. Ela não resulta do sobrevalor tirado da exploração do trabalho; ela é riqueza e fonte de riqueza mesmo quando dela não nasce nada que possa ser vendido. Ela não pode aumentar ao circular sob a forma de valor, ao contrário: é ao se difundir como bem acessível a todos que ela engendra conhecimentos suplementares. (GORZ, 2005, p. 53).

A visão de Gorz sobre a insuficiência do conceito de valor em Marx, para compreender o crescimento e a imbricação de trabalhos imateriais no capitalismo contemporâneo, no entanto, é questionada por autores críticos da errônea quantificação deste conceito e sua associação à Economia Política clássica. Vinícius Oliveira Santos (2013) é um dos defensores do potencial que as obras marxianas revelam para compreender o trabalho imaterial como trabalho produtivo e passível também da exploração capitalista.

O autor explica, com base nas passagens das obras marxianas que fazem referência à produção não material, que entre suas características estão a combinação do resultado da produção imaterial com trabalhos materiais, a circulação da mercadoria no “intervalo entre a produção e o consumo” (SANTOS, 2013, p.14), como um livro ou uma pintura, e a impossibilidade de separação do produto do ato da produção.

Trata-se de um trabalho que não produz bens materiais duráveis e no qual a imaterialidade predomina em relação à “necessidade de mediação de objetos materiais para que este trabalho imaterial seja efetivado enquanto utilidade” (SANTOS, 2013, p.15). De acordo com Santos, deve haver uma preponderância nessa relação para que o trabalho seja

determinado como imaterial. Portanto, é o resultado, ou seja, o conteúdo que determina a imaterialidade do trabalho.

Essa discussão é colocada pela necessidade de compreender se existe ou não produção de mais-valia também no trabalho imaterial. Para a teoria do trabalho imaterial, se valor refere-se ao valor de troca entre as mercadorias, nelas expresso a partir da quantidade de trabalho necessário para produzi-las, e se esse trabalho não pode ser medido pelo resultado das atividades imateriais, apenas o trabalhador material é produtor de mais-valia. Isso apontaria a incapacidade da teoria marxiana do valor-trabalho para explicar a nova configuração do capitalismo e indicaria a superação desse mesmo sistema.

Mas, apesar da importante conceituação de Gorz acerca do trabalho imaterial, esse tipo de trabalho não pode deixar de ser entendido também como “parte componente da produção social de valor e mais-valia” (SANTOS, 2013, p.16). Santos enquadra a proposta de Gorz, bem como a de outros teóricos que realizam o mesmo estudo, na chamada teoria do trabalho imaterial e avalia sua incompatibilidade com a teoria marxiana do valor-trabalho. Para Santos (2013, p. 16), trata-se do ponto fundamental de distanciamento desses autores com a teoria do valor-trabalho de Marx, já que o trabalho imaterial é compreendido por eles como “expressão da superação de certas determinações do capital nas produções comandadas por esta espécie de trabalho”.

No intuito de compreender o trabalho imaterial a partir da perspectiva marxiana não explorada, o autor busca analisar categorias e construções teóricas da obra de Marx que permitem a compreensão deste tipo de trabalho no capitalismo atual. Algumas delas são:

a categoria valor e sua objetividade social, a possibilidade de o valor ser gerado em atividades imateriais, o caráter do trabalho sob o domínio do capital, o critério de Marx para definir as categorias de trabalho produtivo e trabalho improdutivo, o sentido de capital industrial e a noção ampliada de indústria, o trabalho vendido sob forma de serviços, a importância das categorias de tempo de circulação e tempo de rotação. (SANTOS, 2013, p.17).

Para Santos (2013), é possível, nas formulações de Marx, encontrar sustentação para entender o lugar do trabalho imaterial no capitalismo contemporâneo. O argumento aposta na riqueza e atualidade das teorias marxianas para explicar a nova reformulação produtiva. O autor explica que, em tempos de aumento de postos do trabalho imaterial, as tentativas de sistematizar a produção de informações e serviços procuram romper com a base teórica marxiana, principalmente com a teoria do valor, ao assumir que sua estruturação requer a

quantificação ou a mensuração do trabalho em “unidades de medida”. Ele afirma que essas tentativas representam uma “interpretação quantitativista do valor” e questiona: “Marx teria considerado a necessidade de verificação empírica do valor como critério de existência deste?” (SANTOS, 2013, p. 23).

O autor coloca que, de fato, o resultado do trabalho imaterial escapa das possibilidades de mensuração de valor. As atividades assim determinadas, cujos componentes referem-se ao conhecimento, à cooperação, à informação, à comunicação e às relações afetivas, não podem fazer parte do esquema da medição do tempo. Porém, para Santos (2013), este problema está intrinsecamente relacionado às leituras já propostas pela Economia Política clássica, nas quais valor é atribuído apenas ao trabalho que produz mercadorias palpáveis.

Todavia, no momento em que os autores da teoria do trabalho imaterial afirmam que “o trabalho imaterial é constituído por uma capacidade de trabalho social e autônoma” e que “a cooperação do trabalho imaterial teria autonomia mediante a produção capitalista” (SANTOS, 2013, p. 30-31), é possível questionar a autonomia também do trabalho jornalístico. De fato, trata-se de um trabalho essencialmente cooperativo, no qual os acontecimentos em sociedade representam a essência da notícia e os indivíduos participantes e atores destes acontecimentos são a fonte de informação do jornalista.

É importante ressaltar, porém, que a autonomia da atividade de transformação destes acontecimentos em fatos, na maioria das vezes, não pode ser concretizada. Isso pode ser explicado pelo fato de os proprietários dos veículos de comunicação serem também os grandes investidores e, a princípio, donos do produto final. É preciso pensar que esses donos dos meios de produção, ao contratar força de trabalho especializada em produção de conteúdo, exigem sua confecção a partir de princípios editoriais e normas de produção já estabelecidas. Além disso, há que se considerar as já referidas contradições da forma informação no capitalismo e suas relações com o mundo da vida e o mundo do trabalho.

Dessa maneira, é complexa a tarefa de compreender o trabalho deste e de outros trabalhadores intelectuais como independentes do sistema de produção capitalista. Gorz (2005, p. 53), mesmo após colocar que o conhecimento humano não pode ser apreendido, afirma o seguinte:

Para o capital, é necessário apoderar-se da imaginação coletiva, das normas comuns, da linguagem. No conflito que se desenha, a linguagem é um desafio central: de seu domínio, de seu controle, depende a possibilidade de pensar e de exprimir a resistência e o que a motiva.

Mesmo que essa imaginação e esse conhecimento não possam ser medidos, a teoria marxiana do valor, para Santos (2013), não perde sua importância, pois não está limitada à quantificação deste valor ou à sua compreensão como unidade de medida. O autor explica que a proposta de Marx refere-se a uma teoria social baseada em diversas áreas do conhecimento e não apenas à economia e, por isso, oferece possibilidades de estudar o trabalho imaterial para além das ideias dos economistas clássicos, que compreendem o valor apenas em uma relação de proporção e troca.

Nossa hipótese é de que Marx, mesmo ao considerar elementos relacionados à quantidade de valor, não pressupõe a necessidade de quantificação empírica como critério de existência do valor, nem a necessidade inexorável de o valor existir em mercadorias materiais. Isso pode ser demonstrado em momentos centrais da exposição de *O capital* e indica que a teoria marxiana do valor é passível de ser utilizada para a análise do trabalho imaterial. (SANTOS, 2013, p. 43).

O autor elucida, ainda, que Marx entende o valor a partir do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir um produto e não apenas do trabalho individual como medida de valor nas relações de troca. De acordo com Santos (2013), nesta compreensão de Marx, ainda que envolva quantidade, torna-se impossível mensurar qualquer produto do trabalho social, material ou imaterial, já que esse mesmo valor depende de fatores diversos, inclusive do valor de uso: “o valor é uma forma e pode ser constatado e analisado a partir da capacidade de abstração” (SANTOS, 2013, p. 47).

Para conter valor, então, nas elucidações do autor, os processos de trabalho não necessitam serem necessariamente mensurados e a teoria de valor de Marx não se reduz às relações de troca. É preciso compreender o aspecto qualitativo do valor, pois “a distribuição do trabalho social – elemento que diz respeito ao aspecto quantitativo do valor – não pode ser considerada à parte da forma específica da produção social” (SANTOS, 2013, p. 47).

Uma mercadoria, “a célula econômica da sociedade capitalista”, “a junção do valor com o valor de uso” (SANTOS, 2013, p. 47), não necessariamente deve ser produto do trabalho material para possuir valor. O autor chega a este ponto em suas reflexões para examinar o trabalho imaterial na produção capitalista, porque os antecessores de Marx, os economistas clássicos, entendem esse tipo de trabalho como improdutivo, que não gera valor e não valoriza o capital.

De maneira diferente, na visão de Santos, a teoria marxiana do valor-trabalho o concebe atrelado ao seu valor de uso, construído a partir das necessidades humanas. Nessa perspectiva, a finalidade indicaria o direcionamento do trabalho humano e o

trabalho seria, para Marx, uma atividade exclusivamente humana por meio da qual há um dispêndio de energia física e mental para a produção de algum valor de uso, de alguma utilidade para satisfazer uma necessidade específica, sem importar qual a sua natureza dessa necessidade, seja do estômago ou da fantasia. (SANTOS, 2013, p.72).

O autor aponta, então, que é a necessidade, o “consumo a ser suprido” que “condiciona a produção de valores de uso” (SANTOS, 2013, p.74) e algumas necessidades só podem ser satisfeitas com o consumo do resultado de atividades imateriais. Ele desvincula a ideia de que as necessidades humanas sejam apenas instintivas e explica que o produto dá uma necessidade a ele mesmo, como a arte que cria um público para apreciá-la.

Nesse sentido, Santos (2013) diverge das propostas de Gorz (2005) ao afirmar que o conhecimento, o trabalho intelectual e atribuições do trabalho imaterial sempre foram requisitos necessários para a execução do trabalho humano. Tais atributos, de acordo com ele, são consumidos no ato da produção do trabalho imaterial ou mesmo da produção material.

Pensar ou refletir sobre o trabalho a ser executado é uma particularidade humana que, apesar de adquirir importância cada vez maior no processo produtivo, não pode ser dissociada de tal forma deste processo a ponto de concebermos, como coloca Gorz (2005), a sociedade atual como a sociedade do conhecimento. Afinal, a atividade material não está sendo dispensada para que o conhecimento tome o seu lugar como uma força produtiva dominante e porque este próprio conhecimento continua subordinado à dominação capitalista.

Para tratar do trabalho imaterial enquanto produtor de valor, Santos (2013) esclarece que o trabalho produtivo deve ser entendido em três níveis de definição. No primeiro deles, adota-se o argumento de que trabalho produtivo é todo trabalho que produz utilidade. No segundo nível, o autor explica que Marx delimita ainda mais essa compreensão ao dizer que é produtivo todo trabalho que gera mais-valia, que valoriza o capital, que fabrica “mercadorias (valor de uso e valor) que carreguem mais-valia” (SANTOS, 2013, p. 84).

Somente a partir do trabalho na sua expressão concreta, útil, ele pode constituir-se como trabalho produtivo, gerador de mais-valia. Porém, para a produção de trabalho excedente na ordem do capital e o consequente enquadramento na definição de trabalho produtivo, não é relevante o tipo qualitativo de trabalho se complexo ou simples, informacional, agrícola ou fabril etc.; não importam suas diferenças úteis, concretas, basta que ele gere

uma utilidade social cujo conteúdo carregue um valor excedente, a mais-valia. (SANTOS, 2013, p. 84).

Além disso, “sob a perspectiva da produção de mais-valia, não importa ao capital se a atividade útil da força de trabalho a ser explorada resulta em um bem material ou imaterial” (SANTOS, 2013, p. 86). Para o autor, o trabalho que agrega valor independe do seu conteúdo, pois Marx refere-se ao trabalho capaz de gerar sobretrabalho e riqueza para o possuidor do capital.

Para entender a exploração capitalista na atualidade e explicar o terceiro nível de compreensão do trabalho produtivo, o autor explora as explicações marxianas acerca da subsunção formal e da subsunção real do trabalho ao capital. Na passagem do primeiro tipo de subsunção para o segundo, no qual aumenta o montante de mais-valia com a produção de mais-valia relativa, Santos explica que Marx está tratando da exploração capitalista de um trabalho socializado e complexo, que produz mais mercadorias com menos trabalho. Por esse motivo, ele coloca: “quando Marx discute a subsunção real do trabalho ao capital, torna-se necessário ampliar o conceito de trabalho produtivo: a produção não é individual, mas, sim, uma produção social explorada coletivamente” (SANTOS, 2013, p. 97). No terceiro nível,

o mais completo na formulação de trabalho produtivo, Marx inclui uma série de elementos que antes foram apenas implicitamente considerados. Podemos tomar como exemplo esta determinação social do trabalho no capitalismo; considerar que o modo de produção capitalista deixa de ser um simples elemento de produção de mais-valia relativa para dominar a produção em nível social. (SANTOS, 2013, p. 100).

O autor esclarece que, “assim, Marx chega ao terceiro nível de conceituação do trabalho produtivo: para trabalhar produtivamente, basta fazer parte da capacidade de trabalho socialmente combinada” (SANTOS, 2013, p. 101). O capital deixa de ser mero produtor de mais-valia relativa para se tornar um “processo social total, tornando absolutos, de um lado, a produção de bens e serviços sob a forma de mercadoria na qual há trabalho excedente, e de outro o regime de trabalho assalariado” (SANTOS, 2013, p. 105). Nesse sentido, “é a força de trabalho socialmente combinada que gera mais-valia” (SANTOS, 2013, p. 105), sendo esse o seu valor de uso para o capital.

Tais considerações do autor sobre as teorizações marxianas apontam para a configuração de um trabalho cada vez mais complexo em suas características materiais e imateriais. Diferentemente do posicionamento de Gorz (2005) e de outros pensadores do trabalho imaterial, Santos (2013) afirma que esta mesma forma de trabalho, por suas

particularidades diretamente relacionadas à informação e ao conhecimento, não indica a superação do capitalismo, mas a sua fundamental importância na reprodução deste a partir da exploração social de mais-valia.

3 O TRABALHO REIFICADO E A REALIDADE REIFICADA

Para compreender o trabalho imaterial do jornalista na atual configuração do sistema capitalista é preciso tratar da sua relação, ou melhor, das relações destes trabalhadores com a sociedade. Reflexões críticas pautadas especificamente no jornalismo, não podem almejar essa compreensão a partir das hipóteses já estabelecidas pelos estudos desta área da comunicação. É na discussão sobre o materialismo histórico que isso se torna possível, tendo em vista a importância de se relacionar o trabalho e as relações reificadas com o que acreditamos representar uma modalidade de conhecimento.

Adelmo Genro Filho, em sua obra *O Segredo da Pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo* (2012), estrutura a crítica das propostas teóricas que buscam conhecer e interpretar a atividade jornalística na sociedade:

De um lado, ele é visto apenas como instrumento particular da dominação burguesa, como linguagem do engodo, da manipulação e da consciência alienada. Ou simplesmente como correia de transmissão dos "aparelhos ideológicos de Estado", como mediação servil e anódina do poder de uma classe, sem qualquer potencial para uma autêntica apropriação simbólica da realidade. De outro lado, estão as visões meramente descritivas ou mesmo apologéticas - tipicamente funcionalistas - em geral suavemente coloridas com as tintas do liberalismo: a atividade jornalística como 'crítica responsável' baseada na simples divulgação objetiva dos fatos, uma 'função social' voltada para 'o aperfeiçoamento das instituições democráticas'. (GENRO FILHO, 2012, p. 32).

O jornalismo, essa modalidade específica do conhecimento, apresenta os acontecimentos que já aconteceram, por meio de "mediações técnicas e humanas", como se estivessem acontecendo, como mera reprodução do real. No entanto, o autor explica que "essa ambiguidade não é apenas produto maquiavélico do interesse burguês. A possibilidade de manipulação decorre dessa relação tensa entre o objetivo e o subjetivo, que está na essência da informação jornalística" (GENRO FILHO, 2012, p. 32).

Nilson Lage (1979), no livro *Ideologia e Técnica da Notícia*, coloca que, "por detrás da evolução da Imprensa, do surgimento dos periódicos, de suas formas, conteúdos e técnicas de produção, encontra-se o processo de surgimento e afirmação da burguesia" (LAGE, 1979, p. 16). Trata, porém, em sua obra, das particularidades que envolvem a execução dessa atividade, ambicionando uma compreensão de sua prática, para além da concepção do jornalismo enquanto mera ferramenta de manipulação.

Em uma perspectiva histórica, o autor explica que foi a necessidade de um novo tipo de conhecimento durante o mercantilismo que propulsionou o desenvolvimento da imprensa. Primeiramente, tornou-se necessário que mais pessoas soubessem ler e escrever para que fosse possível a distribuição do saber relacionado ao comércio e à expansão das indústrias. Com a concentração das populações nas cidades, surgiram condições para o uso dos textos nas formas de propaganda e informação.

A burguesia ascendente utilizou seu novo produto para a difusão dos ideais de livre comércio e de livre produção que lhe convinham. Logo também viriam as respostas do poder político autocrático a essa pregação subversiva, sob a forma de regulamentos de censura ou da edição de jornais oficiais e oficiosos, vinculados aos interesses da aristocracia. A liberdade de expressão do pensamento somou-se, na luta contra a censura, às outras liberdades pretendidas no ideário burguês, e o jornal tornou-se instrumento de luta ideológica, como jamais deixaria de ser. (LAGE, 1979, p. 18).

Genro Filho, contudo, acrescenta a isso o fato de o jornalismo representar “um produto histórico da sociedade burguesa” e a instituição desta atividade como uma nova modalidade social de conhecimento, “cuja categoria central é o singular”. Mas, para ele, o “conceito de conhecimento não deve ser entendido na acepção vulgar do positivismo e sim como um momento da práxis, vale dizer, como dimensão simbólica da apropriação social do homem sobre a realidade” (GENRO FILHO, 2012, p. 23).

Segundo o autor, a imprensa é o “processo técnico do jornal”, a impressão ou as ondas de radiodifusão. O jornalismo, no entanto, é uma nova forma de informar a sociedade, a partir de suas necessidades histórico-sociais, que “expressam uma ambivalência entre a particularidade dos interesses burgueses e a universalidade do social em seu desenvolvimento histórico” (GENRO FILHO, 2012, p. 182).

Estas informações produzidas pelo jornalismo e seu valor de uso são transformadas, no capitalismo, em valor de troca em dois sentidos: porque é “coisa vendável em si mesma” (GENRO FILHO, 2012, p. 152) e porque faz com que o veículo se torne ferramenta de divulgação mercantil. Genro Filho afirma, entretanto, que, para ser eficaz, a propaganda no jornal, por exemplo, instrumento dessa divulgação mercantil, precisa estar associada ao valor de uso do veículo, às informações que ele torna acessíveis como notícia.

Para Lage (1979), no Brasil, a tiragem dos jornais impressos é muito pequena quando comparada à de países como a França, Inglaterra, Japão e EUA e, ainda que seja relevado o índice de analfabetismo e considerada a má distribuição de renda, essas particularidades não são capazes de justificar esse número. O autor acredita que o processo de industrialização

coincidiu, no país, com o surto do rádio e da TV, ocupando o lugar dos jornais e impossibilitando a criação de uma tradição da leitura.

Além disso, Lage lembra a censura policial nos jornais e a dependência econômica. Embora “às vezes graficamente primorosos, os grandes jornais brasileiros seriam bastante deficientes do ponto de vista editorial, distantes do leitor, preocupados demais em servir à complexa ordem do poder, com múltiplas instâncias de dependência” (LAGE, 1979, p. 28).

Tanto o sensacionalismo quanto o jornalismo comprometido com a imparcialidade, a objetividade e a verdade surgem como formas de contrapor a “opinião emitida de cima para baixo”, já que essa “perde rapidamente o grau de novidade” (LAGE, 1979, p. 24). Na primeira forma, o sensacionalismo, os problemas são disfarçados e simplificados. A culpa é sempre atribuída ao “inimigo único”, “a políticos corruptos, à potência estrangeira, a elementos de uma cultura (‘raça’) diferente” (LAGE, 1979, p. 25). Na segunda forma, sua proposta de imparcialidade e objetividade preenche uma função de equilíbrio que a opinião não consegue suprir devido às tendências subjetivas de quem as expressa. Essa segunda forma dá ao fato a aparência de veracidade.

Genro Filho (2012, p. 180) acredita que o jornalismo atende a necessidades individuais e sociais independentes das relações mercantis e capitalistas, “embora tenham sido necessidades nascidas de tais relações e determinadas por elas”. Porém, na sociedade de classe burguesa, ele afirma que o jornalismo executa uma função de reprodução objetiva e subjetiva da ordem social e

desempenha seu papel ideológico de reforçar também determinadas condições imaginárias de cidadania, preparando os indivíduos e as classes para a adesão ao sistema. Isso ocorre tanto através da produção de um conhecimento que coincide com a percepção positivista que emana espontaneamente das relações reificadas do capitalismo, como pela reprodução e ampliação dessa percepção, a fim de garantir que a universalidade conquistada pelo capital continue sob a égide particular dos interesses capitalistas. (GENRO FILHO, 2012, p. 180).

Nesse sentido, o autor confirma sua proposta de que as percepções a partir das quais são produzidas as notícias partem das relações reificadas típicas desse modelo de sociedade. Além disso, ele acredita que essas mesmas percepções são ampliadas pela produção de conteúdo noticioso, positivando-as. Trata-se de um raciocínio que expõe a concepção dialética de Genro Filho (2012) a respeito do jornalismo e sua relação com a sociedade reificada.

A mediação acontece, além da relação entre emissores e receptores, por intermédio de meios técnicos e uma linguagem estruturada, usados para reproduzir a “mediaticidade do

mundo, através das notícias como algo imediato”. Trata-se de uma forma de simulação, para o autor, mas não de uma inverdade, já que o que aparece na relação imediata dos indivíduos também “é o aspecto fenomênico e singular do real”, apenas um aspecto do concreto, que “tanto revela quanto esconde a essência”. De forma objetiva ou subjetiva, todas as relações humanas são mediadas (GENRO FILHO, 2012, p. 135).

Para entender a informação jornalística é preciso considerá-la em sua relação dialética com a singularidade, particularidade e universalidade da realidade. Esses conceitos contêm uns aos outros e representam dimensões dessa mesma realidade.

No universal, estão contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. No singular, através da identidade real, estão presentes o particular e o universal dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada. O particular é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva. (GENRO FILHO, 2012, p. 170).

De acordo com Genro Filho, ao expressar o que há de imediato no singular, o jornalismo reflete a hegemonia da ideologia dominante, mas, diante das contradições do capitalismo, ao reproduzir a objetividade, o jornalismo reflete também seus aspectos críticos de forma espontânea. No intuito de evitar isso, é necessário que os meios de comunicação e seus conteúdos sejam sempre mais controlados.

Existe, em sua concepção, um significado social para a informação jornalística. Ela possui um aspecto qualitativo e quantitativo. No entanto, há um “referencial sistêmico” (GENRO FILHO, 2012, p. 63), relacionado aos

diferentes projetos sociais inscritos como possíveis na concreticidade do presente, que oferece uma probabilidade quantitativa para o acontecimento de um evento. Em consequência, a qualidade de uma informação envolve exatamente a totalidade do social (o que implica uma projeção) escolhida como referência teórica. (GENRO FILHO, 2012, p. 63).

No que se refere à qualidade, o “processo global que serve como critério de qualificação das informações é a própria história, dimensão totalizante do ser e do fazer humanos” (GENRO FILHO, 2012, p. 79). O autor não está recusando, em suas propostas, o domínio e uso, pela burguesia, dos veículos de comunicação para produção de notícias relacionadas ao seu interesse de classe. Na verdade, está assumindo, a partir de uma perspectiva dialética-materialista, a existência e reprodução desses meios e de seus conteúdos, na sociedade capitalista, em uma realidade reificada. Para ele, o jornalismo,

filho mais legítimo desse casamento entre o novo tecido universal das relações sociais produzido pelo advento do capitalismo e os meios industriais de difundir informações, isto é, o produto mais típico desse consórcio histórico, não é reconhecido em sua relativa autonomia e indiscutível grandeza. (GENRO FILHO, 2012, p. 32).

Diante disso, para entender a relação do jornalismo e de seus trabalhadores com a sociedade e sua característica de produtor, a partir da realidade reificada, de um novo tipo de conhecimento, é preciso tratar da relação entre sujeito e objeto, com base na dialética marxista. Sobre essa sociedade capitalista e sua forma econômica fetichista, a divisão do trabalho e a reificação de todas as relações humanas, Lukács (2003, p. 72) coloca que “surtem fatos ‘isolados’, conjuntos de fatos isolados, setores particulares com leis próprias (teoria econômica, direito, etc.) que, em sua aparência imediata, mostram-se largamente elaborados para esse estudo científico”. As discussões sobre a atividade jornalística podem ser relacionadas a essa colocação, pois tal atividade existe enquanto um desses setores particulares “com leis próprias”. Refere-se a uma forma de produção de conhecimento que institui a imparcialidade para a confecção de conteúdos noticiosos, defendendo uma exposição exata da realidade, uma mera reprodução dos fatos.

No entanto, uma análise a partir da perspectiva dialética materialista, com exigências práticas, cobra uma revisão teórica, uma revisão da relação estabelecida com o objeto. Genro Filho (2012, p.15), em uma exposição marxista do jornalismo, afirma que o jornal é

a comunicação de bens imateriais de todos os tipos, desde que pertençam aos mundos presentes dos leitores, de um modo público e coletivo. O periódico deve servir de mediador, o que não implica apenas uma função social, mas também uma reciprocidade das relações entre os jornalistas, o periódico e os leitores.

É a consciência do jornalismo enquanto mediador de fatos que ocorrem na sociedade e dessa reciprocidade entre os jornalistas, o jornal e os leitores, colocada por Genro Filho (2012), que permite desmascarar o caráter fenomênico das notícias. O fenômeno é um momento da totalidade, aquele que aparece aos sentidos, anunciado na experiência real, é a concreticidade que serve como ponto de partida para compreender a realidade.

O jornalista, responsável pela divulgação destes fenômenos, na rotina de sua profissão, deve ambicionar a separação entre eles e sua aparência imediata, sua manifestação, para compreendê-los em sua essência, em seu núcleo. Seria, assim, possível pensar a relação da consciência com a realidade explicada por Lukács (2003, p. 67), a única a tornar “possível a

unidade entre teoria e a práxis”. Trata-se da etapa necessária e revolucionária para o autoconhecimento da classe de trabalhadores, na qual essa se identificaria, em um exato momento histórico, como sendo o sujeito e o objeto do conhecimento.

Lukács (2003) refere-se à aplicação da dialética marxista para os sistemas e acontecimentos da sociedade, como forma legítima de perceber a realidade e transformá-la. Explica que essa dialética é representada, inclusive, pela relação entre as manifestações dos fenômenos e a essência deles. Compreender esses fenômenos enquanto conhecimento da realidade, porém, só é possível a partir da totalidade, da consideração de um contexto que integra os diferentes fatos da vida social, enquanto elementos do desenvolvimento histórico.

Nesse sentido, as contradições fazem parte da essência indissolúvel da realidade e devem ser examinadas como tais. Diferentemente das ciências do seio do capitalismo, a dialética compreende que superá-las por meio da teoria, do conhecimento da totalidade, significa superá-las no curso do desenvolvimento social, a partir das análises das tendências desses processos.

Para Lukács (2003), dominar a totalidade é contrapor-se à ciência burguesa que considera os fenômenos sociais do ponto de vista do indivíduo. De acordo com autor, “somente as classes representam esse ponto de vista da totalidade como sujeito da sociedade moderna” (LUKÁCS, 2003, p. 107). A ética aqui não está mais representada pelo fragmentado código de ética de cada profissão, mas pela ética do proletariado, que nada mais é do que a consciência de classe. Refere-se à “ação dirigida apenas para o interior, a tentativa de realizar a transformação do mundo no único ponto do mundo que permaneceu livre, o homem (ética)” (LUKÁCS, 2003, p. 123).

O autor defende que a “essência do marxismo científico consiste, portanto, em reconhecer a independência das forças motrizes reais da história em relação à consciência (psicológica) que os homens têm delas” (LUKÁCS, p. 135). Entende-se, então, a partir dessa ideia, que é o homem que concebe o mundo, o mundo que produz o homem e existe apenas uma ciência capaz de compreender o mundo, a ciência histórico-dialética.

Genro Filho (2012) explica que a comunicação social é um aspecto do trabalho e a essência da atividade coletiva. Refere-se à produção social do conhecimento, “da produção histórica da sociedade e da autoprodução humana”. É um dos aspectos da “dimensão ontológica do homem” (GENRO FILHO, 2012, p. 226). Sobre a atividade jornalística, um setor particular com leis próprias para o conhecimento de aspectos e fenômenos da realidade, Genro Filho aposta na busca pela

concreticidade histórica do jornalismo, captando, ao mesmo tempo, a especificidade e a generalidade do fenômeno. Deve estabelecer uma relação dialética entre o aspecto histórico-transitório do fenômeno e sua dimensão histórico-ontológica. Quer dizer, entre o capitalismo (que gestou o jornalismo) e a totalidade humana em sua autoprodução. (GENRO FILHO, 2012, p. 23).

Para esse autor, os fatos não são puramente objetivos. A proposta de tentar capturá-los e divulgá-los como sua manifestação exata nunca foi alcançada pelo jornalismo. Lage (1979) acrescenta que a ideia de objetividade jornalística, na verdade, representa a abstenção do diálogo com a realidade para expor apenas o que é evidente nos fatos. Tal capacidade, para ele, é usada para medir a competência do profissional do jornalismo, “no entanto, ao privilegiar aparência e reordená-las num texto, incluindo algumas e suprimindo outras, colocando estas primeiro, aquelas depois, o jornalista deixa inevitavelmente interferir fatores subjetivos” (LAGE, 1979, p. 25).

Genro Filho, a partir de sua perspectiva do conhecimento, afirma que “é claro que não se trata do simples ‘relato’ e ‘descrição’ de um fato, dentro de supostos ‘limites permitidos pela natureza humana’”, e defende que o jornalismo refere-se a uma

nova modalidade de apreensão do real, condicionada pelo advento do capitalismo, mas, sobretudo, pela universalização das relações humanas que ele produziu, na qual os fatos são percebidos e analisados subjetivamente (normalmente de maneira espontânea e automática) e, logo após, reconstruídos no seu aspecto fenomênico. (GENRO FILHO, 2012, p. 41).

Lage (1979, p. 25) acredita, também, nas vantagens que podem ser promovidas por essa técnica jornalística: o “compromisso com a realidade material, a aceleração do processo de produção e troca de informações e a denúncia das fórmulas arcaicas de manipulação”.

Porém, para que este trabalho e as outras atividades da comunicação se desvencilhem da forma capitalista de produção, não apenas o desmascaramento da ideologia que esconde os propósitos econômicos envolvidos é fundamental, mas a própria transformação da estrutura econômica a partir da autoconsciência dos trabalhadores de sua condição de classe. Na consciência de classe da burguesia, essa pode ater-se à superfície dos fenômenos, mas para a consciência de classe do proletariado, é preciso “ir além do dado imediato” (LUKÁCS, 2003, p. 183). O autor explica que se trata de uma luta contra a causa e não contra os efeitos. O fim deve ser último e não momentâneo:

Ainda que a consciência de classe não tenha realidade psicológica, ela não é mera ficção. O caminho infinitamente penoso e cheio de revezes da revolução proletária, seu eterno retorno ao ponto de partida, sua autocrítica constante, da qual fala Marx na célebre passagem do Dezoito Brumário, encontra sua explicação justamente na realidade dessa consciência. Somente a consciência do proletariado pode mostrar a saída para a crise do capitalismo. (LUKÁCS, 2003, p. 183).

No entanto, essa consciência, a capacidade do proletariado em visualizar a crise do capitalismo de forma completa e de se enxergar como classe, só pode ocorrer quando a crise objetiva do capitalismo se completar. O autor coloca que o poder “das formas de vida capitalistas” sobre o proletariado pode ser demonstrado na separação da percepção de sua situação nos diferentes planos: político, econômico e cultural. Nesse sentido,

embora a sociedade represente em si uma unidade rigorosa e seu processo de desenvolvimento seja homogêneo, ambos não são dados à consciência do homem como unidade, especialmente ao homem nascido em meio à reificação capitalista das relações enquanto um meio natural, mas lhe são dados como multiplicidade de coisas e forças independentes umas das outras. (LUKÁCS, 2003, p. 175).

Em seu papel ideológico no sistema capitalista, essa multiplicidade de coisas e essas forças independentes podem ser vistas no jornalismo de forma naturalizada. Tal atividade participa da integração, na própria consciência, dos aspectos da vida determinados pela economia. Lukács (2003) compartilha uma concepção decisiva sobre os trabalhadores reificados. Em um primeiro momento, refere-se aos trabalhadores das atividades burocráticas ao compará-los com os operários:

A separação da força de trabalho e da personalidade do operário, sua metamorfose numa coisa, num objeto que o operário vende no mercado, repete-se igualmente aqui. Porém, com a diferença de que nem toda faculdade mental é suprimida pela mecanização; apenas uma faculdade ou um complexo de faculdades destaca-se do conjunto da personalidade e se coloca em oposição a ela, tornando-se uma coisa, uma mercadoria. Ainda que os meios da seleção social de tais faculdades e seu valor de troca material e ‘moral’ sejam fundamentalmente diferentes daqueles da força de trabalho (não se deve esquecer, aliás, a grande série de elos intermediários, de transições insensíveis), o fenômeno fundamental permanece o mesmo. (LUKÁCS, 2003, p. 221).

Vale ressaltar que o autor trata da força de trabalho como sendo a atividade operária, mas refere-se à discussão já colocada anteriormente do valor de troca dos distintos tipos de trabalho e acrescenta:

tudo isso mostra que a divisão do trabalho penetrou na ‘ética’ - tal como, no taylorismo, penetrou no ‘psíquico’. Isso não é, todavia, um abrandamento, mas, ao contrário, um reforço da estrutura reificada da consciência como categoria fundamental para toda a sociedade. (LUKÁCS, 2003, p. 221).

Então, sobre este tipo de trabalhador, compreendido, com base nas propostas teóricas de autores já mencionados, como trabalhador imaterial, Lukács (2003, p. 222) elucida que

o ‘virtuoso’ especialista, o vendedor de suas faculdades espirituais objetivadas e coisificadas, não somente se torna um espectador do devir social (não é possível indicar aqui, mesmo que alusivamente, o quanto a administração e a jurisprudência modernas revestem, em oposição ao artesanato, os caracteres já evocados da fábrica), mas também assume uma atitude contemplativa em relação ao funcionamento de suas próprias faculdades objetivada e coisificadas.

E ainda, tratando de forma direta e conveniente para a proposta desta discussão, o autor se refere aos trabalhadores da atividade jornalística:

Essa estrutura mostra-se em seus traços mais grotescos no jornalismo, em que justamente a própria subjetividade, o saber, o temperamento e a faculdade de expressão tornam-se um mecanismo abstrato, independente tanto da personalidade do ‘proprietário’ como da essência material e concreta dos objetos em questão, e que é colocado em movimento segundo leis próprias. A ‘ausência’ de convicção dos jornalistas, a substituição de suas experiências e convicções só podem ser compreendidas como ponto culminante da reificação capitalista. (Lukács, 2003, p. 222).

A apropriação ou a concepção de novas atividades imateriais para o desenvolvimento e manutenção do sistema capitalista acontece porque não basta a troca de mercadorias para que esse sistema se concretize. Para que a forma mercantil seja consolidada como “forma constitutiva de uma sociedade”, para que haja a “dominação da mercadoria”, ela tem de penetrar

no conjunto das manifestações vitais da sociedade e remodelar tais manifestações à sua própria imagem, e não simplesmente ligar-se exteriormente a processos voltados para a produção de valores de uso e em si mesmos independentes dela. (LUKÁCS, 2003, p. 196).

Mas a visão de Lukács (2003), quando ele se refere aos trabalhadores intelectuais, e especificamente ao jornalista, não pode ser assumida apenas no extremo do que ele determina ser a “substituição de suas experiências e convicções”. Essa generalização, na qual a

subjetividade é totalmente separada do “proprietário”, impossibilita pensar práticas alternativas e revolucionárias na forma de produzir notícias.

Lukács (2003, p. 198-199) explica que a reificação, para Marx, consiste em um fenômeno fundamental no qual o que há de social em uma mercadoria é apresentado aos homens como caracteres objetivos desta mercadoria, como características que lhe são naturais. Da mesma forma, a relação social dos trabalhadores com o processo do trabalho é vista como uma relação de objetos que existem exteriormente. Tanto a mercadoria quanto o conjunto do trabalho se mostram de forma mística e independente.

Nesse sentido, o trabalho, por meio de leis próprias e estranhas, domina o homem de forma objetiva e subjetiva. Objetivamente, da forma como foi colocado, e subjetivamente quando, objetivado, o trabalho torna-se uma mercadoria “de leis sociais naturais” (LUKÁCS, 2003, p. 200), tão independente dos homens quanto os artigos de consumo.

No que se refere à produção, os trabalhos imateriais não poderiam ser diferentes. A separação das operações na confecção de conteúdo jornalístico pode distanciar o trabalhador do processo e também do produto final, que deveria representar uma unidade de etapas organicamente relacionadas. O trabalho do produtor, do repórter, do editor, entre outros, refere-se à venda da força de trabalho fragmentada do jornalista.

Lage (1979) coloca que a divisão em funções na redação acontece quando o jornal se torna uma empresa. É uma “adaptação de uma estrutura industrial à produção de informação e matérias de entretenimento, principalmente” (LAGE, 1979, p. 26). A partir disso, ocorre, para o autor, um esvaziamento da responsabilidade pessoal do jornalista, já que a responsabilidade torna-se coletiva.

Genro Filho (2012, p. 224) afirma também, nesse sentido, que no jornalismo como conhecemos hoje não é mais um sujeito individual que fala, mas um sujeito social “que pode ser identificado no âmbito das contradições de classe e interesses de grupos”. No entanto, para ele, os veículos permitem serem identificados pelo público em sua posição ideológica e percebidos enquanto sujeitos sociais defensores de amplos interesses de classe.

Na verdade, muito mais do que criar débeis mentais (embora isso também ocorra), o capitalismo produz o consentimento e a adesão ideológica a determinada racionalidade e a certos valores. Quer dizer, o sistema capitalista reproduz a consciência e a atitude burguesas muito mais do que o caos intelectual e subjetivo. (GENRO FILHO, 2012, p. 223).

Para Lukács (2003, p. 205), essa objetivação do trabalho, essa oferta enquanto mercadoria, é transformada “em realidade cotidiana durável e intransponível, de modo que,

também nesse caso, a personalidade torna-se o espectador impotente de tudo o que ocorre com sua própria existência, parcela isolada e integrada a um sistema estranho.”

No caso do trabalho do jornalista, observar essa realidade da maneira como o autor expõe aponta, além da incapacidade de compreender sua própria existência na totalidade do processo, a impossibilidade de modificá-la. Isso porque o sistema de leis que regula esta atividade deve aparecer para o jornalista de forma natural e impositiva ao mesmo tempo. Precisa existir por si mesmo, mas não deve apresentar-se plenamente como é em sua totalidade. Esses sistemas não podem ser assim desmistificados, na opinião de Lukács (2003).

A imparcialidade jornalística aparenta ser um exemplo disso, pois assegura o distanciamento necessário do jornalista em relação à sua fonte e ao aprofundamento crítico da realidade. Acortina o fato de que esse profissional não consegue fugir da subjetividade de sua profissão, própria da sociedade mercantil plenamente desenvolvida.

Nas discussões que se seguem, continuaremos com as reflexões acerca da reificação, que, para Genro Filho (2012), acontece no próprio conteúdo da realidade e não necessariamente na fragmentação dos fatos. Trataremos da importância em ter o método materialista histórico dialético como sustentáculo para a análise dos fatos pelo jornalismo e da própria prática jornalística, que concluímos estar em relação com a totalidade, o mundo da vida e o mundo do trabalho, e não apenas com parte da realidade.

3.1 O fato e o conhecimento da realidade

O jornalismo é fruto da divisão capitalista do trabalho. Uma competência socialmente criada para executar a tarefa de informar a sociedade a respeito dela mesma. Para esta função, na qual também o processo encontra-se fragmentado, é exigido um profissional capacitado para seguir um modelo de produção de notícias, apoiando-se em um padrão de seleção dos fatos e de produção dos conteúdos. Há hipóteses que explicam tais métodos e, além disso, muitos são os esforços dos que apostam na sistematização deste conhecimento. Sobre a especialização, Lukács (2003, p. 227) coloca:

essa racionalização e esse isolamento das funções parciais têm como consequência necessária o fato de cada uma delas se tornar autônoma e tender a perseguir por conta própria seu desenvolvimento e segundo a lógica de sua especialidade, independentemente das outras funções parciais da sociedade (ou dessa parte à qual ela pertence). Naturalmente essa tendência aumenta com a divisão crescente do trabalho, cada vez mais racionalizada. Pois, quanto mais ela se desenvolve, mais se intensificam os interesses

profissionais e de status dos ‘especialistas’, que se tornam os portadores de tais tendências.

No entanto, Lage (1979) explica que, quando as notícias eram produzidas de modo “artesanal”, nelas estavam inseridas as perspectivas individuais de quem as produzia. Para o autor, a impessoalidade exigida dos que exercem essa função no capitalismo de hoje, porém, pretende eliminar essas perspectivas e os traços de emoção, ocultando, ao mesmo tempo, os preconceitos e as opiniões do grupo social dominante. Para Lage (1979, p. 33), essa proposta está, “sem dúvida, na raiz, tronco e ramos da neurose burguesa”.

Genro Filho (2012, p. 228) acredita que a objetividade jornalística proposta pela burguesia se refere a uma “confusão teórica e semântica”, “em parte conscientemente patrocinada” e parcialmente consciente da “própria ideologia que emana positivamente das relações de produção capitalistas, da reificação que está na base dessa ideologia”. Vale ressaltar que a reificação existe, para o autor, no “conteúdo da percepção do social”, como apreensão da realidade reificada, e não simplesmente devido à fragmentação das notícias.

Além disso, Genro Filho (2012) explica que a necessidade de manipulação das mídias acontece, inclusive, pelo fato de que a “objetividade burguesa”, imposta sobre a profissão, sofre com as crises das contradições que são próprias do sistema capitalista. Essa objetividade jornalística também é questionada pelo autor, mas, para ele, a impossibilidade de fornecer à notícia um caráter objetivo está não apenas no fato de que o próprio jornalista agrega aos fenômenos, durante a percepção, suas interpretações, posturas ideológicas e opiniões. Para o autor, a existência do fenômeno enquanto fato social já é carregada por posturas e percepções. Um fato não é submetido, a partir das técnicas necessárias para torná-lo notícia, a vários julgamentos sobre ele. Na verdade, existe

um mesmo fenômeno (manifestação indeterminada quanto ao seu significado) e uma pluralidade de fatos, conforme a opinião e o julgamento. Isso quer dizer que os fenômenos são objetivos, mas a essência só pode ser apreendida no relacionamento com a totalidade. (GENRO FILHO, 2012, p. 45).

O autor acredita que captar e relatar a essência do fato exige uma solidariedade em relação às possibilidades do fenômeno inserido na totalidade e de sua aquisição de sentido. Essa revelação da essência implica que sejam consideradas as relações com os complexos econômico, social e político. Ele não quer dizer que é necessário “um ensaio sociológico para noticiar um atropelamento”, mas que as diferentes formas jornalísticas de contar algo devem

ser consideradas “e que tais formas não são inocentes ou neutras em termos político-ideológicos” (GENRO FILHO, 2012, p. 46).

Essa totalidade que deve ser considerada na construção das notícias, entretanto, não pode ser entendida como um sistema social nos termos da Teoria da Informação, porque a concepção proposta por essa base teórica, na qual a sociedade funciona como um sistema, acredita que os aspectos da realidade são totalmente manipuláveis, em oposto à compreensão de que são os homens, por meio do trabalho, “que atribuem aos seus atos uma perspectiva teleológica” (GENRO FILHO, 2012, p. 83). Esses homens, para o autor, estão condicionados pela realidade objetiva e não determinados por um desenvolvimento dado.

Essa crítica, explica o autor, não deve ser entendida como uma defesa da “comunicação pela comunicação”, como se essa atividade pudesse estar além “dos interesses e da luta de classes”. Genro Filho (2012, p. 88) acredita que a ideologia, como em todas as sociedades, sempre “atravessa” todas as criações da cultura, “além de manifestar-se no senso comum, nas obras de arte, nas leis, na moral, no jornalismo, etc.”.

O conteúdo ideológico, nas explicações de Marx (1999), em *A Ideologia Alemã*, são sempre as ideias da classe dominante, força material e espiritual que prevalece na sociedade. Quando essa classe detém os meios de produção material, detém também a força espiritual, já que as ideias dominantes, para o teórico, nada mais são do que “a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação” (MARX, 1999, p. 72).

Por essa razão, é necessário “explicar as formações ideológicas a partir da “praxis material” e só é possível dissolver os produtos da consciência com o fim das relações reais. Marx acredita que não basta apenas a crítica, mas sim, a revolução, já que os produtores de ideias também são regulados e suas ideias controladas na produção e distribuição, tornando-se as “ideias dominantes da época” (MARX, 1999, p. 72).

Para Genro Filho (2012), a produção destas ideias, no caso dos meios de comunicação, não faz parte de um sistema de hegemonia cultural e ideológica apenas pelo fato de que esses meios, tal como se configuraram, não permitem retorno do consumidor em relação às informações que recebem. Não é isso que os torna instrumentos de manipulação, controle e opressão, pois o controle e o monopólio da linguagem, da escrita e de outras técnicas foram sempre de comando das classes dominantes de diferentes épocas. Para o autor, o jornalismo existir como parte desse sistema está mais relacionado à qualidade da informação que produz.

Como, no capitalismo, todas as necessidades sociais se tornam mercado consumidor, o autor explica que a informação que é oferecida pelo jornalismo também aparece como um valor de uso na forma de mercadoria. No entanto, “nem toda a mensagem-consumo é jornalismo e nem a informação jornalística obedece, exclusivamente, a critérios de consumo mercantil” (GENRO FILHO, 2012, p. 139). Nesse sentido, o autor acredita que a relação do jornalismo com a indústria cultural é pertinente, porém, não idêntica. O processo que culmina com a produção de notícias não pode ser independente dos indivíduos que as produzem, mas também não pode ser desligado da ideologia.

A prática do homem está relacionada à totalidade e não mais a uma parcela da realidade. Isso acontece por meio de mediações que são objetivas, subjetivas e constituídas com o “avanço das forças produtivas e a socialização da produção” (GENRO FILHO, 2012, p. 189). Inserido neste contexto, o papel do jornalista se constitui na apreensão da realidade pela sua singularidade, na tentativa de reconstituir o fato a partir de sua manifestação fenomênica.

Sem o propósito da busca pela totalidade, ao tornar-se um sistema de conhecimento sistemático, o jornalismo não consegue superar o conhecimento imediato da realidade por meio das leis da produção de notícia e a partir da divulgação de acontecimentos isolados. Mas como separar a produção de conteúdos sobre esta realidade da própria realidade concreta? No caso do jornalismo, bem como de outras atividades imateriais, existe uma reificação plenamente desenvolvida, na qual a forma da mercadoria

esconde-se atrás de uma fachada de ‘trabalho intelectual’, de ‘responsabilidade’ etc. (às vezes atrás das formas de ‘patriarcalismo’); e quanto mais profundamente a reificação se estender na ‘alma’ daquele que vende sua produção como mercadoria, mais ilusória será essa aparência (jornalismo). (LUKÁCS, 2003, p. 346).

Mas a crítica social ou a desmistificação da economia política desmascararia também a atividade jornalística e seu papel ideológico e, além disso, mostraria como este se tornou um dos setores particulares mencionados por Lukács (2003), no qual o distanciamento da totalidade deu a ele autonomia e propriedade de atuação.

A revelação da economia política é capaz de apresentar ao trabalhador imaterial do jornalismo o trabalhador que é. O que permitiria esse esclarecimento e a possibilidade de ação do jornalista é a consciência de sua condição enquanto trabalhador. Tal consciência, muito dificilmente adquirida nos trabalhos intelectuais, está no fato de o jornalista, em sua reificação, encontrar-se aniquilado, de maneira semelhante ao operário da indústria. Se, de

acordo com Lukács, somente o operário carrega em si o método dialético, do qual este é sujeito e objeto, é preciso que os trabalhadores intelectuais compreendam a relação entre suas situações, enquanto condição de existência do sistema capitalista.

Nesse sentido, a história é elementar no método dialético. Não apenas a história de sua profissão, mas a compreensão da história em seu sentido determinante na construção da sociedade. É a história que permite entender-se na totalidade dos processos. Lukács explica que o método da classe de trabalhadores é nada mais do que o método da história. Para o autor, a filosofia clássica só deixa como herança as antinomias não resolvidas. A continuação cabe ao método dialético, reservado à classe habilitada a descobrir em si mesma, a partir do seu funcionamento vital, o sujeito-objeto idêntico, o sujeito da ação. (LUKÁCS, 2003, p. 308).

O grande desafio para que, enquanto classe, os trabalhadores ajam no sentido de uma nova ordem, está, nas explicações de Lukács (2003), no fato de que a realidade imediata tornara-se a realidade objetiva, tanto para ele quanto para a classe de possuidores. Por isso, a reificação e a autoalienação são compartilhadas. Porém, um está à vontade em sua condição de poder e o outro, desumanizado. Essa consciência histórica deve, então, ser comum a todos os trabalhadores, inclusive aos do trabalho imaterial. Para Lukács, somente o método dialético aponta para além da sociedade burguesa (LUKÁCS, p. 308). Sobre o método, a concepção histórica e a reificação do jornalismo, Genro Filho coloca:

Quando se diz que o jornalismo deve se ater "exclusivamente aos fatos" está implícito um determinado critério de elaboração mental alicerçado na cosmovisão e na ideologia burguesas. A compreensão da informação jornalística sob outro ângulo ideológico, ou seja, como apreensão de uma realidade não reificada, reconhecendo seu processo dialético e apostando em suas melhores possibilidades, exige que o mundo seja entendido como produção histórica em que se constroem e se revelam sujeito e objeto. Exige uma perspectiva revolucionária. (GENRO FILHO, 2012, p. 228).

Diante dos fatos históricos, Lukács (2003, p. 316) explica que o historiador também encontra desafios em conhecer a realidade em “suas formas estruturais verdadeiras”. Conhecê-la a partir da “coisa em si” – por exemplo, pelos valores culturais para o historiador que estuda a sua própria cultura – também se impõe como um desafio para o trabalhador do jornalismo. Isso acontece quando a realidade é buscada no que é visto no primeiro momento e

essa aparência surge dos hábitos de pensar e de sentir do simples imediatismo, no qual as formas imediatamente dadas dos objetos, sua existência e seu modo de ser imediatos aparecem como o que é primeiro,

real, objetivo, enquanto suas ‘relações’ se mostram como algo secundário e meramente ‘subjetivo’. (LUKÁCS, 2003, p. 316).

Para conhecer essa realidade, então, é preciso “o caminho do conhecimento do processo de desenvolvimento histórico como totalidade”, a partir de “um movimento de puro pensamento e abstração” (LUKÁCS, 2003, p. 316). A realidade objetiva não pode mais estar separada da relação que existe entre as coisas. O objetivo e o que é visto como subjetivo devem ser colocados, pelo pensamento, no mesmo plano, junto com suas “inter-relações e a interação dessas ‘relações’” (LUKÁCS, 2003, p. 317).

Genro Filho faz, nesse sentido, uma importante análise da relação do indivíduo com a totalidade. Ele afirma que o indivíduo não pode ser origem absoluta de toda informação, mas que este também não pode ser dissolvido nas relações sociais e funções sistêmicas que exerce e das quais é parte. Para o autor, se o todo é superior às partes, ele é, ao mesmo tempo, tanto superior quanto inferior a elas. A superação, então,

nasce de um duplo movimento real e concomitante: do todo para as partes e destas para o todo. Aliás, a própria idéia de totalidade, na acepção da dialética marxista, implica um todo estruturado que se desenvolve e se cria, e não na simples pressuposição holista de que o todo é superior à soma das partes. Ora, se o todo se desenvolve e se cria, sendo por isso uma totalidade dialética, isso envolve contradições internas que são as verdadeiras fontes do desenvolvimento e da transformação, o que contraria a idéia de uma antologia meramente funcional das partes em relação ao todo. (GENRO FILHO, 2012, p. 72).

Diante dessas informações sobre o método dialético, metodologia para o desvendamento da verdade, é possível compreender que a realidade imediata, quando relatada em uma notícia, não representa o conjunto das relações e inter-relações entre o que há de objetivo e subjetivo nos objetos, a menos que os fatos sejam assim compreendidos pelos jornalistas e pelos consumidores das notícias: como aparências da verdade, manifestações de fenômenos mais complexos, mas, também, fonte para o conhecimento dessa verdade, que pode ser conhecida dialeticamente a partir do que Lukács (2003, p. 319-320) define como imediatismo e mediação. O autor explica que ir além do imediatismo da empiria significa

que os objetos da própria empiria são apreendidos e compreendidos como aspectos da totalidade, isto é, como aspectos de toda a sociedade em transformação histórica. A categoria da mediação como alavanca metódica para superar o simples imediatismo da empiria não é, portanto, algo trazido de fora (subjetivamente) para os objetos, não é um juízo de um valor ou um

dever confrontado com o ser, mas é a manifestação de sua própria estrutura objetiva. (LUKÁCS, 2003, p. 330-331).

A partir da desintegração desse imediatismo, a barreira que se colocaria também para o profissional do jornalismo é, na verdade, intrínseca ao sistema capitalista. Refere-se ao fato de que o jornalista não é dono dos meios de produção usados em sua atividade e, ainda que consiga lidar com a superação do seu imediatismo enquanto mercadoria, esse mesmo imediatismo encontra-se aderido ao pensamento dos possuidores, já que o método desses é baseado em internalizar o que é criado e visto por eles como algo convenientemente racional, exterior e imutável. Impõe-se, com isso, a dificuldade para a mudança de conteúdos produzidos e divulgados: a disputa, mesmo que desintegrada a mistificação, entre seres sociais de classes conflitantes.

Lukács (2003) explica que o ser social na sociedade capitalista é o mesmo para a burguesia e para o proletário. A diferença está no interesse de classe, por meio do qual o ser social prende a burguesia no imediatismo e impele o proletário para além dele, em um caso de vida ou morte. Enquanto a burguesia encobre a estrutura dialética do processo histórico na vida cotidiana com as categorias abstratas de reflexão, o proletário precisa conscientizar-se da essência dialética de sua vida.

Sobre a reificação das informações, no que se refere ao trabalho jornalístico e à mercadoria produzida, Genro Filho (2012, p. 220) indica que esse fenômeno não está necessariamente relacionado à fragmentação dos fatos, pois a “ideia de fragmentação e de reificação diz respeito ao conteúdo e não apenas à forma”. O autor explica que, por si só, a realidade tal como a vemos não pode ser percebida imediatamente em sua totalidade e que a incapacidade do jornalista de percebê-la também dessa forma, a partir dos fatos, para a construção das notícias não representa nenhuma novidade.

O fato jornalístico, para ele, não se refere a um mero “fragmento”, um “átomo”. Ele é reproduzido de maneira singular por meio de notícias ou reportagens, a partir de um complexo processo subjetivo de apreensão da realidade, gerando um produto que deve ser tomado em suas relações históricas e sociais, como a “interiorização dessas relações na reconstituição subjetiva do fenômeno descrito” (GENRO FILHO, 2012, p. 114-115).

É a contradição existente no processo de produção do mundo social que faz do fato jornalístico algo complexo. Segundo o autor, “essa contradição nasce da relação axiomática do sujeito com o mundo objetivo, na mesma medida em que a objetividade vai constituindo o substrato que confere realidade à autoprodução do sujeito.” (GENRO FILHO, 2012, p. 61).

Assim, diferentes disciplinas científicas constroem os fatos com os quais trabalham e, no jornalismo, essa construção é determinada por fatores objetivos e subjetivos. Genro Filho acredita que isso fornece, ainda que limitadamente, uma margem de arbítrio da subjetividade e da ideologia. Mesmo reconhecendo a constituição objetiva do fato, já que ele existe independente do sujeito, para que seja um fato, requer uma “percepção social dessa objetividade”, ou seja, da “significação dessa objetividade pelos sujeitos” (GENRO FILHO, 2012, p. 195). Além disso, a relação do sujeito com essa objetividade é de produção e autoprodução. Isso quer dizer que a objetividade e a percepção dela são produzidas pelo sujeito que se autoproduz.

A relação sujeito-objeto é uma relação na qual o sujeito não só produz o seu objeto como também é produzido por ele. Ao produzir-se livremente nos limites da objetividade, ele produz a própria objetividade do mundo. Ou seja, o homem não só escolhe o seu destino ao atuar objetivamente sobre o mundo, mas também transforma o mundo à medida que escolhe seu destino, pois ele mesmo - corpo e espírito - é parcela desse mundo. (GENRO FILHO, 2012, p. 196).

Marx (1999, p. 17) coloca que “os produtos da sua cabeça acabaram por se impor à sua cabeça” para tratar da consciência e dos pressupostos dos quais partimos. Para ele, esses pressupostos são reais, pois são os indivíduos e suas ações, as condições materiais de sua existência, que já existiam anteriormente a eles e que eles mesmos produzem.

Nesse sentido, pode-se compreender que o jornalismo e a sua necessidade na sociedade atual fazem parte do modo como os indivíduos manifestam suas vidas. Para Marx,

indivíduos determinados, que como produtores atuam de um modo também determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas. É preciso que, em cada caso particular, a observação empírica coloque necessariamente em relevo - empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação - a conexão entre estrutural social e política e a produção. (MARX, 1999, p. 35).

Na visão do teórico, a consciência só pode ser um homem consciente. Ele mesmo é produtor de suas ideias e representações que são, por sua vez, emanações diretas da atividade material. Diante dessa concepção, é possível questionar como o homem acredita encontrar-se “de fora” da realidade que relata, como no caso do jornalismo. Como já foi dito, para Genro Filho (2012), essa imparcialidade e objetividade ambicionada pelos jornalistas e exigida pelos veículos esconde a ideologia burguesa,

cuja função é reproduzir e confirmar as relações capitalistas. Essa objetividade implica uma compreensão do mundo como um agregado de "fatos" prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia ou concepção de mundo. Caberia ao jornalista, simplesmente, recolhê-los escrupulosamente como se fossem pedrinhas coloridas. (GENRO FILHO, 2012, p. 197).

O que o autor destaca, porém, é que essa "ideologia da objetividade" produziu uma modalidade nova de conhecimento com potencialidades maiores do que são usadas pela burguesia na sociedade capitalista. Para Enzensberger (2003, p. 82), a classe burguesa é a detentora dos meios de comunicação que foram desenvolvidos no seio do capitalismo. Ele acredita, no entanto, que essa mesma classe é "ideologicamente estéril", que nada mais tem a dizer, que não explora o sentido social destes meios e que

a evolução de um simples meio de distribuição para um meio de comunicação não é um mero problema técnico. Ela é evitada conscientemente, por boas ou más razões políticas. A diferenciação técnica entre emissor e receptor reflete-se na divisão do trabalho entre produtores e consumidores da sociedade; esse mecanismo adquire intenso contorno político na indústria da consciência. (ENZENSBERGER, 2003, p. 17).

Mas, na crença de que o propósito da comunicação ainda não pode ser efetivado na sociedade, o autor afirma que as massas são parte, pela primeira vez, de um processo produtivo social e sociabilizado. Enzensberger (2003, p.16) explica que as mídias tornaram possível essa participação e que, por isso mesmo, o propósito da comunicação pode ser concretizado.

Para Genro Filho (2012), a ideia comum na qual o jornalismo, ao "separar as notícias e tratá-las de forma descontínua, desintegra e atomiza o real favorecendo a superficialidade da reflexão e a alienação" não pode ser constatada. Isso porque o real "não é um dado a priori na percepção, mas se revela através da abstração e do conhecimento" (GENRO FILHO, 2012, p. 221). Então, o autor defende esta proposta em oposição às teorias que assumem esse trabalho como mera ferramenta de manipulação:

a ideologia burguesa, pelo conteúdo predominante que atribui ao conjunto das informações que circulam na sociedade, reforça o fetichismo (notadamente pela publicidade) e a reificação, mas encontra na potencialidade social que emana da natureza técnica dos meios e da lógica inerente ao jornalismo um obstáculo, uma contradição que se repõe a cada ato. (GENRO FILHO, 2012, p. 220- 221).

Para ele, as potencialidades das condições técnicas que os meios de comunicação emprestam ao jornalismo, na verdade, possibilitam a combinação de informações de forma dinâmica. Bem como a percepção individual da realidade, a notícia, para o autor, será inserida em uma “cosmovisão dominante”, mas não está imune às contradições da sociedade. Esse pensamento, para Genro Filho (2012, p. 221- 222), permite

pensar a cultura em geral e o jornalismo em particular como práxis, não apenas como manipulação e controle. De um lado, em virtude da propriedade privada dos meios de comunicação e da hegemonia ideológica da burguesia, o jornalismo reforça a cosmovisão dominante. De outro, a apreensão e reprodução do fato jornalístico podem estar alicerçadas na perspectiva de uma cosmovisão oposta e de uma ideologia revolucionária.

Enzensberger (2003) também aposta no caráter revolucionário dos meios de comunicação e em uma apropriação efetiva de suas potencialidades. Os procedimentos para uso das mídias, segundo o autor, pressupõem sua manipulação, mas isso significa que serão realizadas intervenções no material a ser trabalhado. O problema elementar está na posse dos meios de produção das mercadorias da comunicação por uma minoria econômica que é, por sua vez, responsável por essa manipulação.

Além disso, Enzensberger (2003) destaca a desconsideração, por parte dos movimentos de oposição à burguesia, da necessidade de qualificação para o uso dos meios de comunicação. Assumir essa ferramenta em suas possibilidades revolucionárias deve significar não apenas a tomada das grandes indústrias da comunicação para a divulgação do que acreditam ser uma realidade oposta ao conhecimento dominante. Para o autor, essa iniciativa deve se sustentar na ideia de que todos devem se tornar potenciais manipuladores.

3.2 O jornalismo na Indústria Cultural, o processo de trabalho, a profissionalização e o duplo valor da mercadoria

Diante de toda a reflexão teórica proposta até aqui, somos direcionados aos fatores que corroboram a reificação do profissional do jornalismo. As contradições postas para a execução deste tipo de trabalho promovem indagações que tangem a formação desse trabalhador imaterial enquanto reflexo das diferentes necessidades de informação que partem da sociedade.

Para tratar da dinâmica social que demanda o conteúdo produzido pelos jornalistas e, por isso, a formação desses profissionais para atender a essa demanda, retornaremos à obra de

César Bolaño (2000) acerca da Indústria Cultural, na qual situamos o trabalho jornalístico na atualidade, da concepção dos conteúdos à sua distribuição. De acordo com o autor, “a Indústria Cultural é um elemento de mediação entre o capital, o Estado e as outras instituições das ordens econômica e política, de um lado, e as massas de eleitores e consumidores de outro” (BOLAÑO, 2000, p. 215).

O processo de trabalho cultural representa, para esse autor, um processo não homogêneo no qual a concepção da obra, por um ou vários trabalhadores, é separada da reprodução material da mercadoria. Uma mercadoria cultural precisa ser reproduzível em grande quantidade, mas precisa possuir valor de uso, cuja especificidade está na unicidade do produto.

Essa característica, que exige a inovação constante dos trabalhadores culturais, ao mesmo tempo em que estabelece relações ainda mais complexas no que se refere à subsunção desse tipo de trabalho, dificulta a subsunção total ou, no mínimo, exige do capital novas estratégias de exploração e expropriação.

Na Indústria Cultural, a imprensa, junto às indústrias de rádio e televisão, é considerada, na proposta de Bolaño (2000), uma “cultura de onda”, na qual ocorre “a interseção dos campos da cultura e da informação”. O autor apropria-se da definição de “culture de flot”, de Patrice Flichy (1980), que, diferentemente da indústria de edição literária, fonográfica, audiovisual e cinematográfica, “produtoras de uma mercadoria cultural”, caracteriza-se pela “continuidade da programação, a grande amplitude da difusão, a obsolescência instantânea do produto e a intervenção do Estado na organização da indústria” (BOLAÑO, 2000, p. 172). O editor é, nas explicações de Bolaño (2000), o intermediário entre o trabalho cultural, a produção cultural e sua reprodução.

A produção cultural caracteriza-se por uma determinada articulação entre as fases do processo de valorização e pelo papel próprio da distribuição no ciclo do capital, caracterizado, nas indústrias de conteúdo, pela divisão da produção em concepção e reprodução material, como vimos, o que impõe o trabalho de edição (‘a forma específica em que se reveste, no mundo da produção capitalista, o processo de inserção do trabalho cultural numa mercadoria reproduzível’) e pela importância crucial do trabalho de distribuição dada a aleatoriedade da realização. (BOLAÑO, 2000, p. 170)

Essa mercadoria cultural, da indústria editorial, se distingue, para Bolaño, em sua apropriação de Flichy, da definição de cultura de onda e suas indústrias de rádio, TV e imprensa. O editor precisa, para assegurar que a mercadoria cultural seja transformada em dinheiro, intervir na concepção, fabricação e comercialização do produto. No entanto, o autor

coloca que, entre informação e cultura, ocorre uma interseção e que os produtos de todas essas indústrias, de onda e de mercadorias culturais, se aproximam.

Em relação ao processo de confecção de notícias, diferentemente da produção de uma obra de arte ou de outro produto que precisa aparentar em si uma relação intrínseca com a subjetividade de seu autor ou artista, a relação de trabalho liga-se diretamente à profissionalização deste trabalho.

Para atender aos requisitos das empresas midiáticas, que oferecem conteúdos noticiosos, o trabalhador precisa demonstrar que possui a qualificação necessária para corresponder à demanda por notícias que parte da sociedade. É válido ressaltar, como já bem colocado por Genro Filho, que essa carência é historicamente definida, estando sujeita, porém, às contradições envolvidas na industrialização dessa produção e no confronto de interesses entre os atores interessados na venda ou divulgação de notícias.

Nesta pesquisa, entende-se que a necessidade de um tipo específico de informação determinou o surgimento e desenvolvimento do jornalismo tal como é hoje. E, como qualquer outro mercado com potencial de exploração para produção de lucro, a produção de notícias se tornou uma grande oportunidade na indústria da comunicação. Nesse sentido, Bolaño argumenta que:

O trabalho do artista, do técnico ou do jornalista é um trabalho concreto que produz uma mercadoria concreta para preencher uma necessidade social concreta (necessidade que pode ser, como no caso de qualquer mercadoria, ‘imposta’ de alguma forma). Mas para criar essa mercadoria (o programa, o jornal, o filme), esses profissionais gastam energia, músculos, imaginação, em uma palavra, despendem trabalho humano abstrato. A subordinação dos trabalhos concretos às necessidades de valorização do capital os transforma em trabalho abstrato. Mas o trabalho cultural é diferente porque ele cria não uma, mas duas mercadorias. (BOLAÑO, 2000, p. 225-226).

Conforme Bolaño (2000, p. 199), o valor econômico de uma produção cultural encontra-se na conversão do valor simbólico, do valor de uso da mercadoria. O autor explica ainda que “na Indústria Cultural o trabalho tem duplo valor. Os trabalhos concretos dos artistas, jornalistas e técnicos criam duas mercadorias de uma vez: o objeto ou o serviço cultural (o programa, a informação, o livro) e a audiência” (Bolaño, 2000, p. 222). No entanto, o autor pondera o seguinte:

Todas as relações sociais, a geografia mundial, tudo teve de ser transformado pelo capital para que se pudesse chegar a essa situação em que o trabalho cultural tem a capacidade de transformar multidões humanas em audiência

para sustentar toda a máquina publicitária, elemento central da dinâmica econômica desde o início do século XX, e para garantir as condições gerais para a legitimação do Estado contemporâneo. (BOLAÑO, 2000, p. 222).

Bolaño trata ainda de “viveiros” de força de trabalho, aos quais os editores precisam recorrer quando necessitam “garantir a renovação de formas e conteúdos”. Aborda também a dificuldade em manter relações de assalariamento com o mundo artístico, o que também nos parece familiar à condição do trabalho jornalístico, ao seu vínculo empregatício e, ainda, às exigências de capacitação para além de sua formação e fora de sua jornada de trabalho.

Mas a venda da mercadoria audiência, homens e mulheres transformados em um abstrato de potenciais consumidores, conclui, para Bolaño (2000), a transformação do sujeito, do trabalhador, em objeto:

não é apenas a sua força de trabalho que se torna mercadoria, mas a sua própria consciência e seus desejos são apropriados para facilitar a acumulação do capital. Ele é proprietário de sua consciência como o é de sua força de trabalho: uma vez decidindo ‘vendê-la’ ao capital (não mais contra um salário, mas contra diversão, informação, emoção), torna-se instrumento desse último. (BOLAÑO, 2000, p. 227).

Segundo Bolaño (2000), a mercadoria audiência é a mais importante para o mercado e tudo depende da capacidade de atraí-la. “Ela é especial mesmo em relação a mercadorias imateriais, como a informação, por exemplo” (BOLAÑO, 2000, p. 230). Essa ideia situa então, para o proposto nesta pesquisa, o trabalho do jornalista como produtor de duas mercadorias diferentes: a própria notícia e a audiência, na forma de consumidores de notícias, que configuram uma força ou uma energia entendida como objeto para o capital.

Além de mediadora entre o capital, o Estado e os eleitores e consumidores, Bolaño explica que a Indústria Cultural desempenha uma terceira função. Essa função, por ele determinada como função programa, define-se na apropriação, por essa Indústria e a cultura de massa, de produções da cultura popular. Promove-se então uma relação “publicidade/propaganda/programa” (BOLAÑO, 2000, p.256), capaz de demonstrar as contradições de interesses políticos e econômicos, mas na qual, na programação, dificilmente distinguem-se esses três elementos.

No intuito de “esquematizar o maior número possível dos determinantes da estrutura e dinâmica dos principais meios de comunicação e das diferentes indústrias culturais” (BOLAÑO, 2000, p. 242), o autor situa o jornal e as agências de notícias no mesmo esquema que a revista e o livro e separados do audiovisual e do rádio. Esse esquema, o terceiro em sua

proposta, compreende os setores mais antigos da Indústria Cultural e nele acontece também a relação publicidade/propaganda/programa.

Essa relação descrita por Bolaño, além de apontar o papel mediador da Indústria Cultural, a exigência de atender às necessidades do público consumidor e os limites da subsunção do trabalho cultural, explica que

informação confidencial, intercapitalista, de massa, mercadoria informação, informação no interior do processo de trabalho, tudo está presente, ordenado segundo lógicas e hierarquias adequadas às necessidades do Estado e do capital, na estrutura dos meios de comunicação de massa. (BOLAÑO, 2000, p. 270).

Em um sentido diferente de cultura, relacionada agora às práticas, costumes, linguagem, símbolos e signos que um grupo compartilha, no caso específico do jornalismo, para atender à Indústria Cultural, é necessária a formação de uma massa de trabalhadores especializados na produção de notícias. Além dos vários fatores já mencionados, que definem a notícia – como o tempo e as possibilidades de produção, o veículo de divulgação e os interesses dos diversos atores na confecção e disseminação desse produto –, a formação acadêmica e a cultura comum que é estabelecida entre esses trabalhadores são determinantes nesse processo.

Como já foi tratada, a notícia, para este estudo, é uma reprodução singular do fato, uma interpretação da realidade reificada e fragmentada em si. De acordo com Nelson Traquina (2008), a sociologia do jornalismo é precisa ao dizer que, para compreender a notícia, é necessário compreender a cultura jornalística do que ele acredita ser uma tribo, uma comunidade interpretativa transnacional: “a comunidade jornalística é uma tribo, e as características e ideologia dessa tribo são um fator crucial na elaboração do produto jornalístico” (TRAQUINA, 2008, p. 106).

Traquina fala da resistência do profissional do jornalismo em compreender a notícia como uma história por ele contada. Para esse profissional, haveria uma perda de valor, profissionalismo e imparcialidade nessa forma de enxergar sua atividade. De acordo com o autor, o desenvolvimento do campo jornalístico, com um grupo de profissionais especializados que retém o conhecimento específico de como produzir notícias, faz parte de um processo de profissionalização que é tendência da industrialização. Nesse sentido, Traquina explica, a partir de Wilensky, que para esse processo é preciso:

1) trabalho em tempo integral, em que os participantes demarcam a sua própria posição; 2) o estabelecimento de procedimentos de treino e seleção; 3) a formação de associações profissionais; 4) o esforço na busca de reconhecimento público e apoio legal ao seu controle sobre a entrada na profissão e os modos da prática; e 5) a elaboração de um código de ética. (WILENSKY, 1964, p. 12 apud TRAQUINA, 2008, p. 21).

Traquina e os autores nos quais ele se baseia colocam que, além da profissionalização, é requisitada uma “identidade profissional” com uma ideologia específica, “entendida como um sistema de crenças”, na qual é elaborada uma ideia de como a profissão deve ser. As expectativas, a execução de papéis e a solidariedade, por exemplo, padronizam pensamentos e comportamentos. A divisão do trabalho faz com que grupos desenvolvam seus próprios interesses, discutidos entre si, sobre eles e sobre como falar deles.

Partindo dessas explicações de Traquina sobre a profissionalização desses trabalhadores, compreender as relações de trabalho e de conhecimento que envolve esta forma específica de produzir e divulgar informações na época capitalista atenta-nos também para a necessidade de reflexões acerca de outro importante elemento na determinação deste papel: a formação do jornalista. Estabeleceremos, com isso, no capítulo que se segue, questionamentos a respeito desse processo de formação, a partir das expectativas do mercado, do Estado, da sociedade e de sua própria “comunidade” ou “tribo” (TRAQUINA, 2008, p. 24).

Seria impossível abordar todos os determinantes da produção jornalística, mas alguns deles já foram tratados no intuito de desmascarar a naturalidade da produção de notícias e da própria existência do jornalismo tal como pretende parecer: neutro, capaz de chegar à verdade, com função precisa para os interesses da sociedade, ou mesmo como mero instrumento de manipulação do capital e do Estado.

No entanto, de acordo com Traquina (2008, p. 33), o jornalismo tal como o conhecemos, a imprensa enquanto meio de massa, se desenvolveu a partir do século XIX, como um campo entre a economia e a ideologia, “um negócio e um serviço público, a formação de um grupo profissional que reivindica um monopólio do saber”. O autor explica que o aumento de tiragens fez da informação uma mercadoria e, além da comercialização, a profissionalização dos trabalhadores representa a marca do que ele chama de evolução da atividade jornalística, ganhando autonomia, responsabilidades perante a sociedade e liberdade.

Nesse sentido, a profissionalização liga-nos à ideia da necessidade da massa de reserva, da competitividade, da importância de um perfil específico de trabalhadores, de uma cultura e de relações de trabalho que garantam coesão e sintonia na produção de notícias. A

profissionalização e a formação referem-se a importantes aspectos a serem pensados em uma reflexão dialética sobre o trabalho jornalístico. Com base em Greenwood (1957), Traquina (2008, p. 22) coloca que “o processo de profissionalização leva à emergência de um grupo que desempenha funções sociais através de uma rede de relações formais e informais”.

Sustentado em outros autores, Traquina (2008) defende a ideia da existência de uma “comunidade interpretativa”, na qual os profissionais partilham interpretações e referências. É perceptível, a partir dessa colocação, uma facilidade de exploração do capital, já que se beneficia de qualidades subjetivas e da sociabilidade natural desses indivíduos no mundo da vida e no mundo do trabalho.

A exploração de conhecimentos comuns e de atributos individuais foi colocada por Gorz (2005) e tratada anteriormente nesta pesquisa, sendo imprescindível para existência e prática de determinados trabalhos, mas exigida tanto nos trabalhos materiais quanto imateriais. Traquina (2008) exemplifica essa ideia ao dizer que:

Num ambiente de incerteza, a velocidade é de uma importância vital. A notícia é um artigo deteriorável. Como sublinharam Ericson, Baranek e Chan (1987), um jornalista é julgado competente não só porque possui o jeito e o conhecimento apropriados, mas também por causa da capacidade de mobilização desse jeito e desses conhecimentos antes do prazo-limite, de forma a provar que consegue dominar o tempo e não ser dominado por ele. A ênfase na ação está no centro do profissionalismo jornalístico. (TRAQUINA, 2008, p. 28).

A cultura produzida pela partilha de crenças cria, para o autor, um modo de fazer específico que estabelece semelhanças na forma como o jornalista identifica o fato e produz notícias. Traquina (2008, p. 27) explica que

ninguém segue as notícias tão de perto como os jornalistas. Os jornalistas monitorizam a cobertura uns dos outros. Mesmo quando não estão em contato direto, os jornalistas confiam fortemente no trabalho uns dos outros, como prática institucionalizada, para ideias de histórias e confirmação dos seus critérios noticiosos.

Diante da necessidade de noticiar os fatos no menor tempo decorrido possível, o autor coloca que o tempo tem importância principal na constituição da cultura profissional. Dominar esse tempo está diretamente relacionado à competência desse especialista.

Alguns saberes são recrutados na prática da profissão. Segundo esta concepção, apropriada de Ericson, Baranek e Chan (1987) por Traquina (2008), esses saberes são fruto de um lento processo de acumulação que acontece na experiência. O primeiro deles é o “saber de

reconhecimento”, que determina quais acontecimentos possuem os valores necessários para se tornarem notícia. O “saber de procedimento” refere-se a um conhecimento da forma de obter os dados na especificidade de cada caso e o “saber de narração” consiste na capacidade de traduzir tudo isso em uma narrativa interessante, de contar a estória.

As explanações de Traquina impõem, no entanto, uma dificuldade em compreender a atividade jornalística a partir de uma postura crítica diante dos acontecimentos ou mesmo de uma ruptura com a reificação, pois, para ele,

os jornalistas são pragmáticos; o jornalismo é uma atividade prática, continuamente confrontada com ‘horas de fechamento’ e o imperativo de responder à importância atribuída ao valor do imediatismo. Não há tempo para pensar, porque é preciso agir. (TRAQUINA, 2008, p. 44).

De acordo com o autor, na “postura epistemológica do jornalista”, a ação é priorizada em relação à reflexão (2008, p. 45) – reflexão que é imprescindível em qualquer atividade que pretenda ser crítica e prática. Traquina coloca ainda que a linguagem jornalística precisa ter: “a) frases curtas; b) parágrafos curtos; c) palavras simples (evitar palavras polissilábicas); d) uma sintaxe direta e econômica; e) a concisão; e f) a utilização de metáforas para incrementar a compreensão do texto” (TRAQUINA, 2008, p. 46).

A existência dessas técnicas promove a recusa do diálogo com uma realidade que é em si fragmentada. Como explicado por Genro Filho, promove uma “abolição da consciência histórica, criando uma perpétua série de primeiros planos” (TRAQUINA, 2008, p. 49).

Traquina (2008) apresenta, diante de sistematizações de outros autores sobre os valores-notícia, sua proposta do que acredita ser necessário para que um fato se torne notícia. Para ele, os “valores-notícia são um elemento básico da cultura jornalística que os membros desta comunidade interpretativa partilham. Servem de ‘óculos’ para ver o mundo e para o construir” (TRAQUINA, 2008, p. 94).

Nesse sentido, divide esses critérios entre valores-notícia de seleção, que se referem à escolha do acontecimento diante do seu potencial de se tornar notícia, e valores-notícia de construção, que são as qualidades e o direcionamento na elaboração da notícia. Mas os valores-notícia são, para Traquina (2008), influenciáveis por outros fatores, como a política editorial, a rotina jornalística e sua relação com as fontes, a necessidade de essa rotina ser produtiva e a direção do jornal, o que inclui as possíveis motivações pessoais dos diretores.

Essas considerações representam, para as reflexões aqui propostas, elementos importantes do processo de trabalho dos jornalistas e a confecção da notícia, uma das

mercadorias produzidas por esse trabalho cultural, se assumirmos a compreensão de Bolaño (2000) sobre o duplo valor deste trabalho na Indústria Cultural e a produção de duas mercadorias, a informação na forma de notícia e a audiência.

É importante ressaltar aqui que o papel do jornalismo e das notícias, nas explicações de Traquina sobre a cultura profissional, assume sua vulnerabilidade quando, para o autor,

as definições do que é notícia estão inseridas historicamente e a definição da noticiabilidade de um acontecimento ou de um assunto implica um esboço da compreensão contemporânea do significado dos acontecimentos como regras do comportamento humano e institucional. (TRAQUINA, 2008, p. 95).

Diante disso, é importante a colocação do autor, em sua proposta de valores notícia de seleção, que não serão abordados individualmente, na qual os valores envolvidos nesse processo de escolha do acontecimento “implicam um pressuposto sobre a natureza consensual da sociedade”, sendo que alguns deles

ajudam eles próprios a construir a sociedade como um ‘consenso’. Primeiro, o consenso requer a noção de unidade: uma nação, um povo, uma sociedade, muitas vezes traduzida simplesmente para o ‘nosso’ – a nossa indústria, a nossa polícia, a nossa balança de pagamentos. Esta visão nega quaisquer discrepâncias estruturais mais importantes entre grupos diferentes, ou entre os próprios mapas diferentes do significado numa sociedade, e ganha assim significado político. Grupos fora do consenso são vistos como dissidentes ou marginais. (TRAQUINA, 2008, p. 86).

A obra deste autor foi escolhida para tratar do trabalho jornalístico por representar uma proposta teórica que valoriza essa área do conhecimento, abordando as singularidades de sua prática e de seu produto final. Essa explicação de Traquina, inclusive, com base na sustentação teórica adotada ao longo desta pesquisa, parece ir ao encontro do que compreendemos como parte de um processo de mistificação e naturalização das relações capitalistas, que são estabelecidas a partir de uma estrutura e uma superestrutura específica desse modelo econômico.

Nesse sentido, segundo a explicação do autor, esse “consenso” indica determinados padrões de funcionamento da sociedade que são necessários para que os jornalistas consigam informar a audiência dos acontecimentos. Baseado em Hallin (1986), Traquina explica a existência de um mundo dos jornalistas que se divide em três esferas. Na esfera do consenso,

encontramos os valores consensuais da sociedade, como a pátria, a maternidade, a liberdade. Nos seus limites estão esses objetos sociais que não são vistos pelos jornalistas e pela maioria da sociedade como controversos. Dentro desta esfera, os jornalistas não se sentem compelidos a apresentar pontos de vista opostos, e, na verdade, sentem frequentemente como sua responsabilidade agir como advogados ou protetores cerimoniais de valores de consenso. Dentro desta esfera, os media noticiosos têm um papel essencialmente conservador e legitimizador. (TRAQUINA, 2008, p. 87).

Essa postura na região do consenso parece indicar um desequilíbrio. Isso porque, na esfera da controvérsia, os jornalistas procuram manterem-se objetivos e neutros ao apresentar as duas faces de um acontecimento e, na terceira esfera, a do desvio, esses mesmos jornalistas abandonam essa perspectiva diante do acontecimento, defendendo os valores de consenso e condenando os que os desafiam.

Para Traquina (2008), compreender as notícias como são demanda a compreensão da cultura profissional dos que as produzem. Estamos de acordo com essa ideia, quando profundamente interpretada, já que compreendemos essa cultura como uma determinação da forma como esses trabalhadores produzem as notícias para atender às necessidades pré-estabelecidas por esse tipo de informação, inclusive, em relações mais complexas com a forma de produzir o mundo pelo homem. Isso quer dizer que as notícias são um reflexo das necessidades insurgentes de um modo de produção capitalista e de sua dinâmica. Referem-se à possibilidade de exploração, pelo capital, de uma necessidade social. O autor explica da seguinte forma:

Concebendo o jornalismo como um campo, no conceito teórico oferecido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, entendemos que as notícias são o resultado de processos de interação ente ‘promotores’ (Molotch e Lester) e jornalistas – os ‘agentes especializados’ do campo jornalístico (Bourdieu, 1997) – entre os próprios profissionais do campo, isto é, entre jornalistas, e entre jornalistas e a sociedade, sendo que os seu valores-notícia são construídos sobre um pano de fundo – a estrutura profunda (Hall et al, 1978) – que projeta um mapa do mundo em esferas do consenso, da controvérsia e do desvio (Halin, 1986). (TRAQUINA, 2008, p. 188).

A notícia, para Traquina, refere-se a um “objeto de contenção” nas interações sociais, “um recurso social que os diversos atores sociais querem mobilizar para os seus interesses, promovendo as suas ‘necessidades de acontecimento’” (TRAQUINA, 2008, p. 188). O grande interesse nesse novo produto, ao promover a comercialização do jornalismo, estimulou também a profissionalização.

De acordo com o autor, “o jornalismo atrai um número cada vez maior de jovens que escolhem um curso superior em função de uma atividade profissional, e não como solução de recurso ou pura opção de militância.” Coloca ainda que “o nível educação dos membros da comunidade jornalística parece estar ligado à intensidade dos direitos e responsabilidades que os jornalistas demonstram na defesa do seu ‘território profissional’” (TRAQUINA, 2008, p. 180).

Diante da rotina, a hierarquia, as relações estabelecidas com o fator tempo e as relações que o jornalista estabelece com o mundo – inclusive com a audiência, considerada por Bolaño (2000) como a consolidação da transformação do indivíduo em mercadoria –, além da venda da força de trabalho, por meio da venda da consciência, representam relações de trabalho que devem também ser pensadas em um raciocínio acerca do lugar do trabalho jornalístico na sociedade capitalista que pretenda ser dialético.

É dialético porque se desenvolve nas contradições das relações econômicas e sociais e porque sua atividade baseia-se em informar a sociedade sobre fenômenos que são fruto dessas mesmas relações. Tudo isso se dá em diálogo com os interesses de diversos atores e com a vulnerabilidade das circunstâncias de cada sociedade e cada fenômeno.

Por sua disponibilidade, o jornalismo é, em si, um campo instável. Está à disposição da dinâmica social, adotando, porém, a já mencionada defesa de consenso. Entretanto, diante de sua relação contraditória com o Estado, o capital, a sociedade e as expectativas de sua própria comunidade interpretativa, dificilmente a compreensão da totalidade deste objeto de estudo em sua relação com todas as partes pode ser alcançada.

Entretanto, a busca pela totalidade dos fenômenos não pode aparentar-se tão remota, a ponto de desqualificar uma pesquisa com aporte dialético. É preciso, para superar essa aparente barreira, considerar a existência de outros elementos e conservar a ideia da contradição entre eles e do movimento da própria totalidade para que as conclusões não desemboquem em definições radicais e unilaterais.

Nesse sentido, uma importante parte ainda não abordada, que está em relação com todas as outras partes já discutidas e que influem no trabalho jornalístico e em seu produto final, precisa ser agora colocada à luz do raciocínio. Trata-se da discussão dos parâmetros que formalizam hoje essa prática em sua origem: as diretrizes para formação acadêmica do jornalista, estabelecidas pelo governo.

4 DESENVOLVIMENTO E RELAÇÕES DIALÉTICAS ENTRE JORNALISMO E SOCIEDADE

Esta pesquisa sobre o trabalho imaterial do jornalista se constrói sob um viés qualitativo, já que este tipo de investigação tem o ambiente natural como sua fonte direta e o pesquisador, observador e agente, como seu principal instrumento. Acreditamos que, a partir das conceituações e reflexões teóricas realizadas, o método dialético representa a alternativa correta para o diálogo entre o que foi retirado da experiência, a teoria e a crítica. De acordo com Lukács (2003), trata-se do único método capaz de desvelar e conhecer a realidade e, por isso, prosseguiremos com esse movimento de análise nos próximos questionamentos e apontamentos.

Lukács (2003) permite ao estudo proposto nesta pesquisa o retorno às contradições da práxis jornalística, das quais ambicionamos partir reflexivamente de forma crítica e não nos distanciarmos ao longo das reflexões teóricas. O autor nos oferece a oportunidade de pensá-las por meio da teoria, do conhecimento da totalidade e superá-las no curso do desenvolvimento social, a partir das análises das tendências desses processos, como proposto por ele em suas explicações sobre o método dialético.

Isso porque, para Lukács (2003), a consciência burguesa, ao contrário da consciência do proletariado, está confortável em sua reificação. Não percebe o caráter histórico dos fatos e não ultrapassa o caráter objetivo dos objetos. No jornalismo, essas contradições possibilitam que seu trabalhador imaterial se sinta desconfortável em sua posição e ainda que ele ambicione o desmascaramento da realidade na procura pela totalidade histórica dos fenômenos do capitalismo. Então, para conquistar sua consciência, deixar a posição de espectador e contrariar a reificação, esse trabalhador necessita compreender sua situação de classe, a única classe capaz de assumir essa reificação como um processo entre os homens e, portanto, capaz de se libertar.

Por isso, o ponto de partida deve ser os indivíduos, suas ações e suas condições materiais de vida, pois são eles os construtores da história. O erro que impossibilita pensar alternativas é tratar a história como curso inevitável, ainda que ela se imponha sobre eles de forma autônoma. É preciso compreender a importância do sujeito histórico, da relação da subjetividade com a objetividade, para compreender a realidade social.

Nesse sentido, o método dialético tem a função transformadora de fazer da teoria instrumento de ação e, de acordo com Lukács (2003), o papel da dialética para a interpretação e transformação da realidade está em apontar a ilusão dessa realidade. Ou seja, a dialética

pretende indicar o que existe de concreto nessa realidade, que se manifesta como fragmentada aos indivíduos.

Escolher tal método para desvelamento dos fenômenos e da realidade implica considerar que os fatos puros, conforme afirma Lukács (2003), os quais a ciência diz alcançar, nada mais representam do que fatos superficialmente analisados por um método próprio do terreno capitalista. O sistema econômico, por exemplo, é um destes fatos a serem desmascarados pelo tratamento histórico-dialético. Para o autor,

quando, portanto, os fatos devem ser compreendidos corretamente, convém de início esclarecer com precisão essa diferença entre sua existência real e seu núcleo interior, entre as representações que formamos a seu respeito e seus conceitos. Essa distinção é a primeira condição prévia de um estudo verdadeiramente científico que, segundo as palavras de Marx, 'seria supérfluo se a manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente'. (LUKÁCS, 2003, p. 75).

Nesse sentido, a opção por esse encaminhamento considera que o método que permite pensar a totalidade necessita também ser o único método para que o trabalhador se torne sujeito e objeto de seu próprio conhecimento. Mas, se o método dialético desmascara a ilusão de realidade criada pela ciência burguesa, como pensar a atividade do jornalista enquanto divulgador de fatos e fenômenos sobre essa mesma realidade? Como pensar essa atividade para o conhecimento da totalidade? É possível pensá-la também como atividade crítica e prática?

Esses questionamentos nos atentam para uma necessidade urgente de revisão da atividade jornalística: pensar os limites da reificação nos processos de trabalho deste profissional, sendo fundamental tratar da base acadêmica, ou das exigências práticas e teóricas de formação do jornalista, para conscientizar devidamente o trabalhador do capital e sujeito social na construção da história e na formação de uma consciência de classe. Seria possível, assim, teorizar a prática de sua atividade no sentido de desvendar as formações ideológicas que as produções dessa mesma atividade divulgam com naturalidade.

Nesse sentido, negamos então a ilusão do papel do jornalismo, a tese de sua função na sociedade, enquanto mero reprodutor neutro e objetivo da realidade, quando adotamos a concepção de que essa mesma realidade em si já se refere a uma interpretação e uma fragmentação. E, ainda, quando apoiamo-nos na ideia de que essa neutralidade representa, de certo modo e em alguns momentos, uma tomada de posição e a negação de outra perspectiva do fato contado.

Tratamos também do contraditório papel social do jornalista como defensor da verdade, quando ressaltamos os interesses dos diversos personagens na divulgação de determinadas notícias e mesmo das limitações impostas pelas rotinas do jornal. Todos esses aspectos são entendidos aqui como parte de uma totalidade que não é acabada, mas apenas um momento. Cada parte relaciona-se com a outra e a contradiz, na maioria das vezes. Essas partes necessitam de análises da totalidade que as envolve, promovendo uma compreensão que pode ser enriquecida, mas nunca esgotada.

Desveladas, então, importantes contradições entre a prática da atividade jornalística e as formulações de seu papel na sociedade, pretendemos, neste capítulo, destacar algumas dessas mesmas contradições no que consideramos representar a legitimação das expectativas sociais que atingem essa profissão: as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, estabelecidas pelo Ministério da Educação em 2013.

Acredita-se que essa parte do todo que propomos neste momento da discussão refere-se a uma etapa mais concreta, já que a formalização dessas exigências do profissional do jornalismo pelo Estado é, em si, uma referência oficialmente declarada. Trata-se de uma tentativa de sistematização dos diversos interesses mencionados, em diálogo com as necessidades da sociedade pela informação e com os quais o jornalista ainda entrará em conflito na prática de sua profissão.

Diante da crescente profissionalização desse trabalhador, partiremos para a discussão acerca de seu processo de formação, também, para distanciarmos dos mitos que permeiam o jornalismo e para compreender quais são os critérios educacionais exigidos a fim de atender às perspectivas do mercado de trabalho.

Eduardo F. Chagas (2011, p. 2), em seu artigo sobre o método dialético, coloca que a proposta de Marx, diferentemente da dialética hegeliana, “do idealismo especulativo acrítico e abstrato”, do empirismo imediato, do positivismo e da realidade acabada, busca a lógica, a racionalidade do real, promovendo a “crítica desse real, enquanto reconstrução, no plano ideal, do movimento sistemático do próprio real”.

De acordo com o autor, a etapa de investigação do método de Marx refere-se ao “esforço prévio de apropriação, pelo pensamento, das determinações do conteúdo do objeto no próprio objeto”, enquanto concretiza-se a exposição crítica deste mesmo objeto, a partir de suas contradições, do “movimento efetivo do próprio conteúdo do objeto”. Na exposição acontece uma reprodução do real, do material, de forma que esse real se ‘espelhe’ no ideal. No entanto, essa reprodução é uma reconstrução crítica no plano ideal.

Ambicionamos esse movimento explicitado por Chagas (2011), diante do proposto objeto de estudo, o do trabalho jornalístico e suas diversas relações com o conhecimento e a sociedade, ao longo da pesquisa teórica aqui realizada. Tendo em mãos as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, pretendemos ampliar as reflexões que nos foram exigidas pelo esforço mental de expor as contradições da realidade prática dessa profissão e seu produto, em sua relação com o mundo da vida e o mundo do trabalho, e a idealização dela, ou seja, o que pretende ser o trabalho jornalístico, com base na mística histórica que envolve a profissão.

Reproduzir, para Chagas (2011, p.3), demanda “a maturação do objeto, de sua captação com detalhes, de suas formas de evolução, de suas conexões íntimas, para depois expor adequadamente, sistemático e criticamente, a sua lógica interna”. Acreditamos que os tratamentos que aqui foram desenvolvidos, a respeito dos diversos aspectos determinantes para a execução do trabalho jornalístico e o resultado desse trabalho, conseguiram se aproximar da concretização de uma das etapas de investigação deste objeto, inclusive devido à desmistificação ambicionada.

Ressaltamos, no entanto, que mesmo diante de todos os esforços, esta representa apenas uma das perspectivas possíveis de uma análise do jornalismo que parta do concreto, do real para o ideal. Aqui partimos do trabalho para a idealização do que é este trabalho. Do trabalho e do trabalhador, do seu lugar diante das condições que lhe são dadas por diferentes interesses e pelas esferas determinadas pela estrutura capitalista.

Intentamos que a tarefa de exposição, de reprodução crítica, tenha permeado todas as discussões que nos pareceram necessárias até aqui, mas vamos, ainda, analisar reflexivamente as Diretrizes mencionadas. Com a compreensão das explicações de Chagas (2011), entendemos que tais diretrizes não representam o determinante no processo de produção do jornalismo e das notícias, mas sim, o resultado das necessidades reais e concretas dos indivíduos reais e produtores também da realidade que se impõe sobre eles, que determinam a forma de se fazer jornalismo.

4.1 Jornalismo: crítica da profissão e da formação

Já tratamos anteriormente das relações que o jornalismo estabelece com o conhecimento e com a informação, inclusive da configuração dele mesmo enquanto um tipo específico de conhecimento. No entanto, foi somente no século XIX que o jornalismo se tornou objeto de reflexão teórica. De acordo com Antonio Hohlfeldt e Rafael Rosinato Valles

(2008), no ano de 1873, José Higino Duarte Pereira questionou um artigo que tratava da introdução da imprensa no Brasil pelos holandeses e, desde então, vários métodos foram usados na realização de diferentes estudos para a consolidação da pesquisa científica da imprensa e, posteriormente, da comunicação.

No primeiro capítulo do livro de Hohlfeldt e Valles (2008), *Conceito e história do Jornalismo brasileiro na “Revista de Comunicação”*, a reflexão proposta atenta-nos para as importantes circunstâncias teóricas das fases do jornalismo e do seu estudo no Brasil. No ano de 1923, em meio ao debate sobre a liberdade de imprensa no Congresso, o período foi marcado por um estudo, de Barbosa Lima Sobrinho, sobre o conteúdo jornalístico. Entre os anos de 1942 e 1943, foram abertos cursos de jornalismo no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente. Em 1947 foi fundada a Escola de Jornalismo Cásper Libero e, no ano seguinte, o Curso de Jornalismo da Universidade do Brasil (HOHLFELDT; VALLES, 2008, p. 15). De acordo com os autores, os professores eram profissionais da área que produziam os materiais e sistematizavam o conhecimento para repassá-los aos futuros jornalistas.

O surgimento, em 1951, da primeira escola de propaganda e marketing desencadeou uma parceria interessante, pois, na década de 1960, os estudos em jornalismo se fundiram com a publicidade na criação, em 1963, da primeira Faculdade de Comunicação de Massa, “contando com estudos de Jornalismo, Publicidade, Cinema e Rádio/Televisão” (HOHLFELDT; VALLES, 2008, p. 15).

Os autores explicam que, com a mudança que generalizou a pesquisa sobre o jornalismo em estudos da comunicação, surgiram “empresas do ramo, como é o caso da divulgação de revistas dedicadas à reflexão crítica sobre a comunicação de massa” (HOHLFELDT; VALLES, 2008, p. 17). Nesse sentido, a criação de núcleos específicos para o estudo da comunicação nas universidades concretizou, na década de 1990, a formação de uma comunidade produtiva de intelectuais. Hohlfeldt e Valles (2008, p. 15) colocam, com base em Melo, que:

é a afirmação de um processo que teve o seu início na década de 1940, com a inclusão de dois cursos de Jornalismo em universidades, quadruplicando esse número na década seguinte, para oito, atingindo 23 nos anos 1960, continuando a se expandir de forma acelerada desde a década de 90: 120, existindo ao todo 309 cursos de comunicação, sendo 282 de bacharelado, 22 de mestrado e cinco de doutorado.

Nesse sentido, os estudos e a produção de conhecimento na área da comunicação dividem-se também em fases que estão atreladas às contradições de cada período. De acordo

com os autores, José Marques de Melo separa esses momentos de forma linear, começando pelos estudos históricos e jurídicos do fim do século XIX, que procuravam registrar a memória da imprensa e dos jornalistas.

Essas fases, divididas em seis, se encerram na politização dos estudos da comunicação na década de 1980, período de transição democrática, de articulação entre pesquisadores e de liberdade para as posições teóricas desses estudiosos, para além do funcionalismo norte-americano e da crítica a Frankfurt.

Entre essas divisões está a pesquisa mercadológica, de 1940 a 1950, influenciada pela nova estrutura produtiva brasileira e o crescimento de agências, chamado de “deslumbramento e apocalipse” do período ditatorial, consequência do “recesso da produção crítica nas universidades, sobre questões políticas e conflitos de classe, e o surgimento de uma indústria cultural, atendendo às necessidades de consumo” (HOHLFELDT; VALLES, 2008, p. 21).

No que se refere à profissão, de acordo com Gisely Hime (2005), foi na Era Vargas que a imprensa brasileira tomou consciência de sua força política. Nesse período surgiram associações e entidades de classe que eram responsáveis por organizar congressos e momentos de debates para tratar da preparação cultural, relações de trabalho, remuneração, benefícios, entre outros. Cursos de aperfeiçoamento e extensão cultural deveriam ser promovidos pelos sindicatos, inclusive para os jornalistas que já estavam inseridos no mercado. A autora explica que, até então, era considerado jornalista profissional aquele que trabalhava para a imprensa diária e periódica e recebia por isso.

Já discutimos, nesse sentido, que no desenvolvimento do jornalismo, as necessidades privadas determinaram sua existência. Essas mesmas necessidades, diante de um processo de industrialização, produziram uma demanda por um tipo específico de informação. Podemos justificar, então, com base em Chagas (2011), que é a práxis determinando as ideias e a ideologia de uma determinada época.

Nesse sentido, diante do surgimento e desenvolvimento do jornalismo a partir do desenvolvimento também do modo capitalista de produção, podemos considerar que as diretrizes curriculares que formalizam a prática desta profissão, tal como a conhecemos, inclusive pela forma dos seus produtos, as notícias, representam o resultado de um processo histórico de contradições entre interesses e necessidades de diferentes atores e em diferentes momentos.

Como tem sido abordada ao longo deste estudo, a configuração do jornalismo no Brasil se deu atrelada a diferentes fatores de ordem econômica, cultural e política. A produção

de conhecimento e os processos de trabalho desta profissão estão em diálogo contínuo com as mudanças ocorridas nessas esferas e, consequentemente, no mundo da vida dos trabalhadores. De acordo com Fernanda Petrarca (2005), em seu artigo sobre a gênese da profissão,

durante o século XIX, a atuação da imprensa era vista, por um lado, como um instrumento estratégico de mobilização política, por outro como uma prática de atualização, crítica e julgamento dos fatos. Atuava contra e a favor do Estado, movimentando-se entre os diversos grupos, facções, partidos, movimentos e manifestações. (PETRARCA, 2005, p. 2).

A imprensa era até então conhecida pelo seu posicionamento nas questões sociais, mas, na segunda metade do mesmo século, adquire um caráter mais literário do que político, por meio do qual os literatos buscam encontrar e exaltar a identidade nacional. Para a autora, o declínio desta função política exercida pelo jornal está associado à conciliação entre liberais e conservadores promovida pelo Império. Nas explicações de Petrarca (2005, p. 4), “com isso pode-se perceber que a formação do jornalismo no Brasil ocorreu mediante as relações externas estabelecidas, sobretudo com o universo da política e da literatura”.

Diante dessa nova característica do jornalismo brasileiro, a figura do repórter se desenvolve na necessidade de investigar, descobrir e mostrar as peculiaridades do país. Foi, no entanto, com “o investimento na distribuição dos jornais, as novas fórmulas de tratamento da informação” e “o surgimento de uma nova categoria de jornalistas profissionais” (PETRARCA, 2005, p. 6) que o jornal se tornou uma empresa e a notícia uma mercadoria.

De acordo com Petrarca, os escritores jornalistas de cunho literário, diante das mudanças ocorridas no interior dos jornais, começaram a produzir notícias. Ainda assim, os governos oligárquicos buscavam controlar os periódicos e o “trabalho de compra da opinião da imprensa e de celebração de certos grupos políticos por jornalistas se materializava em comentários políticos, artigos e, sobretudo, nos editoriais” (PETRARCA, 2005, p. 8).

Para a autora, as mudanças no jornalismo não encerraram as relações políticas e partidárias; elas foram também modificadas. Mesmo a especialização e a delimitação maior da atividade jornalística não proporcionaram autonomia para os jornais e seus trabalhadores. Petrarca (2005) destaca que foi durante o golpe de 1964 que essas relações se estreitaram por meio de investimentos estatais nas empresas de comunicação. No estado de São Paulo, estratégico para a formação de opinião, a ascensão da *Folha de São Paulo* a “jornal de opinião nacional” (PETRARCA, 2005, p. 9) é exemplo disso. Esses investimentos possuem relação, inclusive, como o desenvolvimento do jornalismo econômico.

Em relação à profissionalização destes trabalhadores, a autora explica que, em 30 de novembro de 1938, no governo de Getúlio Vargas, foi criada a primeira legislação sobre a profissão, com propósito regulamentador das condições de trabalho nas empresas. Tratava-se de um período de censura, durante o qual pequenos jornais foram fechados e aumentou-se o investimento em propagandas com a criação, pelo Estado, de jornais e revistas.

Para Petrarca (2005), a intenção do Estado Novo de reconhecer e normatizar as atividades dos profissionais intelectuais fazia parte de uma proposta de “organizar” a sociedade e seus grupos, de abrir caminhos para às elites destas profissões e garantir, por meio delas, a ética profissional.

Assim as profissões e as instituições convergiam para o Estado possibilitando a articulação dos interesses através de conselhos técnicos, profissionais, sindicatos específicos, etc. Dessa forma os intelectuais se inseriram na construção orgânica da sociedade e do poder. Tais questões mostram a correlação existente no Brasil entre organização das profissões e o processo de formação do Estado. (PETRARCA, 2005, p. 12-13).

Foi apenas no decreto de 1969 que se instituiu a obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão de jornalista. Petrarca (2005) esclarece que esse decreto pode ser explicado por uma necessidade contextual da sociedade brasileira que estava além do reconhecimento da importância de uma formação acadêmica de nível superior. Baseando-se em Pécaut (1990), a autora coloca que as exigências da profissionalização, como as normas e a ética, atribuem a determinada prática uma legitimidade e uma cientificidade que são mais difíceis de serem questionadas pela ditadura. Trata-se de uma forma de resistência e de organização de atores políticos. A partir disso, Petrarca narra que:

A temática da profissionalização, do conhecimento específico e da técnica jornalística atingiu vários setores do jornalismo. Os grandes jornais de circulação nacional, como Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, passaram a adotar manuais de redação que serviam como uma orientação técnica. As universidades receberam investimentos por parte dos governos e tiveram um crescimento surpreendente no período de 64 até 74. Os currículos de diversos cursos foram modificados com o objetivo de incluir matérias específicas. Em 1966 foi instalada a Escola de Comunicação e Artes da USP. Nesse mesmo ano o currículo mínimo de jornalismo incluía disciplinas técnicas. A formação do jornalismo que na década de 50 era mais humanística, a partir de 64 passa a ser considerado critérios técnicos específicos. (PETRARCA, 2005, p. 16).

De acordo com Fernanda Lima Lopes (2014), até o ano de 2001, os cursos de jornalismo obedeciam ao currículo mínimo, precursores das diretrizes curriculares. Nesse

mesmo ano surgiram as primeiras diretrizes para a comunicação, tratando, no entanto, de diversas habilitações. A autora coloca que, a partir disso, muitas foram as expectativas para a formulação de diretrizes específicas para o curso de jornalismo. Elas estavam baseadas na preocupação em discutir a formação desse profissional devido à importância da profissão para a democracia e a cidadania.

Entretanto, no fim de 2001, uma liminar suspendeu a obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão de jornalista. Os defensores da suspensão argumentaram que o decreto que regulava a prática não foi recepcionado pela Constituição de 1988 e que o jornalismo não demandava formação universitária, mas sim, experiência e base cultural. Para eles, a exigência do diploma limitava apenas aos graduados em jornalismo o direito de se expressar na imprensa, o que representava uma afronta à liberdade de opinião. A exigência foi reestabelecida em 2005, mas voltou à discussão no ano seguinte e foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal em 2009.

No entanto, em meio a essa discussão, no fim do ano de 2008, em uma reunião com representantes de entidades que defendiam a autonomia da profissão e dessa área específica do conhecimento, o então ministro da Educação, Fernando Haddad, institui uma Comissão de Especialistas responsável por elaborar um relatório com demandas para as diretrizes nacionais dos cursos de jornalismo. Em fevereiro de 2009, o documento foi finalizado e, a partir disso, de acordo com Lopes (2014), foram convocadas três audiências públicas para discuti-lo.

A Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013, institui, então, “as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, a serem observadas pelas instituições de educação superior em sua organização curricular” (BRASIL, 2013, p. 1), com dois anos de prazo máximo para serem implantadas. No documento, o Artigo 1º institui as diretrizes a serem observadas pelas instituições de ensino superior. O Artigo 2º trata da estrutura do curso e o inciso I coloca que o curso de bacharelado em Jornalismo deve se sustentar nas necessidades de informação e expressão dialógica dos indivíduos e da sociedade.

Sabemos, no entanto, que as necessidades de informação adquiriram características diferentes ao longo da história, o que institui outras formas de se fazer jornalismo e produzir notícias. A disputa entre diversos atores, com interesses particulares na divulgação desse tipo específico de informação e conhecimento, fez com que o jornalista assumisse papéis distintos de acordo com a configuração de cada época e em consonância com o poder. Ora jornalismo político, ora literário, ora factual e objetivo, lembrando, no entanto, que nesse processo

existem sempre disputas e resistências, no diálogo com as exigências e a informação produzida pela sociedade.

A própria mudança habermasiana da esfera pública explicada por Bolaño (2000, p. 84) refere-se a um exemplo disso. A passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, determinando uma nova demanda por informações, na qual os interesses privados de um grupo específico são levados à disputa de opiniões de um novo público de consumidores, altera significativamente o papel crítico do jornalismo ao comercializá-lo e torná-lo integrador da publicidade e da propaganda, produtor e divulgador de uma cultura de consumo.

Nesse sentido, de acordo com Lopes (2014), o papel da imprensa, enquanto mediadora das discussões, demandas e posturas da esfera pública burguesa, restringia-se ao diálogo entre um grupo seletivo da sociedade da época e o Estado. Nas explicações da autora, observamos que:

As ações políticas, pleitos e interesses coletivos dos cidadãos privados encontrariam, na esfera pública, seu espaço de manifestação, sendo que à imprensa caberia o papel de instrumentalizar comunicativamente tais ações, dando-lhes suporte, servindo-lhes de arena e oferecendo-lhes a circulação de informações relevantes aos sujeitos políticos. (LOPES, 2014, p. 4).

Esse momento simboliza uma ação dialógica restrita da imprensa, que representava o interesse de uma minoria burguesa e estabelecia um diálogo apenas entre pessoas privadas com interesses privados e o Estado. Essa característica “político-partidária” da imprensa, para Lopes (2014), está relacionada à origem do jornalismo e à necessidade de alguns produtores em publicar sua opinião.

Foi no fim do século XIX, como explica Lopes, que o jornalismo assumiu um papel de fiscalizador e defensor dos direitos da nação, papel que aparentemente se mantém no imaginário social até hoje e se manifesta nas exigências para a formação do jornalista. Para a autora, o

caráter de mediador só se adere inequivocamente à figura do jornalista à medida do desenvolvimento do jornalismo informativo, acrescido dos processos de organização corporativa das empresas jornalísticas e de profissionalização dos agentes trabalhadores da produção intelectual desses veículos. (LOPES, 2014, p. 04)

Essa colocação da autora nos indica que a alteração da figura do jornalista para mediador responsável por modificar também a forma de noticiar os acontecimentos está relacionada ao processo de industrialização da imprensa. O crescimento dos veículos de

comunicação estabelecem novas formas de organização da rotina do jornal, exigem a profissionalização dos jornalistas e transformam as notícias em mercadoria.

O inciso II do mesmo artigo, o 2º, ao tratar da participação dos alunos na produção de conhecimento e da importância da interação entre ensino, pesquisa e extensão ressalta ainda a necessidade da integração entre conteúdos. Essa necessidade lembra-nos de uma deficiência característica do jornalismo informativo, que tende, na exigência da objetividade, a ser fiel aos acontecimentos fragmentados pela ideologia capitalista, a qual não pretende que esses sejam compreendidos em sua totalidade.

De acordo com Lopes, o ideal da objetividade refere-se a um valor que a imprensa brasileira importou dos Estados Unidos na década de 1950 e “incorporou aos fazeres, saberes e valores da vivência jornalística nacional”, colaborando na imagem desse profissional de “mediador desejado entre o público e os fatos” (LOPES, 2014, p. 6).

Estabelecer essa demanda para o currículo do jornalista indica também a necessidade de um multiprofissional, que interaja com a sociedade – fundamento no qual a profissão se baseia –, lide com a intimidade da pesquisa e desenvolva as habilidades da docência. O jornalista, de acordo com o Artigo 2º, deve desenvolver qualidades diferentes para lidar com todas as exigências do mercado.

O inciso IV, a partir do qual é preciso “inserir precocemente o aluno em atividades didáticas”, indica uma supervalorização da prática. Isso porque, precocemente, indica a priorização da experiência no que se refere ao conhecimento teórico. De fato, o imediato é referência inicial para a percepção da realidade, no entanto, essa mesma percepção não é capaz de conhecer a realidade em sua complexidade, necessitando de sua relação crítica com a teoria.

A relação com o conhecimento, para o jornalista, é de fundamental importância. Isso porque ele mesmo, na prática de sua atividade, em sua relação com o mundo, representa a produção de certo tipo de conhecimento. O jornalista precisa compreender-se em sua dinâmica com os diferentes tipos de conhecimentos produzidos pelas interações existentes na sociedade. Nesse sentido, para Genro Filho,

qualquer gênero de conhecimento é tanto revelação como atribuição de sentido ao real; assim como a projeção subjetiva não pode ser separada da atividade prática, a revelação das significações objetivas não pode ser separada da atribuição subjetiva de um sentido à atividade. (GENRO FILHO, 2012, p. 61).

O artigo institui ainda que é preciso “utilizar diferentes cenários de ensino-aprendizagem, permitindo assim ao aluno conhecer e vivenciar situações variadas em equipes multiprofissionais”. Entende-se que essa demanda, ao elencar como modelo de jornalismo a prática nas redações e familiarizar o aluno com o modo de fazer de determinados veículos, pode limitar as possibilidades de criticidade que a formação deveria promover, ao naturalizar as rotinas do jornal e direcioná-lo a produções semelhantes. Essa experiência deve estar associada à aquisição de conhecimentos teóricos e críticos para que as exigências da rotina jornalística não dominem a prática do aluno.

Essa postura nos remete ao fato de que as estruturas que os indivíduos encontram em seus processos de socialização já estão postas e ressaltam a perpetuação de um modo específico de fazer notícias para atingir as expectativas do Estado, do capital, da sociedade e da cultura partilhada por sua profissão. De acordo com o Artigo 2º, o aluno deve estar, no início do curso, em contato permanente com fontes, profissionais e o público, para que ele lide com problemas e desenvolva suas responsabilidades.

De grande importância para o desenvolvimento da prática profissional é a vivência por meio da qual o jornalista retira o material para a produção de conteúdos. No entanto, tal colocação compactua com o ideal do perfil de jornalista como representante da verdade que, como já foi discutido, faz parte de uma construção, relacionada a momentos históricos adequados para a legitimação desse papel.

Com base no método dialético, metodologia para o desvendamento da verdade, percebemos que o fato a ser noticiado não representa em si a verdade, o “conjunto das relações e inter-relações entre o que há de objetivo e subjetivo nos objetos”. O pensamento de Lukács (2003, p. 319-320) mostra que o fato precisa ser compreendido como uma aparência, uma manifestação de um fenômeno complexo, mas que é fonte importante para o conhecimento da verdade a partir do que ele determina ser o imediatismo e a mediação. Isso significa entender os objetos como aspectos da totalidade para “superar o simples imediatismo da empiria” (LUKÁCS, 2003, p. 330-331).

De fato, não existem opções para o jornalista que não façam parte do comprometimento com sua responsabilidade social. No entanto, o desequilíbrio entre a experiência, o conhecimento e a reflexão questionadora pode refletir na manutenção de um jornalismo acrítico e alinhado com interesses específicos dos que possuem maior influência política e econômica sobre essa prática.

A formação está intrinsecamente ligada ao conhecimento. A articulação entre as práticas e o conhecimento teórico deve ser íntima para que simbolize ação, para resultar na

modificação da forma de se fazer jornalismo. Nesse sentido, os processos de trabalho também necessitam ser entendidos em sua forma teórica. É a proposta de unir a interpretação da realidade com a empiria para que essa mesma realidade não permaneça incompleta e fragmentada.

Não afirmamos que é possível apreender a realidade em sua totalidade, até mesmo por sua mutabilidade. Porém, isso não deve ser tomado como uma barreira, mas como uma característica dessa mesma realidade, para que não ocorram conclusões deterministas ou parciais. A relação entre o conhecimento do real e ele mesmo está no movimento de constante superação de um pelo outro.

Por sua vez, o Artigo 3º versa sobre as exigências do projeto pedagógico a ser elaborado pela instituição. Nesse artigo, os objetivos do curso devem ser contextualizados pelas “suas inserções – institucional, política, geográfica e social” e tratados em sua oferta, em seu modo de avaliação do ensino e da aprendizagem, inclusive, com a regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) obrigatório, do estágio e das atividades complementares.

O Artigo 3º determina ainda que é preciso indicar a organização do curso, com a carga horária das atividades práticas, a proposta para a efetivação da interdisciplinaridade, a integração entre a teoria e a prática e da graduação com a pós-graduação e o incentivo da pesquisa e extensão, entendidas “como instrumentos para a iniciação científica e cidadã” (BRASIL, 2013, p. 1).

A concepção e os objetivos do curso, referenciados pelo contexto institucional, político, geográfico e social, fazem referência, na interpretação da presente análise, às condições de criação desse mesmo curso, indicando as possíveis particularidades determinadas por conjunturas específicas. O curso carrega, com base nessa interpretação, uma história de criação, elemento de importante valor para compreender a forma como ele é estruturado, as escolhas que são feitas em termos de atividades práticas, ênfases teóricas, prioridades de abordagens, veículos de referência, sendo capaz, inclusive, de determinar o perfil do jornalista formado pela instituição.

Esse inciso, o I, permite, a partir de uma pesquisa acerca de determinada instituição, que sejam apontados os atores responsáveis pela criação do curso, as possíveis contradições e os conflitos na disputa de interesses dentro de uma instituição de ensino, por parte de agentes externos da comunidade acadêmica, como empresas de jornalismo ou outras, públicas ou privadas, que demandam profissionais da comunicação. Essa colocação, portanto, faz uma

importante referência às condições sociais, econômicas e políticas que interferem na formação do trabalhador do jornalismo.

Todos os outros elementos do Artigo 3º estão sustentados na ideia de que esse profissional precisa ser ou ter. Tratam das habilidades que precisam ser desenvolvidas em termos de ciência, relacionamento com a sociedade e formação do professor de jornalismo. O aluno precisa ser interdisciplinar, saber dialogar com o mundo e com os referenciais teóricos que lhe são ensinados, a partir das escolhas dos que conceberam o curso e dos professores, priorizando, no entanto, a experiência e a prática da rotina jornalística.

O Artigo 4º, também sobre o projeto pedagógico, inicia tratando das competências necessárias para a atuação crítica na profissão: teórica, técnica, tecnológica, ética e estética. Nesse artigo das Diretrizes, nota-se uma separação entre a teoria e as outras habilidades que envolvem o processo de produção das notícias, da transformação de fatos em conteúdo jornalístico, envolvendo o conhecimento de como fazer, ou seja, como lidar com os instrumentos de produção, e não com o conhecimento do por quê é feito.

A ênfase, de acordo com o inciso II, deve ser no “espírito empreendedor e o domínio científico”, para a concepção, execução e avaliação de “projetos inovadores que respondem às exigências contemporâneas e ampliem a atuação profissional em novos campos, projetando a função social da profissão em contextos ainda não delineados no presente”.

Compreende-se que o empreendedorismo, termo associado às estratégias para a venda e o lucro, deve estar relacionado à ciência, no sentido de criar inovação e lançar a necessidade do jornalismo em outros campos – não determinados pelo artigo –, de fato, como um produto. Isso reforça a transformação da notícia em mercadoria e a industrialização do jornalismo.

No inciso II, não há misticismo e nem ilusão acerca da concepção do papel da imprensa e do trabalho do jornalista. De acordo com ele, é preciso acompanhar as “exigências contemporâneas” e criar projetos para que o jornalismo se adapte a contextos ainda não existentes.

O terceiro inciso destaca que a orientação da produção jornalística deve seguir os padrões internacionais da liberdade de expressão, do direito à informação, da dignidade da profissão e do interesse público. Sabemos que os padrões referenciais para o jornalismo internacional estão baseados no modelo informativo, objetivo e imparcial já tratados, inclusive, a partir da importante perspectiva de cultura internacional de Traquina (2008) e das explicações sobre o modelo burguês da notícia de Nilson Lage (1979).

Para esse último, esses padrões estão relacionados ao tempo imposto, a partir do acelerado processo de produção. São medidas de competência do trabalhador e buscam dar

veracidade aos fatos ao exigir o distanciamento do jornalista. Lage (1979) acredita ainda que o padrão objetivo de divulgação do fato, que em si mesmo carrega subjetividade, refere-se a uma abstenção do diálogo com a realidade.

Ainda, Genro Filho (2012, p. 228) explica que a tentativa de se ater “exclusivamente aos fatos” esconde uma cosmovisão burguesa, pois assumir a informação jornalística a partir de uma perspectiva não reificada da realidade, compreendendo sua característica dialética, na qual o mundo é uma produção histórica, indicaria uma postura revolucionária do jornalismo.

No inciso IV, as Diretrizes lembram a necessidade de elevar a autoestima do profissional do jornalismo, um intelectual articulador de informações e conhecimentos, reafirmando o compromisso com a profissão e seus valores. Trata-se de uma importante característica da sociedade capitalista, na qual o trabalho é a forma de reconhecimento da existência e da importância do indivíduo no mundo.

O inciso V exige que o bacharel em Jornalismo esteja apto a atuar em um contexto de constantes criações tecnológicas, no sentido de manipular com domínio as ferramentas de cada época e, ainda, ser capaz de transformá-las quando necessário. Isso porque, logo no inciso seguinte, as Diretrizes esclarecem que as referências para a profissão se desenvolvem em um ambiente de convergência tecnológica, no qual os processos de produção não são mais ditados pela forma de produzir do jornalismo impresso.

De acordo com o documento, o trabalho nas assessorias de todos os tipos de instituições deve ser incluído na formação do jornalista, mas esse mesmo jornalista deve estar também preparado para trabalhar “dignamente” como autônomo, já que a oferta de emprego não é proporcional ao número de profissionais disponíveis no mercado. Essas observações, constantes nos incisos VII e VIII, também indicam um fenômeno do capitalismo que pode ser desvendado na exigência desse sistema de uma oferta de mão-de-obra reserva que esteja disponível, seja qualificada e versátil o suficiente para atender às suas necessidades.

Essa qualificação, no entanto, como já refletimos, não se resume à preparação acadêmica. Vimos que principalmente os trabalhadores intelectuais precisam ser empreendedores de si mesmos ao desenvolverem sua formação cultural e entregar suas experiências e subjetividades diante da competição no mercado de trabalho. Trata-se da venda de si enquanto mercadoria. Nesse mesmo sentido, o inciso IX coloca que é preciso “instituir a graduação como etapa de formação profissional continuada e **permanente**” (BRASIL, 2013, p. 2, grifo nosso).

É possível, então, pensar que, enquanto esses trabalhadores fazem uso das capacidades, conhecimentos e saberes adquiridos no cotidiano durante o processo de trabalho, estão construindo a si. Gorz (2005) explica a imersão do profissional:

Com o auto-emprego, a transformação em trabalho (*mise en travail*) e a redução a um valor (*mise en valeur*), de toda a vida e de toda pessoa, podem finalmente ser realizadas. A vida se torna ‘o capital mais precioso’. A fronteira entre o que se passa fora do trabalho, e o que ocorre na esfera do trabalho, apaga-se, não porque as atividades do trabalho e as de fora mobilizem as mesmas competências, mas porque o tempo da vida se reduz inteiramente sob a influência do cálculo econômico e do valor. Toda atividade deve poder tornar-se um negócio e [...] Tudo se torna mercadoria, a venda do si se estende a todos os aspectos da vida; tudo é medido em dinheiro. A lógica do capital, da vida tornada capital, submete todas as atividades e espaços nos quais a produção de si era originalmente considerada como gasto gratuito de energia, sem outra finalidade senão a de levar as capacidades humanas ao seu mais alto grau de desenvolvimento. (GORZ, 2005, p.25).

Na sequência, o Artigo 5º é um interessante resumo sobre a formação do jornalista e aponta a necessidade do que até então não foi suficientemente destacado pelas Diretrizes. Nesse artigo, o documento coloca que a formação acadêmica precisa ser “generalista, humanista, ética e reflexiva”, para que o jornalista corresponda ao seu papel de “produtor intelectual” e “agente da cidadania”. O texto reconhece a complexidade e a pluralidade da sociedade contemporânea e ressalta que a base técnica e teórica deve promover a segurança para o exercício dessa profissão, “função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social” (BRASIL, 2013, p. 2).

É preciso lembrar, no entanto, as reflexões já realizadas acerca da ética. Aqui, o termo refere-se à ética profissional, a uma concepção empresarial de responsabilidades que, inclusive, foi entendida anteriormente como parte do processo de profissionalização do trabalho do jornalista, correspondendo a uma das formas de legitimar e atribuir um caráter científico ao ofício no período da ditadura militar.

Para Lukács (2003), a ética, o que sobrou de livre no homem, foi penetrada pela divisão do trabalho. Compreendemos também, a partir de exposições anteriores, que a criação de normas e regulamentações pelo Estado para profissões que eram então autônomas representam a necessidade de organizar a sociedade. Assumimos assim que se trata de um conceito de ordem para garantir determinados comportamentos do trabalhador, a partir dele mesmo.

Em parágrafo único, as Diretrizes dividem em quatro as competências, as habilidades, os conhecimentos, as atitudes e os valores a serem desenvolvidos. Nas competências gerais fica definido que o jornalismo deve compreender e valorizar o regime democrático sob o qual vivemos como uma forma avançada de sociedade. No entanto, esse item defende também, de maneira contraditória, “o pluralismo de ideias e opiniões”, o que poderia representar, no entanto, o apoio a outras configurações sociais que não o atual regime democrático, estruturado, como também já foi tratado, com base em domínios, por uma minoria, dos recursos econômicos, políticos e culturais, na disputa de classes.

O terceiro item das competências gerais trata de uma característica exigida do jornalista como uma habilidade que, supostamente, apenas esses profissionais possuem: “identificar e reconhecer a relevância e o interesse público entre os temas da atualidade”. Refere-se, no entanto, a um conhecimento que o jornalismo tomou para si, um modo de fazer que a profissão domina.

À relevância social e ao interesse público, associamos o valor de uso da notícia, que como qualquer mercadoria, para Genro Filho (2012), precisa existir antes de representar um valor de troca. O autor explica que as mercadorias têm que ser úteis e que esse não é um dos constantes casos nos quais o capitalismo cria necessidades falsas e degradantes. Trata-se de uma tendência de mercado apropriada pelas empresas de comunicação e desenvolvida como fonte de lucro.

O fato de que os jornais vendem espaço publicitário aos anunciantes, por meio do espaço ocupado pelas notícias, indica apenas que são empresas capitalistas como as demais, funcionando segundo o critério do lucro e o objetivo da acumulação. Indica que o seu produto final, como quase tudo no capitalismo, é mercadoria. (GENRO FILHO, 2012, p. 111).

Além disso, como foi explicado por Traquina (2008), produzir notícias faz parte do desenvolvimento de uma cultura profissional específica. É na partilha de experiências e na colaboração entre os jornalistas que os fatos com potencial para se tornarem notícia mostram semelhança pelo mundo todo. Esse autor acrescenta ainda diversos fatores da rotina jornalística que interferem na transformação do acontecimento em conteúdo noticiável: ns contradições de interesses entre atores diferentes, a facilidade de acesso às informações, os recursos disponíveis para o processo de produção, entre outros.

Abordamos anteriormente que a definição do que é notícia, nas explicações de Traquina (2008, p. 86), está inserida historicamente, que os valores que determinam a escolha do acontecimento possuem uma “natureza consensual da sociedade” e que “discrepâncias

estruturais mais importantes entre grupos diferentes, ou entre os próprios mapas diferentes do significado numa sociedade” são negadas.

De acordo com o item “d” desta categoria de competências, o “sistema de referências éticas e profissionais” é o direcionamento para a distinção entre o verdadeiro e o falso. No entanto, é preciso compreender que essa escolha submete a verdade a um ponto de vista que possui referências culturais estruturadas ao longo de processos históricos, que determinam, no embate de contrários, nos conflitos, o que é importante e a forma de contar sobre isso.

As referências éticas e profissionais são, portanto, referências conjunturais, baseadas nas necessidades sociais de cada época. É preciso assumir, também, que adotar a verdade em uma unicidade radical é desprezar partes e pontos de vista cruciais para a interpretação dos acontecimentos. A verdade contada pelo jornalismo representa uma parte de uma história, um recorte, que necessita ser contado em suas contradições.

Segundo Genro Filho (2012), o fato jornalístico não se refere a uma fragmentação. Existe, sim, um recorte da realidade objetiva, mas essa já não pode ser percebida em sua totalidade na imediatividade. Para ele, a reificação das informações, na produção da mercadoria notícia, está também no conteúdo e não somente na forma. O fato jornalístico, então, como foi explicado anteriormente na proposta do autor, é uma reprodução singular do jornalismo por meio das notícias, dos quais são objetos. No jornalismo, uma das fontes de conhecimento sobre a realidade, eles constituem a menor “unidade de significação”.

Ainda nas Competências Gerais, as Diretrizes Curriculares destacam a necessidade da entrega de habilidades, experiências e conhecimentos desenvolvidos ao longo da vida dos profissionais do jornalismo. Para Gorz (2005), essas são características demandadas e exploradas pelo capital. Elas podem ser identificadas no documento, por exemplo, quando esse indica a necessidade do domínio de dois idiomas diferentes do português. Os cursos de Jornalismo devem, então, atender às necessidades do mercado para a prática da profissão ao exigir que os alunos desenvolvam essa habilidade extracurricular.

Todas as capacidades adquiridas agregam ao profissional de jornalismo, à execução de seu trabalho e ao produto final. Entre elas estão: “interagir com pessoas e grupos sociais de formações e culturas diversas e diferentes níveis de escolaridade”, “ser capaz de trabalhar em equipes profissionais multifacetadas”, “cultivar a curiosidade sobre os mais diversos assuntos e a humildade em relação ao conhecimento”, “compreender que o aprendizado é permanente” e “saber conviver com o poder, a fama e a celebridade, mantendo a independência e o distanciamento necessários em relação a eles” (BRASIL, 2013, p. 3).

Além disso, o jornalista, de acordo com as Diretrizes, deve operar para a inovação e o desenvolvimento de novas técnicas, mostrando como a capacitação dos trabalhadores é referenciada para o aproveitamento de suas inteligências na otimização da produção. As Diretrizes colocam que é preciso “pautar-se pela inovação permanente de métodos, técnicas e procedimentos” e “procurar ou criar alternativas para o aperfeiçoamento das práticas profissionais” (BRASIL, 2013, p. 3).

A segunda divisão é a das Competências Cognitivas. Alcançar essas competências na totalidade dos conceitos representaria uma revolução no modo de fazer jornalismo. Isso porque “conhecer a história, os fundamentos e os cânones profissionais” da prática jornalista de forma reflexiva e crítica, em sua relação com a realidade e suas contradições fundamentais, promoveria a compreensão do papel do jornalista como atividade desenvolvida no sistema capitalista de produção, a consciência deste trabalhador em relação a sua posição nesse mesmo sistema e as muitas possibilidades de atuação para essa função social.

Da mesma forma, “conhecer a construção histórica e os fundamentos da cidadania” significa compreender os fundantes históricos de uma concepção construída de cidadania. “Compreender e valorizar o papel do jornalismo na democracia e no exercício da cidadania” (BRASIL, 2013, p. 3) implica questionar essa democracia e sua efetividade.

“Compreender as especificidades éticas, técnicas e estéticas do jornalismo, em sua complexidade de linguagem e como forma diferenciada de produção e socialização de informação e conhecimento da sociedade” (BRASIL, 2013, p. 3) significa entender o jornalismo como tipo específico de conhecimento em interação com outros tipos de conhecimento da realidade. É, também, compreender quem são os produtores desses conhecimentos, valorizando a sociedade como fonte, consumidora e mercadoria, na já mencionada audiência de Bolaño (2000). Essa compreensão pelo jornalista é capaz de torná-lo questionador dos interesses dos diferentes atores, ora pela divulgação, ora pela retenção de determinadas informações.

Nesse mesmo sentido, “discernir os objetivos e as lógicas de funcionamento das instituições privadas, estatais, públicas, partidárias, religiosas ou de outra natureza em que o jornalismo é exercido, assim como as influências do contexto sobre exercício” (BRASIL, 2013, p. 3), significa compreender que as condições determinam o que é importante de ser noticiado e que instituições diferentes possuem objetivos diferentes em relação à exposição da informação.

Consiste também em compreender que o contexto exerce influência e que, por isso, a notícia não representa uma informação universalmente interessante diante de um público tão

heterogêneo. O trabalho exercido pelo jornalista faz parte de uma realidade mutável e contraditória e o seu resultado, na forma mercadoria da notícia, não representa a realidade do fato livre de subjetividades. O jornalismo como o conhecemos, informativo, objetivo e imparcial, refere-se a uma fase concretizada por determinadas circunstâncias históricas.

As Competências Pragmáticas, ou seja, o que deve ser posto em prática, tratam da importante função do jornalista de “contextualizar, interpretar e explicar informações relevantes da atualidade, agregando-lhes elementos de elucidação necessários à compreensão da realidade” (BRASIL, 2013, p. 4). Referem-se à relação do jornalismo com o conhecimento de mundo, com um conhecimento comum necessário à socialização. Indicam o papel de instrutor dessa profissão e de seu produto, por meio do qual a sociedade dividirá informações sobre ela mesma e que são produzidas a partir de suas próprias vivências.

É válido ressaltar, no entanto, com base nas teorias que orientam a discussão realizada nesta pesquisa, que o conceito de “informações relevantes” está atrelado aos momentos históricos vividos e aos interesses dos diferentes atores que participam de alguma forma da produção da informação, não podendo estar sempre associado à ideia de fatos que são relevantes em si mesmos. Isso não quer dizer que determinados acontecimentos não sejam sempre, na forma como se configurou a sociedade que produzimos e na qual vivemos, importantes, mas é preciso atentar para os elementos que afetam a produção da notícia, como a seleção dos fatos, que acontece a partir de diversos fatores, inclusive de proximidade geográfica.

Além disso, é preciso lembrar que a “compreensão da realidade” só pode ser ambicionada a partir da perspectiva da totalidade, na qual as notícias representam uma forma específica de abordagem, uma explicação de um fragmento de realidade já interpretado a partir de uma formulação, de uma narrativa que, ao pretender ser técnica e objetiva, oculta outros elementos dessa realidade.

Entretanto, no intuito de obter o mais fiel relato desses fragmentos, as Competências Pragmáticas determinam que é preciso, como jornalista, “perseguir elevado grau de precisão no registro e na interpretação dos fatos noticiáveis” e, para isso,

adotar critérios de rigor e independência na seleção das fontes e no relacionamento profissional com elas, tendo em vista o princípio da pluralidade, o favorecimento do debate, o aprofundamento da investigação e a garantia social da veracidade. (BRASIL, 2013, p. 4).

Diante deste papel do jornalista, para Genro Filho (2012), o jornalismo representa um gênero de conhecimento semelhante à percepção do indivíduo. Porém, a imediatividade, para o jornalismo, é o “ponto de chegada, o resultado de todo um processo técnico e racional que envolve uma reprodução simbólica” (GENRO FILHO, 2012, p. 52). São várias linguagens para a reprodução do fenômeno na forma de notícia. Ao distanciar-se da forma de conhecimento da percepção individual, o jornalismo constitui-se como um gênero do conhecimento e não como mera abstração da realidade imediata.

Para o autor, diferentemente também da ciência, o jornalismo não tenta reconstituir a singularidade do mundo e tampouco procura produzir uma representação com base na subjetividade do jornalista, como acontece no caso da arte.

O processo de significação produzido pelo jornalismo situa-se na exata contextura entre duas variáveis: 1) as relações objetivas do evento, o grau de amplitude e radicalidade do acontecimento em relação a uma totalidade social considerada; 2) as relações e significações que são constituídas no ato de sua produção e comunicação. (GENRO FILHO, 2012, p. 61).

No entanto, tais exigências indicam, nas Diretrizes, a compreensão de um jornalismo capaz de noticiar com imparcialidade e exatidão, livre de tendências, interpretações ou influências. Um jornalismo no qual a técnica garante uma postura em total acordo com a verdade, com os interesses heterogêneos, que partem do conflito dos personagens das notícias, e com o interesse homogêneo, pelas notícias, que acreditam existir na sociedade. Essas exigências apostam na existência de uma realidade e de uma interpretação dela que deve ser buscada pelo jornalista.

Na posição de Genro Filho (2012), a realidade “não é um dado a priori na percepção”, “mas se revela através da abstração e do conhecimento”. Para o autor,

a notícia, assim como a percepção individual de um fenômeno singular, vai se inserir em determinadas cosmovisões pré-existentes. Há, como sabemos, uma cosmovisão dominante. Mas ela não é destituída de contradições. Nas sociedades de classe existe sempre um antagonismo político e ideológico tensionando o sistema. Por isso, existe a possibilidade de um ângulo oposto ao da reprodução para a apreensão do singular-significante. (GENRO FILHO, 2012, p. 221- 222).

Conforme Genro Filho, ainda que a concreticidade seja o ponto de partida, o real não pode ser conhecido imediatamente em sua concreticidade, “não é a objetividade evidenciada

diretamente pelos sentidos que constitui o concreto, mas a síntese de suas múltiplas determinações enquanto concreto pensado” (GENRO FILHO, 2012, p. 17).

Os outros itens destas competências pragmáticas estão relacionados ao fazer da profissão, às demandas exigidas na rotina de trabalho jornalística e à execução das tarefas. Eles apontam a necessidade de um multiprofissional, com habilidades em todas as fases da produção de notícias. Entre eles estão:

c) propor, planejar, executar e avaliar projetos na área de jornalismo; d) organizar pautas e planejar coberturas jornalísticas; e) formular questões e conduzir entrevistas; [...] g) dominar metodologias jornalísticas de apuração, depuração, aferição, além das de produzir, editar e difundir. (BRASIL, 2013, p. 4).

Além disso, essas competências tratam da habilidade em lidar com o tempo reduzido exigido na produção, importante indicador na forma como o fato será noticiado. Fazem referência à produção dos diferentes gêneros jornalísticos, indicando as técnicas a serem usadas em diferentes narrativas, e falam da tradução de conteúdos científicos de relevância social para a linguagem jornalística, o que retoma a ideia da divulgação de conhecimentos de forma selecionada e no tempo determinado pelos produtores e outros atores influentes.

Nesse sentido, Genro Filho (2012, p. 191), no que se refere à linguagem no jornalismo, explica que, ao mesmo tempo em que os conceitos científicos podem “diluir a força da experiência imediata - o singular - no interior de uma abstração”, adjetivar excessivamente um acontecimento tende a qualificar o fato como universal, retirando dele sua singularidade e potencialidade para complexificar as noções sociais acerca desses acontecimentos. Isso pode interromper a criação de conhecimento.

O autor explica que o jornalismo objetivo afirmou-se no “desprezo pelas generalidades e adjetivos” (GENRO FILHO, 2012, p. 161). Para ele, um bom profissional procura o que há de singular nos fatos. Entretanto, a singularidade dos acontecimentos, objeto do jornalismo, não pode ser entendida em seu sentido vulgar, como foi até então. Deveria ser percebida “também em suas dimensões concretas de particularidade e universalidade”, mas é “reificada pela compreensão espontânea do jornalista, que acaba aceitando implicitamente a particularidade e a universalidade sugeridas pela imediatividade e reproduzidas pela ideologia dominante” (GENRO FILHO, 2012, p. 161-162).

A atividade jornalística, então, torna-se a busca da especificidade a partir de uma “receita técnica” que deve ser seguida sem a compreensão do propósito, facilitando a afirmação da ideologia burguesa e sua fragmentação. Assim,

a realidade transforma-se num agregado de fenômenos destituídos de nexos históricos e dialéticos. A totalidade torna-se mera soma das partes; as relações sociais, uma relação arbitrária entre atitudes individuais. O mundo é concebido como algo essencialmente imutável e a sociedade burguesa como algo natural e eterno, cujas disfunções devem ser detectadas pela imprensa e corrigidas pelas autoridades. (GENRO FILHO, 2012, p. 162).

As Competências Pragmáticas exigem também a produção de projetos editoriais para públicos diferentes, o que pode referir-se à criação de jornais destinados a classes distintas, além dos projetos de assessoria para instituições legais, comunidades e corporações. É preciso observar, no entanto, que assessorar entidades ou públicos específicos com interesses específicos de divulgação pode contrariar também o propósito jornalístico de representante das opiniões e anseios gerais, edificado no imaginário social, e representar apenas a aplicação de uma técnica de produção de informações, desconsiderando a relevância exigida na seleção de notícias.

Essas competências ressaltam, ainda, a necessidade de dominar os instrumentos, hardware e software, e as “línguas midiáticas e formatos discursivos” para alimentar diferentes veículos e variados “meios e modalidades tecnológicas da comunicação” (BRASIL, 2013, p. 4).

Por sua vez, as Competências Comportamentais estabelecem a postura adequada para o exercício da profissão, reforçando a importância dos princípios e valores éticos. Vimos que, de acordo com Bolaño (2000, p. 127), os novos intelectuais têm sua conduta baseada “por uma ética de tipo empresarial”, da autocensura. Em uma contradição entre a eficiência e criatividade, “o modelo tradicional da medida de desempenho, o que não é outra coisa senão a contradição entre trabalho abstrato e trabalho concreto no setor” (BOLAÑO, 2000, p. 127-128).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em jornalismo, é preciso conhecer e respeitar a ética da profissão, além das questões deontológicas do jornalismo. Essa demanda estabelecida pelo Ministério da Educação reforça o papel ou a responsabilidade moral do jornalismo com a sociedade civil e com as instituições, uma ética baseada em expectativas, inclusive as empresariais já mencionadas. Nesse sentido, é preciso

d) perceber a importância e os mecanismos da regulamentação político-jurídica da profissão e da área da comunicação social; [...] avaliar, à luz de valores éticos, as razões e os efeitos das ações jornalísticas; e) atentar para os processos que envolvam a recepção de mensagens jornalísticas e o seu impacto sobre os diversos setores da sociedade; f) impor aos critérios, às

decisões e às escolhas da atividade profissional as razões do interesse público; g) exercer, sobre os poderes constituídos, fiscalização comprometida com a verdade dos fatos, o direito dos cidadãos à informação e o livre trânsito das ideias e das mais diversas opiniões. (BRASIL, 2013, p. 4).

Essas duas últimas alíneas, que encerram as competências estipuladas no Parágrafo único das Diretrizes, encontram dificuldades para sua efetivação que são impostas pela própria carência de autonomia da atividade jornalística diante da conjuntura capitalista na qual se desenvolveu. Priorizar o interesse público pela informação, diante de diferentes outros interesses, ilustrados inclusive pela forma contraditória da informação, indica desafios, como o de exercer, sobre os poderes, influências que garantam a pluralização na divulgação de ideias e opiniões.

O Artigo 6º trata dos seis eixos que devem orientar a organização curricular, com base “no perfil do egresso e de suas competências”. Isso quer dizer que as competências anteriormente mencionadas, as expectativas sob a função do jornalista, determinam a elaboração de disciplinas e de conteúdos, ou seja, a formação deste profissional. É interessante ressaltar que essas competências envolvem uma relação intrínseca entre a capacidade produtiva do trabalhador do jornalismo e seus “conhecimentos, atitudes e valores”.

Fica claro que as habilidades precisam ser desenvolvidas não apenas como pré-requisitos para a prática, mas é exigido um esforço de aprimoramento ao longo da vida deste profissional, o que estabelece uma relação ainda mais complexa entre o mundo da vida e o mundo do trabalho dos trabalhadores intelectuais, na comparação com os trabalhadores imateriais.

Serão aproveitados, no processo de produção de notícia – como foi explicado por Gorz (2005) no desenvolvimento teórico realizado anteriormente –, os saberes, as sensibilidades e as vivências destes trabalhadores. Por isso, já foi mencionado que nos trabalhos intelectuais “as formas de reificação têm uma concretude particularizada, mais complexificada” (ANTUNES, 2011, p. 9).

Nos seis eixos tratados no Artigo 6º, conhecimentos dos mais diversos são especificados. No Eixo de Fundamentação Humanística, o jornalista é tratado em sua “função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos” (BRASIL, 2013, p. 5) importantes para a sociedade no exercício de sua cidadania. Para as Diretrizes, essa produção de conhecimento precisa priorizar as particularidades da realidade brasileira em termos de

história, cultura, economia política, vida cotidiana, desenvolvimento, relações internacionais, singularidades regionais, entre outros.

O segundo Eixo, o de Fundamentação Específica, estipula a necessidade de o currículo oferecer conhecimentos sobre a “especificidade de sua profissão”. Essa temática abordaria os fundamentos históricos do jornalismo, éticos, epistemológicos, jurídicos, deontológicos, além das “manifestações públicas, industriais e comunitárias; os instrumentos de autorregulação; observação crítica; análise comparada; revisão da pesquisa científica sobre os paradigmas hegemônicos e as tendências emergentes” (BRASIL, 2013, p. 5). Trata-se de uma verdadeira investigação sobre as origens do jornalismo e suas ocorrências na história, observando criticamente as propostas dominantes e as tendências da profissão.

No Eixo de Fundamentação Contextual destaca-se a importância das teorias da comunicação, da informação e da cibercultura, englobando o conhecimento das rotinas de produção jornalística, os processos de recepção e a regulamentação da mídia. O quarto Eixo, de Formação Profissional, fala também da necessidade do conhecimento teórico e prático, mas ressaltando a familiarização dos alunos com todas as etapas do processo de produção, gestão, investigação, apuração e redação de acordo com os diferentes gêneros jornalísticos, inovações tecnológicas e com o domínio da escrita.

O Eixo de Aplicação Processual trata dos métodos e das ferramentas para que o jornalista consiga atender o mercado ao realizar coberturas e produzir materiais para alimentar os diferentes suportes, enquanto o Eixo de Prática Laboratorial possui o papel “de integrar os demais eixos”, ao desenvolver as habilidades a partir da “aplicação de informações e valores” (BRASIL, 2013, p. 5). Esse eixo precisa ser prático e demanda um projeto editorial para produção de conteúdos destinados a um público real e com periodicidade regular.

O conteúdo exigido pelos eixos indica uma forma de aprendizado baseada na experiência, no que já foi feito e no que é tendência para a profissão. Eles tratam da importância de conhecer as bases históricas do jornalismo, mas destacam a especificidade da profissão, a aplicação e a prática, o que reforça a forma de fazer jornalismo estabelecida na atualidade.

Os eixos determinam quais devem ser as prioridades na produção de conteúdos, produção essa que deve obedecer, por exemplo, às especificidades da realidade brasileira. Através do papel do jornalista ao cumprimento da cidadania, dos direitos e deveres, e define que as experiências laboratoriais devem executar o papel de formadoras. Os eixos tratam das ferramentas, dos métodos, dos suportes, do domínio da língua portuguesa e dos gêneros

jornalísticos, das diferentes exigências do mercado e das diversas instituições que se valem do trabalho jornalístico.

Enquanto o Artigo 6º distribui os eixos de formação, no Artigo 8º, as Diretrizes colocam que as “instituições de educação superior têm ampla liberdade para, consoante seus projetos pedagógicos, selecionar, propor, denominar e ordenar as disciplinas do currículo a partir dos conteúdos, do perfil do egresso e das competências apontados anteriormente” (BRASIL, 2013, p. 5).

Completando o raciocínio do parágrafo anterior, segundo o qual a predominância de cada eixo está para a prática e a experiência produtiva, o perfil do egresso e as competências destacadas indicam novamente a necessidade de formar a partir das expectativas do mercado e, talvez, ousamos interpretar, das expectativas específicas do mercado de cada região na qual a instituição está estabelecida.

No entanto, em parágrafo único, as Diretrizes destacam que a distribuição igualitária de disciplinas em cada eixo é valorizada e o Artigo 9º ambiciona o equilíbrio entre teoria e prática, determinando, no entanto, que as atividades laboratoriais aconteçam de forma progressiva desde o primeiro semestre e que haja “garantia de oportunidade de conhecimento da realidade, nos contextos local, regional e nacional” (BRASIL, 2013, p. 6).

Lembrando a abrangência do conceito de realidade adotado nesta pesquisa, além das possibilidades de sua compreensão na busca pela totalidade, assumimos que a realidade referida pelas Diretrizes está associada à ideia de realidade imediata e deverá ser conhecida pelo estudante, de acordo com o documento, a partir das técnicas de apreensão e distanciamento impostas pelo jornalismo predominantemente objetivo. Nesse sentido, um olhar diferente do estudante deverá ser lançado sobre os acontecimentos e fenômenos que, muitas vezes já vivenciados por ele, devem ser despidos de opiniões e interpretações, no intuito de aproximar-se ao máximo de um fato neutro para o relato fiel e imparcial.

O Artigo 10º estabelece a carga horária mínima do curso de 3.000 (três mil) horas. O Artigo 11º coloca que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ser realizado individualmente e avaliado por uma banca examinadora que pode ser constituída por um profissional da área. O TCC pode ser um trabalho prático ou uma reflexão teórica, ambos acompanhados por um memorial, relatório ou monografia de reflexão crítica. O Artigo 12º estabelece a obrigatoriedade do estágio curricular supervisionado, o qual, de acordo com as Diretrizes, deve cumprir a função de consolidar as práticas profissionais do aluno.

Diante disso, entende-se que, no estágio, o aluno deve estar preparado para executar as atividades na produção jornalística que foram ensinadas durante o tempo de formação

intelectual. Esse estágio pode ser realizado não apenas em instituições públicas, mas também em empresas privadas, sendo

vedado convalidar como estágio curricular supervisionado a prestação de serviços, realizada a qualquer título, que não seja compatível com as funções profissionais do jornalista; que caracterize a substituição indevida de profissional formado ou, ainda, que seja realizado em ambiente de trabalho sem a presença e o acompanhamento de jornalistas profissionais, tampouco sem a necessária supervisão docente. (BRASIL, 2013, p. 6-7).

O Artigo 13º das Diretrizes considera as atividades complementares como “componentes curriculares enriquecedores e úteis para o perfil do formando”, porém, não obrigatórios e que não devem ser confundidos com o estágio e com o TCC. O objetivo, de acordo com o documento, é dotar o currículo de flexibilidade, com base nas escolhas do aluno e sob a supervisão, orientação e avaliação dos docentes. As atividades complementares são distinguidas entre didáticas, disciplinas não incluídas no currículo, mas que agreguem “conteúdos específicos, como economia, política, direito, legislação, ecologia, cultura, esportes, ciências, tecnologia etc.”, e as atividades acadêmicas, como “iniciação científica, pesquisa experimental, extensão comunitária ou monitoria didática em congressos acadêmicos e profissionais” (BRASIL, 2013, p. 7).

Compreende-se, a partir das reflexões promovidas nesta pesquisa, que essas atividades acontecem em ambientes heterogêneos de formação e vivência. São espaços de interlocução e crítica, nos quais os alunos relacionam-se com outras áreas do conhecimento, tratadas por diferentes pesquisadores e que, inclusive, estabelecem suas posições sobre a prática jornalística a partir de óticas diferentes. A pesquisa e as atividades práticas não diretamente relacionadas ao jornalismo são capazes de colocar estes alunos, que adaptaram seu olhar para a produção jornalística, em relação de aprendizado com a comunidade e com outros intelectuais.

O Artigo 14º trata dos critérios de avaliação e da necessidade do atendimento às Diretrizes, enquanto o 15º exige que os Planos de Disciplinas, com todas as suas especificações, sejam entregues aos alunos antes do início do período letivo, para que eles possam estabelecer relações com as Diretrizes, a grade curricular da instituição e a avaliação final.

A avaliação institucional do curso é definida no Artigo 16º, devendo contemplar todas as atividades desenvolvidas pelos alunos, a pesquisa, a extensão, a produção acadêmica e técnica dos professores, a contribuição do curso para o desenvolvimento social do contexto no

qual o curso se estabeleceu, as instalações físicas, o número de alunos e de professores em compatibilidade, o funcionamento dos laboratórios, o acesso dos alunos à infraestrutura dos espaços, a inserção dos alunos egressos no mercado de trabalho e informações sobre a carreira dos docentes, como a experiência, a titulação, a produção, as atividades que eles supervisionam, sua carga horária de trabalho e a aderência às disciplinas.

Nos Artigos 17º e 18º, as Diretrizes estabelecem o tempo de dois anos para sua implantação pelas instituições, vigorando a partir da data de publicação da Resolução do dia 27 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 1º de outubro de 2013.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das possibilidades oferecidas pelo método dialético para o estudo, neste caso, do trabalho imaterial do jornalista, não poderíamos encerrar a discussão proposta nesta pesquisa. Podemos, no entanto, realizar algumas considerações que ampliam os questionamentos e permitem pensar novos encaminhamentos de investigação e reflexão crítica.

Como chegar a conclusões acerca de uma atividade, de sua prática, de sua relação com o conhecimento da sociedade, do perfil de um trabalhador, diante de natureza mutável? O jornalista assume, na época capitalista atual, uma figura estável, objetiva e imparcial. Vimos, porém, que o desenvolvimento do jornalismo adquiriu tendências diferentes nos últimos séculos, indicando um profissional de perfil flexível, capaz de atender às diferentes demandas que resultam das contradições sociais.

Diante das reflexões propostas, é importante ressaltar que não encontramos o lugar para análises dos produtos do trabalho imaterial investigado, na forma de conteúdos jornalísticos, ou mesmo de dados que apontem ou comprovem as condições deste profissional como trabalhador reificado do capital.

Pretendemos, neste momento, compreender algumas relações que esse tipo de trabalho estabelece com a sociedade e que determinam a sua atuação. Sustentamo-nos em autores que defendem a produção de valor pelos trabalhos imateriais e sua importância na manutenção e reprodução do sistema capitalista, baseando-nos no aproveitamento, por parte desse sistema, das subjetividades e conhecimentos dos indivíduos e reforçando a ideia do trabalho social geral.

Determinamos que o jornalismo refere-se a uma forma específica de produzir conhecimento ao estabelecer relações complexas com outros tipos de conhecimento e informação. Entendemos que não é o recorte da realidade pelo trabalho jornalístico que reifica as informações, mas sim que a reificação está também na forma e que a notícia é uma reprodução singular do fato de uma realidade imediata.

Vimos que essa notícia se torna uma mercadoria no sistema capitalista porque esse mesmo sistema transforma tudo em mercadoria, mas que as notícias são necessidades que partem da sociedade, que transforma a si mesma em outra mercadoria, a audiência.

Além disso, concluímos que a relação que o jornalista estabelece com os imperativos do trabalho, típicos do modo capitalista de produção, como a relação com o tempo e a hierarquia característica de uma indústria, a Indústria Cultural, colabora na reificação desse

trabalhador, atinge o mundo da vida e exige que ele esteja em diálogo com o mundo do trabalho.

Todas essas discussões pretenderam dialogar entre si. São raciocínios e propostas teóricas de autores que tratam de particularidades diferentes acerca do tema estudado e que, por isso, foram colocadas em confronto para que abordássemos fatores distintos das relações de trabalho e de conhecimento do jornalismo. O método dialético, por não se encontrar definido na proposta marxiana – apesar disso dificultar a sistematização de uma pesquisa –, permitiu um empenho livre do raciocínio crítico que em si mesmo elaborou questionamentos e buscou respondê-los.

No decorrer das discussões relacionadas ao domínio pelo capital do conhecimento e do saber humano para a sua reprodução, observamos a transformação das necessidades de informação dos indivíduos em mercado, a própria transformação desses indivíduos em mercadorias, a reificação das relações de trabalho e a reificação da realidade. Contudo, é nesse método teórico-prático que necessitamos encontrar e destacar a ação do homem, enquanto produtor e transformador da história.

Optamos por um caminho pelo qual pretendemos apontar a necessidade que esse sistema tem da subjetividade do indivíduo, da entrega de suas capacidades e necessidades, do corpo e do espírito. Assim, destacamos a importância de se considerarem esses sujeitos e agentes e, ao mesmo tempo, os limites impostos à sua ação pelas próprias circunstâncias históricas da realidade.

Sem compreender a correta relação entre ser social e consciência social, de fato, os homens estão condenados a essa realidade. Sem a revelação desse seu caráter de agente, essa mesma realidade continuará se impondo sobre eles de forma mística. Por isso, há a importância do despertar de classe em seu mais amplo sentido, incluindo as novas configurações do trabalho e abarcando a multiplicação de relações, mesmo com o surgimento das inúmeras demandas sociais, conseqüentes dos distúrbios característicos da irracionalidade do capital.

Ainda que as relações sociais estejam fundamentadas nas relações de produção de uma sociedade de classe e mesmo a subjetividade esteja condicionada à organização material da vida, deve existir e existe potencialidade para resolver os problemas que a sociedade mesma criou, a partir do sujeito. Esse, em conflito com as suas condições materiais de existência, impostas sobre si e sua capacidade de ação, se vê limitado, mas ao mesmo tempo impulsionado.

No que se refere ao trabalho imaterial do jornalista, o modelo imparcial e o processo fragmentado de produção de notícias estão relacionados às necessidades históricas do capitalismo e do processo de racionalização da vida e do trabalho. Essa racionalização, por sua vez, se refere a um efeito da reificação, uma forma de adequação à configuração capitalista do processo produtivo.

A reificação, um desdobramento da relação mercantil, atinge a subjetividade dos indivíduos, então, a partir dessa racionalização. Nesse sentido, nota-se que a forma imparcial e fragmentada de produzir notícias é coerente com as demandas sociais por esse tipo de informação. Esta característica histórica, no entanto, indica a ação do homem e possibilita pensarmos os limites da reificação a partir do fim da racionalização e do resgate da subjetividade dos indivíduos e de seus atributos.

Nesse sentido, apesar das reflexões de Lukács (2003) já observadas, inclusive sobre a reificação ainda mais complexa dos trabalhos mais intelectuais e mesmo do jornalista, seu raciocínio e as possibilidades colocadas para a emancipação nos permite problematizar as brechas da racionalização. Tal racionalização não é, em si, inevitável e, inclusive, deve representar a luta do trabalhador, sustentado pelo materialismo histórico e sua ciência, na busca pela emancipação.

É válido lembrar que a desfragmentação do processo de produção de notícias não será suficiente para evitar os efeitos da racionalização, tendo em vista a colocação de Genro Filho (2012) sobre a própria realidade reificada e a visão reificada do jornalista. É preciso problematizar, então, a relação dialética existente entre a necessidade do trabalho desse profissional, sua formação e sua relação com o todo por meio de seu produto, a notícia.

Acreditamos que muitas contradições podem ser percebidas na prática da atividade jornalística. A necessidade de dotar de coerência e naturalidade a venda da força de trabalho também imaterial como mercadoria demonstra a irracionalidade própria do capitalismo. A partir disso, o jornalista observa e vive conflitos no mundo da vida e no mundo do trabalho, conflitos esses, no entanto, que apontam para a impossibilidade de uma reificação completa e permitem a abertura de brechas para o despertar da consciência de classe.

Genro Filho (2012) argumenta, nesse sentido, que, ao reproduzir a objetividade, o jornalismo reflete essas contradições, o que, para Lukács (2003), refere-se a essência indissolúvel da realidade. Mas as contradições entre os interesses do capital e do Estado, manifestos nas duas formas gerais da informação explicadas por Bolaño (2000), abrirão lacunas mesmo diante do controle que é cada vez mais exigido.

Assim, as atividades imateriais da comunicação correspondem a importantes fontes para que sejam promovidas análises dos processos sócio-históricos, ainda que as narrações jornalísticas – meras, porém, valiosas aproximações da realidade –, não busquem a totalidade desses processos. Sobre a interpretação da realidade, Lukács (2003, p. 83) nos explica que são possíveis a compreensão e a descrição de um acontecimento histórico, mesmo que ele não seja compreendido “naquilo que ele realmente representa, em sua verdadeira função no interior do conjunto histórico ao qual pertence”.

O autor esclarece, entretanto, a respeito dessa compreensão de totalidade, que seus elementos não devem ser reduzidos à uniformidade e, ao mesmo tempo, a sociedade deve ser compreendida em seus aspectos dialéticos e dinâmicos de um todo igualmente dialético e dinâmico. São diferenças no seio de uma unidade.

Para Lukács (2003), o método dialético refere-se a um produtor do conhecimento da realidade. É capaz de conhecer a totalidade, inclusive, porque existe nele uma nova relação entre o todo e as partes, os aspectos. A partir de cada parte, quando entendida corretamente, Lukács (2003, p. 344) afirma ser possível desenvolver o conteúdo dessa totalidade quando o “aspecto for mantido como aspecto”, entendido como um “ponto de passagem para a totalidade”. É preciso não retornar ao imediatismo. O movimento que caracteriza o aspecto do método dialético não pode se deter em um novo imediatismo, na paralisação.

Diante disso, acredita-se que, partindo dos fatos noticiados, é possível pensar essa existência inter-relacionada do todo, na qual o aspecto é a passagem para a totalidade. Porém, para Lukács, o pensamento reificado por sua natureza inflexível, tende a excluir o processo, permitindo que o fato revele-se, para esse pensamento, como uma cristalização, “um fundamento da realidade e da concepção de mundo que é totalmente evidente e que está acima de qualquer dúvida” (LUKÁCS, 2003, p. 368).

Superar esse imediatismo é o propósito do proletário em seu método dialético de “negação de um desenvolvimento retilíneo e plano do pensamento” (LUKÁCS, 2003, p. 333). Tal compreensão deveria, de fato, atingir também a consciência dos trabalhadores imateriais que possuem o conhecimento disponível em sociedade, científico ou comum, como instrumento de produção. A negação das aparências para o caso do jornalista estaria em acordo para o fim tanto de sua reificação quanto da divulgação de acontecimentos isolados e místicos na sociedade.

O imediatismo do trabalhador está em ser consciente de sua situação de mercadoria, de objeto no processo de produção, e, “enquanto ele for incapaz na prática de se elevar acima desse papel de objeto, sua consciência constituirá a autoconsciência da mercadoria”

(LUKÁCS, 2003, p. 340-341). De acordo com o autor, na medida em que esse imediatismo se revela e se mostra como consequência de diversas mediações, “as formas fetichistas da estrutura das mercadorias começam a desintegrar-se: o trabalhador reconhece a si mesmo e suas próprias relações com o capital na mercadoria” (LUKÁCS, 2003, p. 340).

Por esse motivo, analisamos criticamente, sustentados nas escolhas teóricas que fizemos, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, estipuladas pelo Ministério da Educação. Acreditamos na importância do conhecimento e na sua relação direta com a práxis, e não que reformulações nos cursos de Jornalismo sejam, sozinhas, capazes de modificar a forma de fazer jornalismo, as relações na rotina de produção ou a divulgação de notícias pelo mundo.

Entendemos, porém, que os estudos aqui concretizados, que valorizam a compreensão dialética da realidade, representam a possibilidade de conscientização do aluno e do profissional da área para a crítica da sua atuação. Almejamos a “reconstrução do real por meio do pensamento e da exposição (ou apresentação) crítica desse próprio real” (CHAGAS, 2011, p. 16).

Nesse sentido, as reflexões teóricas sobre as atividades precisam representar o conhecimento sobre essas mesmas atividades para seus trabalhadores. Precisam fazer parte da consciência. Referem-se assim, a um passo, a um conflito, para o conjunto de conflitos que coexistem na sociedade e que precisam desencadear na transformação.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. Material e Imaterial. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 13 ago. 2000. Caderno Mais!. Disponível em www1.folha.uol.com.br/paywall/signup-colunista.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1308200004.htm. Acesso em 28 jul. 2014.
- ANTUNES, R. O trabalho e seus sentidos. **Revista Debate & Sociedade**, Uberlândia, v. 1, n., p. 5-13, 2011.
- ANTUNES, R. O Caracol e sua concha: Ensaio sobre a Nova Morfologia do Trabalho. **The Asian Journal of Latin American Studies - AJLAS** 2005, v. 18, n.4, p.137-155, 2005. Disponível em <<http://www.ajlas.org/v2006/paper/2005vol18no405.pdf>>. Acesso em 28 jul. 2014.
- BOLAÑO, C. Economia política, globalização e comunicação. **Revista Novos Rumos**. Caracas, n. 140, p. 15-23, 1995. Título original: Economía política, globalización y comunicación.
- BOLAÑO, C. **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo**. São Paulo: Hucitec/ Polis, 2000.
- BOLAÑO, C. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-78, dez. 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1º out. 2013. Seção 1, p. 26.
- CABRAL, A. Economia política da comunicação no Brasil: terreno fértil para análises maduras. In: BRITTOS, V.; CABRAL, A. (Org.). **Economia Política da Comunicação: Interfaces Brasileiras**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. p. 76-88.
- CHAGAS, E. F. Método dialético em Marx. **Síntese: Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 38, n. 120, p. 1-21, 2011. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/57446443/O-METODO-DIALETICO-DE-MARX-1-1>>. Acesso em 25 set. 2015.
- ENZENSBERGER, H. M. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.
- FIGARO, R. Recepção da comunicação no mundo do trabalho: uma crítica à ação comunicativa. **Ciberlegenda (UFF)**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, p. 1-19, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/304>>. Acesso em 15 fev. 2015.
- GENRO FILHO, A. **O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012, v. 6. (Série Jornalismo a Rigor).
- GORZ, A. **O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

HIME, G. V. V. C. Construindo a Profissão de Jornalista: Cásper Líbero e a Criação da Primeira Escola de Jornalismo do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2005, p. 5 - 9.

HOHLFELDT, A.; VALLES, R. R. **Conceito e história do Jornalismo brasileiro na “Revista de Comunicação”**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

LAGE, N. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

LOPES, F. L. A criação das diretrizes curriculares para o curso de jornalismo no Brasil e o debate sobre o papel do jornalista como promotor da cidadania. In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 3, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Escola de Comunicação da UFRJ, 2014, p. 1-12.

LUKÁCS, G. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. **Revista Temas**, São Paulo, v. 1, p. 1-18, 1979.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, G. **O Trabalho**. Tradução de Ivo Tonet. Alagoas: UFA, 1984. Título original: *Il Lavoro*.

MARX, K. **A ideologia Amelã (Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v.1. p. 165-315.

MEDITSCH, E. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Lisboa, set. 1997. Conferência feita nos Cursos da Arrábida – Universidade de Verão, Portugal, 1997. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.html>>. Acesso em 15 fev. 2015.

MOURA, M. C. B. Sobre o Projeto de Crítica da Economia Política de Marx. **Crítica Marxista (Roma)**, São Paulo, v. 1, n. 9, p. 52-78, 1999.

PETRARCA, F. R. O Jornalismo no Brasil: a gênese de uma profissão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 1-21.

SANTOS, V. O. **Trabalho imaterial e a teoria do valor em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008.

ANEXO A – DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013 ^(*)

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES nº 776/1997, 583/2001 e 67/2003, e considerando o que consta do Parecer CNE/CES nº 39/2013, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 12/9/2013, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, a serem observadas pelas instituições de educação superior em sua organização curricular.

Art. 2º A estrutura do curso de bacharelado em Jornalismo deve:

I - ter como eixo de desenvolvimento curricular as necessidades de informação e de expressão dialógica dos indivíduos e da sociedade;

II - utilizar metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração entre os conteúdos, além de estimular a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, propiciando suas articulações com diferentes segmentos da sociedade;

III - promover a integração teoria/prática e a interdisciplinaridade entre os eixos de desenvolvimento curricular;

IV - inserir precocemente o aluno em atividades didáticas relevantes para a sua futura vida profissional;

V - utilizar diferentes cenários de ensino-aprendizagem, permitindo assim ao aluno conhecer e vivenciar situações variadas em equipes multiprofissionais;

VI - propiciar a interação permanente do aluno com fontes, profissionais e públicos do jornalismo, desde o início de sua formação, estimulando, desse modo, o aluno a lidar com problemas reais, assumindo responsabilidades crescentes, compatíveis com seu grau de autonomia.

Art. 3º O projeto pedagógico do curso de graduação em Jornalismo, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções – institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de efetivação da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

^(*) Resolução CNE/CES 1/2013. Diário Oficial da União, Brasília, 1º de outubro de 2013 – Seção 1 – p. 26.

VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação;

VIII - incentivo à pesquisa e à extensão, como necessários prolongamentos das atividades de ensino e como instrumentos para a iniciação científica e cidadã;

IX - regulamentação das atividades do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), componente obrigatório a ser realizado sob a supervisão docente;

X - regulamentação das atividades do estágio curricular supervisionado, contendo suas diferentes formas e condições de realização;

XI - concepção e composição das atividades complementares, quando existentes.

Art. 4º A elaboração do projeto pedagógico do curso de bacharelado em Jornalismo deverá observar os seguintes indicativos:

I - formar profissionais com competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão, de modo responsável, produzindo assim seu aprimoramento;

II - enfatizar, em sua formação, o espírito empreendedor e o domínio científico, de forma que sejam capazes de produzir pesquisa, conceber, executar e avaliar projetos inovadores que respondam às exigências contemporâneas e ampliem a atuação profissional em novos campos, projetando a função social da profissão em contextos ainda não delineados no presente;

III - orientar a formação teórica e técnica para as especificidades do jornalismo, com grande atenção à prática profissional, dentro de padrões internacionalmente reconhecidos, comprometidos com a liberdade de expressão, o direito à informação, a dignidade do exercício profissional e o interesse público;

IV - aprofundar o compromisso com a profissão e os seus valores, por meio da elevação da autoestima profissional, dando ênfase à formação do jornalista como intelectual, produtor e/ou articulador de informações e conhecimentos sobre a atualidade, em todos os seus aspectos;

V - preparar profissionais para atuar num contexto de mutação tecnológica constante no qual, além de dominar as técnicas e as ferramentas contemporâneas, é preciso conhecê-las em seus princípios para transformá-las na medida das exigências do presente;

VI - ter como horizonte profissional o ambiente regido pela convergência tecnológica, em que o jornalismo impresso, embora conserve a sua importância no conjunto midiático, não seja a espinha dorsal do espaço de trabalho, nem dite as referências da profissão;

VII - incluir, na formação profissional, as rotinas de trabalho do jornalista em assessoria a instituições de todos os tipos;

VIII - atentar para a necessidade de preparar profissionais que possam exercer dignamente a atividade como autônomos em contexto econômico cuja oferta de emprego não cresce na mesma proporção que a oferta de mão-de-obra;

IX - instituir a graduação como etapa de formação profissional continuada e permanente.

Art. 5º O concluinte do curso de Jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social.

Parágrafo único. Nessa perspectiva, as competências, habilidades, conhecimentos, atitudes e valores a serem desenvolvidos incluem:

I - Competências gerais:

a) compreender e valorizar, como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de ideias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável;

b) conhecer, em sua unicidade e complexidade intrínsecas, a história, a cultura e a realidade social, econômica e política brasileira, considerando especialmente a diversidade regional, os contextos latino-americano e ibero-americano, o eixo sul-sul e o processo de internacionalização da produção jornalística;

c) identificar e reconhecer a relevância e o interesse público entre os temas da atualidade;

d) distinguir entre o verdadeiro e o falso a partir de um sistema de referências éticas e profissionais;

e) pesquisar, selecionar e analisar informações em qualquer campo de conhecimento específico;

f) dominar a expressão oral e a escrita em língua portuguesa;

g) ter domínio instrumental de, pelo menos, dois outros idiomas – preferencialmente inglês e espanhol, integrantes que são do contexto geopolítico em que o Brasil está inserido;

h) interagir com pessoas e grupos sociais de formações e culturas diversas e diferentes níveis de escolaridade;

i) ser capaz de trabalhar em equipes profissionais multifacetadas;

j) saber utilizar as tecnologias de informação e comunicação;

k) pautar-se pela inovação permanente de métodos, técnicas e procedimentos;

l) cultivar a curiosidade sobre os mais diversos assuntos e a humildade em relação ao conhecimento;

m) compreender que o aprendizado é permanente;

n) saber conviver com o poder, a fama e a celebridade, mantendo a independência e o distanciamento necessários em relação a eles;

o) perceber constrangimentos à atuação profissional e desenvolver senso crítico em relação a isso;

p) procurar ou criar alternativas para o aperfeiçoamento das práticas profissionais;

q) atuar sempre com discernimento ético.

II - Competências cognitivas:

a) conhecer a história, os fundamentos e os cânones profissionais do jornalismo;

b) conhecer a construção histórica e os fundamentos da cidadania;

c) compreender e valorizar o papel do jornalismo na democracia e no exercício da cidadania;

d) compreender as especificidades éticas, técnicas e estéticas do jornalismo, em sua complexidade de linguagem e como forma diferenciada de produção e socialização de informação e conhecimento sobre a realidade;

e) discernir os objetivos e as lógicas de funcionamento das instituições privadas, estatais, públicas, partidárias, religiosas ou de outra natureza em que o jornalismo é exercido, assim como as influências do contexto sobre esse exercício.

III - Competências pragmáticas:

- a) contextualizar, interpretar e explicar informações relevantes da atualidade, agregando-lhes elementos de elucidação necessários à compreensão da realidade;
- b) perseguir elevado grau de precisão no registro e na interpretação dos fatos noticiáveis;
- c) propor, planejar, executar e avaliar projetos na área de jornalismo;
- d) organizar pautas e planejar coberturas jornalísticas;
- e) formular questões e conduzir entrevistas;
- f) adotar critérios de rigor e independência na seleção das fontes e no relacionamento profissional com elas, tendo em vista o princípio da pluralidade, o favorecimento do debate, o aprofundamento da investigação e a garantia social da veracidade;
- g) dominar metodologias jornalísticas de apuração, depuração, aferição, além das de produzir, editar e difundir;
- h) conhecer conceitos e dominar técnicas dos gêneros jornalísticos;
- i) produzir enunciados jornalísticos com clareza, rigor e correção e ser capaz de editá-los em espaços e períodos de tempo limitados;
- j) traduzir em linguagem jornalística, preservando-os, conteúdos originalmente formulados em linguagens técnico-científicas, mas cuja relevância social justifique e/ou exija disseminação não especializada;
- k) elaborar, coordenar e executar projetos editoriais de cunho jornalístico para diferentes tipos de instituições e públicos;
- l) elaborar, coordenar e executar projetos de assessoria jornalística a instituições legalmente constituídas de qualquer natureza, assim como projetos de jornalismo em comunicação comunitária, estratégica ou corporativa;
- m) compreender, dominar e gerir processos de produção jornalística, bem como ser capaz de aperfeiçoá-los pela inovação e pelo exercício do raciocínio crítico;
- n) dominar linguagens midiáticas e formatos discursivos, utilizados nos processos de produção jornalística nos diferentes meios e modalidades tecnológicas de comunicação;
- o) dominar o instrumental tecnológico – hardware e software – utilizado na produção jornalística;
- p) avaliar criticamente produtos e práticas jornalísticas.

V - Competências comportamentais:

- a) perceber a importância e os mecanismos da regulamentação político-jurídica da profissão e da área de comunicação social;
- b) identificar, estudar e analisar questões éticas e deontológicas no jornalismo;
- c) conhecer e respeitar os princípios éticos e as normas deontológicas da profissão;
- d) avaliar, à luz de valores éticos, as razões e os efeitos das ações jornalísticas;
- e) atentar para os processos que envolvam a recepção de mensagens jornalísticas e o seu impacto sobre os diversos setores da sociedade;
- f) impor aos critérios, às decisões e às escolhas da atividade profissional as razões do interesse público;
- g) exercer, sobre os poderes constituídos, fiscalização comprometida com a verdade dos fatos, o direito dos cidadãos à informação e o livre trânsito das ideias e das mais diversas opiniões.

Art. 6º Em função do perfil do egresso e de suas competências, a organização do currículo deve contemplar, no projeto pedagógico, conteúdos que atendam a seis eixos de formação:

I - Eixo de fundamentação humanística, cujo objetivo é capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de

interesse para a cidadania, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e instituições políticas contemporâneas; sua geografia humana e economia política; suas raízes étnicas, regiões ecológicas, cultura popular, crenças e tradições; arte, literatura, ciência, tecnologia, bem como os fatores essenciais para o fortalecimento da democracia, entre eles as relações internacionais, a diversidade cultural, os direitos individuais e coletivos; as políticas públicas, o desenvolvimento sustentável, as oportunidades de esportes, lazer e entretenimento e o acesso aos bens culturais da humanidade, sem se descuidar dos processos de globalização, regionalização e das singularidades locais, comunitárias e da vida cotidiana.

II - Eixo de fundamentação específica, cuja função é proporcionar ao jornalista clareza conceitual e visão crítica sobre a especificidade de sua profissão, tais como: fundamentos históricos, taxonômicos, éticos, epistemológicos; ordenamento jurídico e deontológico; instituições, pensadores e obras canônicas; manifestações públicas, industriais e comunitárias; os instrumentos de autorregulação; observação crítica; análise comparada; revisão da pesquisa científica sobre os paradigmas hegemônicos e as tendências emergentes.

III - Eixo de fundamentação contextual, que tem por escopo embasar o conhecimento das teorias da comunicação, informação e cibercultura, em suas dimensões filosóficas, políticas, psicológicas e socioculturais, o que deve incluir as rotinas de produção e os processos de recepção, bem como a regulamentação dos sistemas midiáticos, em função do mercado potencial, além dos princípios que regem as áreas conexas.

IV - Eixo de formação profissional, que objetiva fundamentar o conhecimento teórico e prático, familiarizando os estudantes com os processos de gestão, produção, métodos e técnicas de apuração, redação e edição jornalística, possibilitando-lhes investigar os acontecimentos relatados pelas fontes, bem como capacitá-los a exercer a crítica e a prática redacional em língua portuguesa, de acordo com os gêneros e os formatos jornalísticos instituídos, as inovações tecnológicas, retóricas e argumentativas.

V - Eixo de aplicação processual, cujo objetivo é o de fornecer ao jornalista ferramentas técnicas e metodológicas, de modo que possa efetuar coberturas em diferentes suportes: jornalismo impresso, radiojornalismo, telejornalismo, webjornalismo, assessorias de imprensa e outras demandas do mercado de trabalho.

VI - Eixo de prática laboratorial, que tem por objetivo adquirir conhecimentos e desenvolver habilidades inerentes à profissão a partir da aplicação de informações e valores. Possui a função de integrar os demais eixos, alicerçado em projetos editoriais definidos e orientados a públicos reais, com publicação efetiva e periodicidade regular, tais como: jornal, revista e livro, jornal mural, radiojornal, telejornal, webjornal, agência de notícias, assessoria de imprensa, entre outros.

Art. 7º A organização curricular do curso de graduação em Jornalismo deve representar, necessariamente, as condições existentes para a sua efetiva conclusão e integralização, de acordo com o regime acadêmico que as instituições de educação superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por componente curricular ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos; sistema sequencial, com o aproveitamento de créditos cursados por alunos oriundos de outras áreas do conhecimento.

Art. 8º As instituições de educação superior têm ampla liberdade para, consoante seus projetos pedagógicos, selecionar, propor, denominar e ordenar as disciplinas do currículo a partir dos conteúdos, do perfil do egresso e das competências apontados anteriormente.

Parágrafo único. É valorizada a equidade entre as cargas horárias destinadas a cada um dos eixos de formação.

Art. 9º A organização curricular deverá valorizar o equilíbrio e a integração

entre teoria e prática durante toda a duração do curso, observando os seguintes requisitos:

I - carga horária suficiente para distribuição estratégica e equilibrada dos eixos curriculares e demais atividades previstas;

II - distribuição das atividades laboratoriais, a partir do primeiro semestre, numa sequência progressiva, até a conclusão do curso, de acordo com os níveis de complexidade e de aprendizagem;

III - garantia de oportunidade de conhecimento da realidade, nos contextos local, regional e nacional.

Art. 10. A carga horária total do curso deve ser de, no mínimo, 3.000 (três mil) horas, sendo que, de acordo com a Resolução CNE/CES nº 2/2007, o estágio curricular supervisionado e as atividades complementares não poderão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

Parágrafo único. A carga horária mínima destinada ao estágio curricular supervisionado deve ser de 200 (duzentas) horas.

Art. 11. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório, a ser desenvolvido individualmente, realizado sob a supervisão docente e avaliado por uma banca examinadora formada por docentes, sendo possível também a participação de jornalistas profissionais convidados.

§ 1º O TCC pode se constituir em um trabalho prático de cunho jornalístico ou de reflexão teórica sobre temas relacionados à atividade jornalística.

§ 2º O TCC deve vir, necessariamente, acompanhado por relatório, memorial ou monografia de reflexão crítica sobre sua execução, de forma que reúna e consolide a experiência do aluno com os diversos conteúdos estudados durante o curso.

§ 3º As instituições de educação superior deverão emitir e divulgar regulamentação própria, aprovada por colegiado competente, estabelecendo, necessariamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação do TCC, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 12. O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório do currículo, tendo como objetivo consolidar práticas de desempenho profissional inerente ao perfil do formando, definido em cada instituição por seus colegiados acadêmicos, aos quais competem aprovar o regulamento correspondente, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio curricular supervisionado poderá ser realizado em instituições públicas, privadas ou do terceiro setor ou na própria instituição de ensino, em veículos autônomos ou assessorias profissionais.

§ 2º As atividades do estágio curricular supervisionado deverão ser programadas para os períodos finais do curso, possibilitando aos alunos concluintes testar os conhecimentos assimilados em aulas e laboratórios, cabendo aos responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular avaliar e aprovar o relatório final, resguardando o padrão de qualidade nos domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º A instituição de educação superior deve incluir, no projeto pedagógico do curso de graduação em Jornalismo, a natureza do estágio curricular supervisionado, através de regulamentação própria aprovada por colegiado, indicando os critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observada a legislação e as recomendações das entidades profissionais do jornalismo.

§ 4º É vedado convalidar como estágio curricular supervisionado a prestação de serviços, realizada a qualquer título, que não seja compatível com as funções profissionais do jornalista; que caracterize a substituição indevida de profissional formado ou, ainda, que

seja realizado em ambiente de trabalho sem a presença e o acompanhamento de jornalistas profissionais, tampouco sem a necessária supervisão docente.

§ 5º É vedado convalidar como estágio curricular supervisionado os trabalhos laboratoriais feitos durante o curso.

Art. 13. As atividades complementares são componentes curriculares não obrigatórios que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, dentre elas as adquiridas fora do ambiente de ensino.

§ 1º As atividades complementares constituem componentes curriculares enriquecedores e úteis para o perfil do formando e não devem ser confundidas com estágio curricular supervisionado ou com Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 2º O conjunto de atividades complementares tem o objetivo de dar flexibilidade ao currículo e deve ser selecionado e realizado pelo aluno ao longo de seu curso de graduação, de acordo com seu interesse e com a aprovação da coordenação do curso.

§ 3º As atividades complementares devem ser realizadas sob a supervisão, orientação e avaliação de docentes do próprio curso.

§ 4º Os mecanismos e critérios para avaliação das atividades complementares devem ser definidos em regulamento próprio da instituição, respeitadas as particularidades e especificidades próprias do curso de Jornalismo, atribuindo a elas um sistema de créditos, pontos ou computação de horas para efeito de integralização do total da carga horária previsto para o curso.

§ 5º São consideradas atividades complementares:

I - atividades didáticas: frequência e aprovação em disciplinas não previstas no currículo do curso, ampliando o conhecimento dos estudantes de Jornalismo sobre conteúdos específicos, como economia, política, direito, legislação, ecologia, cultura, esportes, ciência, tecnologia etc.

II - atividades acadêmicas: apresentação de relatos de iniciação científica, pesquisa experimental, extensão comunitária ou monitoria didática em congressos acadêmicos e profissionais.

Art. 14. As instituições de educação superior deverão adotar regras próprias de avaliação internas e externas, para que sejam sistemáticas e envolvam todos os recursos materiais e humanos participantes do curso, centradas no atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Jornalismo, definidas e aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 15. Os Planos de Disciplinas devem ser fornecidos aos alunos antes do início de cada período letivo e devem conter, além dos conteúdos e das atividades, a metodologia das aulas, os critérios de avaliação e a bibliografia fundamental, necessariamente disponível na biblioteca da instituição. Desta maneira, os alunos poderão discernir claramente a relação entre as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Jornalismo, a grade curricular da instituição e o processo de avaliação a que serão submetidos no final do curso.

Art. 16. O sistema de avaliação institucional dos cursos de Jornalismo deve contemplar, dentre outros critérios:

I - o conjunto da produção jornalística e de atividades de pesquisa e de extensão realizadas pelos alunos ao longo do curso;

II - o conjunto da produção acadêmica e técnica reunida pelos professores;

III - a contribuição do curso para o desenvolvimento local social e de cidadania nos contextos em que a instituição de educação superior está inserida;

IV - o espaço físico e as instalações adequadas para todas as atividades previstas, assim como o número de alunos por turma, que deve ser compatível com a supervisão docente nas atividades práticas;

V - o funcionamento, com permanente atualização, dos laboratórios técnicos especializados para a aprendizagem teórico-prática do jornalismo a partir de diversos recursos de linguagens e suportes tecnológicos, de biblioteca, hemeroteca e bancos de dados, com acervos especializados;

VI - as condições de acesso e facilidade de utilização da infraestrutura do curso pelos alunos, que devem ser adequadas ao tamanho do corpo discente, de forma que possam garantir o cumprimento do total de carga horária para todos os alunos matriculados em cada disciplina ou atividade;

VII - a inserção profissional alcançada pelos alunos egressos do curso;

VIII - a experiência profissional, a titulação acadêmica, a produção científica, o vínculo institucional, o regime de trabalho e a aderência às disciplinas e atividades sob responsabilidade do docente.

Art. 17. As Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas nesta Resolução deverão ser implantadas pelas instituições de educação superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de 2 (dois) anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Jornalismo aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta Resolução.

Art. 18. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GILBERTO GONÇALVES GARCIA